

| | |
|---|------------------------------|
| Veículo: Rádio Metrópole FM | |
| Data: 12/08/2021 | Programa: Metrópole Serviços |
| Assunto: Entrevista com <u>Félix Mascarenhas, superintendente de Desenvolvimento de Gestão da Sefaz. Assuntos: Nota Premiada, Carta de Serviços, entre outros.</u> | |

Data: 12/08/2021

Hora: 15:05:13

Emissora: Rádio Metrópole FM

Programa: Metrópole Serviços

Sinopse: Entrevista com **Félix Mascarenhas, superintendente de Desenvolvimento de Gestão da Sefaz. Assuntos: Nota Premiada, Carta de Serviços, entre outros.**

| | |
|--|--------------------|
| Veículo: Rádio Band News FM | |
| Data: 12/08/2021 | Programa: Notícias |
| Assunto: Preço da gasolina é reajustado em Salvador. Sonora com <u>Olavo Oliva,</u> <u>coordenador de Petróleo e Combustíveis da Sefaz.</u> | |

Data: 12/08/2021

Hora: 14:31:43

Emissora: Rádio Band News FM

Programa: Notícias

Sinopse: Preço da gasolina é reajustado em Salvador. Sonora com **Olavo Oliva,**
coordenador de Petróleo e Combustíveis da Sefaz.

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

MERCADO Campos Neto diz que fará o necessário para manter inflação controlada

www.atarde.com.br/economia

Olhar Econômico



LUIZ CARLOS LIMA

ENERGIAS RENOVÁVEIS

atarde.com.br/colunistaolhareconomico
luizcarloslima@grupoatarde.com.br

Hidrogênio verde: um nocaute na mudança climática

Carros movidos a partir da água já são uma realidade! Não usando água nos motores, mas transformando-a em combustível ao separar os seus constituintes, o H2 (Hidrogênio) do O (Oxigênio) através de um processo chamado eletrólise. O hidrogênio é o elemento químico mais abundante no universo, altamente inflamável e já é amplamente utilizado, há mais de um século, no setor industrial e agrícola. A novidade consiste em realizar essa separação com o uso das energias renováveis, substancialmente a energia solar fotovoltaica e a eólica (ventos), criando assim o combustível conhecido como "hidrogênio verde".

A produção do gás de hidrogênio (H2) a partir da água e utilizando energias renováveis terá um impacto gigantesco nas emissões de carbono do nosso planeta, reduzindo o efeito estufa e os estragos no clima, apontados no relatório do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), lançado na última se-

gunda-feira (9/8). A produção desse combustível é atualmente uma das tecnologias disruptivas mais discutidas e pesquisadas no mundo. A redução do custo de produção da energia solar e eólica, associada à diminuição dos custos na eletrólise da água, se une à versatilidade do hidrogênio como um combustível que pode substituir gradativamente o gás natural e os derivados de petróleo, aproveitando grande parte das infraestruturas existentes. Além deste aspecto, o hidrogênio pode ser armazenado (como gás ou liquefeito) e utilizado nos períodos em que o sol ou o vento não geram energia, acabando de vez com a limitação da intermitência dessas fontes renováveis.

De acordo com a IEA – Agência Internacional de Energia (iea.org/data-and-statistics/charts/global-energy-related-co2-emissions-by-sector), cerca de 74% das emissões de CO2 provêm do setor de energia, principalmente na produção

de eletricidade e transportes. Nesses dois eixos também avançam as pesquisas para uso das baterias de íons de lítio, porém elas sozinhas não irão resolver o problema da descarbonização do planeta. Num artigo intitulado "Recent advances in solid oxide cell technology for electrolysis", publicado na revista Science, vol. 370 (outubro/20), diz-se que para descarbonizar apenas o serviço pesado de transportes, caminhões, navios e aviões na Europa, com baterias Tes-

la Modelo 3, seriam necessárias cerca de 50 bilhões de unidades. Tal quantidade representa cerca de 160 vezes o número de carros na Europa hoje. Em outras palavras, para descarbonizar o setor de transportes pesados não poderemos (ainda!) contar com baterias. A solução do momento é, portanto, o hidrogênio verde.

Uma pesquisa do banco de investimentos Goldman Sachs – "Green Hydrogen: The next transformational driver of the Utilities indus-

try", publicada em 9/20, declara que "o hidrogênio verde pode fornecer até 25% das necessidades de energia do mundo em 2050 e se tornar um mercado de US\$ 10 trilhões anuais". Diz ainda que o hidrogênio continuará seu uso atual, porém terá forte presença no setor de energia elétrica, transportes e processos para produção de calor. Estima um crescimento de 633% nas aplicações utilizando hidrogênio nos próximos 30 anos.

Estar presente nas discussões desse tema é fundamental para um país. Uma mudança radical no uso de combustíveis fósseis atingirá a competitividade e autonomia no cenário da economia mundial. Atualmente um seleto grupo de países lideram as pesquisas neste tema e o Brasil precisa entrar no jogo. No último 4/8/2021 o Ministério de Minas e Energia (MME) propôs as diretrizes do Programa Nacional do Hidrogênio (PNH2) ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)

(www.gov.br/mme/.../proposta-de-diretrizes-para-programa-nacional-do-hidrogenio-pnh2/Hidrogênio-Relatriodiretrizes.pdf). Um estudo conjunto, com Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), Desenvolvimento Regional (MDR), e a EPE (Empresa de Pesquisa Energética), propõe o Brasil na disputa pela economia do hidrogênio verde. Com seis eixos estruturantes: (i) Base tecnológica; (ii) Capacitação; (iii) Planejamento energético; (iv) Arcabouço legal; (v) Mercado e competitividade; e (vi) Cooperação internacional, o nosso país retorna ao tema na esperança de recuperarmos o tempo perdido. As primeiras iniciativas datam de 1998, quando foi criado o Centro Nacional de Referência em Energia do Hidrogênio (Ceneh), porém não avançamos muito. É chegada a hora de nos prepararmos para essa medalha de ouro.

Engenheiro eletricista, especialista em Gestão e Comercialização de Energia Elétrica

A produção do gás de hidrogênio (H2) a partir da água e utilizando energias renováveis terá um impacto gigantesco

Uma mudança radical no uso de combustíveis fósseis atingirá a competitividade e autonomia no cenário da economia mundial

INFORMAMOS QUE HAVERÁ INTERRUPÇÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NAS LOCALIDADES ABAIXO, PARA QUE SEJAM REALIZADOS SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO E MELHORIAS NA REDE ELÉTRICA:



SALVADOR E REGIÃO METROPOLITANA

18/08/2021 QUARTA-FEIRA

LAURO DE FREITAS/ITINGA - das 07:40 às 15:40 - Rua Crispiniana Paranhos, Rua Crispiniano L de Oliveira, Rua da Silva, Rua Ismael Ornelas Farias, Rua Jailton Ferreira Pereira, Rua Raimundo Brito, Rua Theotonio Vilela e Tv. 1 Petronilia F da Silva.

MATA DE SAO JOAO/RURAL - das 09:00 às 17:00 - Povoado Sucuiu Nambu e Rua Barro Branco.

SALVADOR/BOA VISTA DE SÃO CAETANO - das 09:00 às 17:00 - Rua 22 de Marco, Rua do Abacateiro, Rua Josino Azevedo, Tv. 1 Independência, Tv. 2 Independência e Vila Heraldo.

SALVADOR/ITAIGARA - das 09:00 às 15:00 - Rua Afonso Ruy, Rua Doutora Ligia Meira de Oliveira, Rua Gonçalo Ataíde Pereira, Rua Joao da Silva Campos, Rua Nelson Augusto Castro e Rua Plinio Almeida.

SALVADOR/SANTO ANTONIO - das 09:00 às 17:00 - Parte da Av. Jose Joaquim Seabra, Ladeira do Aquidabã, Ladeira Ramos de Queiroz, Praça 15 Mistérios, Rua Direita de Santo Antônio, Rua do Carmo, Rua do Passo, Rua dos Adobes, Rua dos Marchantes, Ladeira do Baluarte, Rua dos Carvões e Tv. Militão Lisboa.

SALVADOR/SAO GONCALO DO RETIRO - das 09:00 às 16:00 - Rua de São Gonçalo, Rua Francisco de Sa, Rua Francisco Sa, Rua São Mateus e Tv. São Mateus.

19/08/2021 QUINTA-FEIRA

CAMACARI/BARRA DO POJUCA - das 09:00 às 16:00 - Condomínio Paraiso dos Lagos, Rua Beco do Baixo, Rua Elisio Neto, Rua Filogonio Gomes de Oliveira, Rua Flog de Oliveira, Tv. Elisio Neto e Tv. Filogonio de Oliveira.

CAMACARI/PARAFUSO - das 08:30 às 14:30 - Estrada Via Parafuso Km 14 5, Praça da Comunidade, Rua Comunitária, Rua Comunitária II, Rua do Angico, Rua Santa Rita e Tv. Comunitária.

SALVADOR/PARQUE BELA VISTA - das 09:00 às 15:00 - Baixa do Chocolate, Parte da Ladeira do Cacau, Rua do Salvador, Rua dos Coqueiros, Rua Ligel, Rua Natal, Tv. 2 do Cacau e Vila Lopes.

SALVADOR/HORTO FLORESTAL - das 09:00 às 14:00 - Rua Piratancara.

SALVADOR/PITUBA - das 09:00 às 15:00 - Parte da Av. Manoel Dias da Silva, Parte da Av. Octavio Mangabeira, Rua Guanabara e Parte da Rua Amazonas.

SALVADOR/RIO VERMELHO - das 09:00 às 15:00 - Parte da Av. Anita Garibaldi, Rua Alexandre Gusmão e Rua Almirante Barroso.

SIMOES FILHO/CIA II - das 09:00 às 17:00 - Av. Universitária, Parte da Estrada Cia Simões Filho, Parte da Estrada do Sesi Senai, Parte da Rodovia Universitária Conjunto Vida Nova, Rua Monte Castelo, Rua Paralela, Rua São Vicente, Rua Vila Rica e Tv. São Vicente.

20/08/2021 SEXTA-FEIRA

LAURO DE FREITAS/ITINGA - das 08:00 às 15:00 - Rua Adalice B Fonseca, Rua Arnaldo Sales, Rua Carlos Brito, Rua Crispiniana Paranhos, Rua da Silva, Rua Eloina S da Silva, Rua Fernando L Oliveira, Rua Gualberto Peixoto, Rua Joao Firmaco, Rua Juarez Magalhaes, Rua Manoel Duarte, Rua Maria de Lourdes Santos, Rua Papa Joao Paulo II, Rua Paulo R dos Santos, Rua Rosa dos Santos, Rua Senhor do Bonfim e Rua Theotonio Vilela.

SALVADOR/CAMPO GRANDE - das 09:00 às 14:00 - Parte do Largo do Campo Grande.

SALVADOR/FAZENDA GRANDE II - das 09:00 às 16:00 - Av. Evangelina Sampaio Seixas, Caminho 03 Quadra A, Rua Antônio Palmeiras, Rua Aurélio Lopes, Rua Jose Seixas Filho, Rua Zunálva e Tv. 2 São Jose.

SALVADOR/NAZARE - das 08:00 às 16:00 - Av. Brito, Rua Barão de Studart, Rua Bela Vista do Cabral, Rua Djalma Dutra, Rua Djalma Dutra, Tv. Barão de Studart e Tv. Francisco Padilha.

SALVADOR/PIRAJÁ - das 09:00 às 15:00 - Caminho (06, 08, 09, 16, 17, 19 e 21) Residencial Portal Pirajá, Conjunto Pirajá, Rua Elísio Mesquita e Rua Nova de Pirajá.

22/08/2021 DOMINGO

SALVADOR/SUSSUARANA - das 09:00 às 17:00 - Av. Oceano Pacífico, Rua ACM, Rua Antônio Paulo, Rua Arlete Batista, Rua Belém, Rua Direta de Pituacu, Rua dos Limoeiros, Rua Eduardo Vanucci, Rua Gleidson Dias, Rua Itabuna, Rua Joselito Barreto, Rua Leste, Rua Manaus, Rua Manoel Garrincha, Rua Paulo Cesar, Rua Paulo Cesar Grisi, Rua Santa Luzia, Rua Santo Estevão, Rua Santos Dumont, Rua Sergipe, Rua Yeda Barradas Carneiro, Tv. 1 Pituacu, Tv. 2 Moises Mendes, Tv. Irma Dulce, Tv. Joao Limoeiro, Tv. Paulo Cesar Oliveira, Tv. Pituacu e Tv. Wilson Menezes.

SAO FRANCISCO DO CONDE/CENTRO - das 07:00 às 07:10 - Alto do Coroado, Alto do Ourodovia Negro, Av. Beira Mar, Av. da Montanha, Av. Juvenal Eugenio Queiroz, Av. Luis Viana, Av. Maria Cleonice dos Anjos, Av. Santa Rita, Av. Santo Antônio, Beco Maria Cleonice dos Anjos, Castrodovia Alves, Estrada Candeias,

COELBA SERVIÇOS

1.116 É O TELEFONE DA COELBA PARA SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA. ANTES DE QUALQUER LIGAÇÃO, VERIFIQUE O DISJUNTOR DE SUA INSTALAÇÃO.
2. AO FAZER A SUA RECLAMAÇÃO, INFORME O NÚMERO DO CONSUMIDOR INDICADO NA SUA CONTA, ISSO FACILITARÁ O ATENDIMENTO.

www.coelba.com.br

Estrada de Campinas, Estrada do Cais, Estrada do Monte, Estrada Madrugada, Estrada Roseira, Estrada São Francisco, Fazenda Almas Paramirim, Fazenda Capitu, Fazenda Conceição, Fazenda Dom Joao, Fazenda Engenho D Agua, Fazenda Esperança, Fazenda Gurgainha, Fazenda Macacos, Fazenda Monte, Fazenda Pecuária, Fazenda Pirangi, Fazenda Vanique, Ladeira da Caja, Ladeira Monte, Largo do Cruzeiro, Largo Joao Cabloco, Loteamento Mae Carlita, Loteamento Perivaldo Barbosa Calmon, Loteamento São Jose, Praça Alzira Santana da Cruz, Praça Baía Todos Os Santos, Praça Carolina de Freitas, Praça da Bandeira, Praça da Independência, Praça Duque de Caxias, Praça Getúlio Vargas, Praça Santa Cruz, Povoado Assent Milton Santos, Povoado Comunidade Santa Eliza, Povoado Santa Eliza, Policarpovoado de Oliveira, Raimundo Ribeiro, Rodovia Ba 522, Rodovia Ba 523, Rodovia Candeias, Rodovia Condomínio S Francisco Km 9, Rua 29 de Junho, Rua 7 de Setembro, Rua A, Rua A Alto da Bela Vista, Rua Alto da Bela Vista, Rua Alto do Monte, Rua Antônio Dias Caipe de Baixo, Rua Antônio S Portugal, Rua Antônio S Portugal, Rua Antônio Santana Portugal, Rua Antônio Santos Portugal, Rua Aracaju, Rua B Alto da Bela Vista, Rua Baixa Fria, Rua Baixada, Rua Bandeira, Rua Barão de São Francisco, Rua Barão Rio Branco, Rua Barroquinha, Rua Bela Vista, Rua Bento das Lages, Rua Brasília, Rua C, Rua Caixa D Agua, Rua Campovoado de Dom Joao, Rua Castrodovia Alves, Rua Cemitério, Rua Comendador G Dias, Rua Coroado, Rua da Ajuda, Rua da Baixada, Rua da Boa Vista, Rua da Brasília, Rua da Caixa D'agua, Rua da Caja, Rua da Calcada, Rua da Embasa, Rua da Escola, Rua da Esperança, Rua da Igreja, Rua da Jaqueira, Rua da Madrugada, Rua da Mangueira, Rua da Rodoviária, Rua da Vitória, Rua Daniel, Rua das Flores, Rua de Junho, Rua Direita, Rua do Asfalto, Rua do Belego, Rua do Campo, Rua do Cemitério, Rua do Dendê, Rua do Estádio, Rua do Genipapeiro, Rua do Guruge, Rua do Prédio, Rua dos Pinheiros, Rua dos Sabiais, Rua Dr. Batista Marques, Rua Drena, Rua Engenho de Baixo, Rua Esperança, Rua Espirito Santo, Rua Fernando Agostinho da Rocha, Rua Fernando Agostinho da Rocha Ferreira, Rua Fernão Castelo Branco, Rua Frei Miguel, Rua Genipapeiro, Rua Getúlio Vargas, Rua Guruge, Rua H, Rua Independência, Rua Joana Angelica, Rua Joao Florêncio Gomes, Rua Joao Gualberto de Freitas, Rua Jose Joaquim Bulcão, Rua Junqueira Ayres, Rua Juvenal Eugenio Queiroz, Rua Laurodovia de Freitas, Rua Luiz Viana Filho, Rua Manilha, Rua Manoel do Amaral, Rua Manoel Ezequiel do Amaral, Rua Marape, Rua Maria Cleonice dos Anjos, Rua Maria Quitéria, Rua Mario Augusto Teixeira de Freitas, Rua Ministrodovia Bulcão Viana, Rua Misericórdia, Rua Monte, Rua Monte Recôncavo, Rua Muricy, Rua Niterói, Rua Nova, Rua Nova Santa Rita, Rua O, Rua Ourodovia Negro, Rua Paramirim, Rua Pernambuco, Rua Piauí, Rua Policarpovoado de Oliveira, Rua Porto de Brotas, Rua Raimundo de Santana Ribeiro, Rua Raimundo Primo, Rua Raimundo Ribeiro, Rua Rodolfo Tourinho, Rua Rui Barbosa, Rua Santa Cruz, Rua Santo Antônio, Rua São Bento, Rua São Francisco, Rua São Paulo, Rua Sergipe, Rua Usinas, Rua Vencimento, Rua Vicente A Porciuncula, Rui Barbosa, Sítio Santo Alberto, Tv. 1 Coroado, Tv. 1 da Castrodovia Alves, Tv. 1 da Mangueira, Tv. 1 Rodolfo Bahia Tourinho, Tv. 1 Rodolfo Tourinho, Tv. 1 Santa Rita, Tv. 1 São Bento, Tv. 1 Sergipe, Tv. 2 Joao Gualberto de Freitas, Tv. 2 Rodolfo Tourinho, Tv. 2 São Bento, Tv. 3 Mangueira, Tv. 3 Santa Rita, Tv. 7 de Setembro, Tv. Caixa D Agua, Tv. Castrodovia Alves, Tv. Coroado, Tv. da Baixada, Tv. da Embasa, Tv. da Mangueira, Tv. do Carmo, Tv. Drena, Tv. Frei Miguel, Tv. Getúlio Vargas, Tv. Joao Gualberto de Freitas, Tv. Junqueira Aires, Tv. Largo do Carmo, Tv. Manoel do Amaral, Tv. Maria Cleonice dos Anjos, Tv. Monte, Tv. Niterói, Tv. Paramirim, Tv. Piauí, Tv. Raimundo Ribeiro, Tv. Rodolf Torinho, Tv. Santa Rita, Tv. São Bento, Tv. Sergipe e Vicente A Porciuncula.

23/08/2021 SEGUNDA-FEIRA

SALVADOR/AMARALINA - das 09:00 às 17:00 - Av. Visconde de Itaboraí, Rua Aurelino Silva, Rua do Norte e Rua Visconde de Itaborahy.
SI 762625/2021

24/08/2021 TERÇA-FEIRA

LAURO DE FREITAS/ITINGA - das 08:00 às 16:00 - Alameda Amescla, Conjunto Parque Santa Rita Caminho 62, Jardim Tropical, Loteamento Davina Menezes, Loteamento Parque São Paulo, Rua Arnaldo Sales, Rua Aurelino Leal, Rua Benedita P dos Santos, Rua Crispiniana Paranhos, Rua Eloina S da Silva, Rua Jose Cardoso dos Santos, Rua Jose Venful, Rua Juarez Magalhaes, Rua Ladislau C Farias, Rua Mario Silva, Rua Orlando Moscoso, Rua Santa Efigenhia, Rua São Cristóvão e Rua São Raimundo.

SALVADOR/RIBEIRA - das 09:00 às 15:00 - Av. Porto dos Mestros, Largo da Madragoa, Rua 25 de Dezembro da Ribeira, Rua Porto dos Tainheiros e Tv. 1 Domingos Rabelo.

SALVADOR/SAO CRISTOVAO - das 07:40 às 15:40 - Loteamento Parque Quinta de Ipitanga, Rua Ipiá, Rua Parque São Jorge, Rua Prado e Tv. Quinta de Ipitanga.

SIMOES FILHO/CIA II - das 09:00 às 17:00 - Av. Elmo Serejo Farias, Av. Engenheiro Elmo Serejo de Farias, Av. Universitária, Rodovia Universitária, Rua Epitácio Pessoa, Rua Via Universitária e Rua Vila Rica.

AMPLIAÇÕES E MELHORIAS NA REDE ELÉTRICA

Consumidor e dono de posto criticam reajuste

GASOLINA A fotógrafa Vanessa Ramos, 33 anos, depende do carro para trabalhar. É assim que ela encontra os clientes, faz as fotos, e depois retorna para entregar o material pronto. O veículo é essencial para dar agilidade ao serviço e oferecer bom atendimento, mas ela contou que tem feito um esforço danado para conseguir manter o carro. Por isso, a notícia de que o preço da gasolina seria reajustado mais uma vez deixou ela preocupada.

“O custo para manter o carro aumentou, mais que dobrou. Tenho repassado parte da despesa com combustível para os clientes porque entrego em casa todos os produtos. Muitas vezes, faço mais de uma visita pra ajudar na escolha, então, ficou puxado. Às vezes, o cliente pede desconto e aí não tem jeito, sai do meu bolso mesmo”, disse a fotógrafa.

Desde ontem, o litro da

Mesmo antes do reajuste de ontem, litro de gasolina já era vendida por mais de R\$ 6 em Salvador



PAULA FRÖES

gasolina passou de R\$ 2,69 para R\$ 2,78, nas refinarias, mas nas bombas de Salvador o valor já superava os R\$ 6 mesmo antes deste reajuste. O último aumento nas refinarias havia sido em 6 de julho. De janeiro até essa quinta, o combustível acumula alta de 51%. O mercado de combustíveis é livre no Brasil, então, é uma decisão de distribuidoras e postos repassar ou não o aumento das refinarias. Contudo, não repassar significa, muitas vezes, reduzir o lucro ou ter prejuízo na operação.

E se os reajustes irritam os consumidores, não se pode dizer que são do agrado dos donos de postos. O presidente do Sindicato dos Revendedores de Combustíveis do Estado da Bahia (Sindicombustíveis), Walter Tannus, afirmou que a categoria discorda do reajuste e que

esse deveria ser o momento para se repensar a forma de calcular o preço desse produto no país. “A sociedade precisa rever a política do preço dos combustíveis”, disse. “O impacto é para todos. A indústria e o agronegócio, que usam de maquinário, também sentem”, completou.

São 2.700 postos na Bahia, 250 deles em Salvador e Região Metropolitana. Ontem, o menor preço para gasolina comum em Salvador foi de R\$ 5,72, em Itapua. O maior, R\$ 6,19, foi registrado no Horto Florestal.

DICAS PARA ECONOMIZAR

Mantenha a manutenção pre em dia, conferindo velas, o filtro do combustível, filtro de ar do motor; faça alinhamento e balanceamento e troque o óleo sempre na data certa

Cuidado com a calibragem dos pneus. Não vale encher mais do que o permitido por fábrica porque isso amplia o desgaste dos pneus. Faça a calibragem a cada 15 dias

Prefira abastecer em postos que apresentam selo da ANP (Agência Nacional de Petróleo)

Evite dar arrancadas na hora de sair com o carro, pois isso aumenta o consumo

Rode com velocidade constante, pois mudanças de velocidade exigem mais do do moto

Quanto mais pesado o veículo, mais será exigido. Só carregue o que for necessário

Só use o veículo se for realmente necessário. Essa atitude economiza combustível e é mais saudável.

Governo vai criar programa para motoristas de aplicativo

PROTEÇÃO SOCIAL O novo ministro do Trabalho e Previdência Onyx Lorenzoni, afirmou em entrevista ao jornal O Globo, que o governo vai criar duas novas regras: uma para o trabalho remoto e outra para quem presta serviços para aplicativos, como Uber e Rappi.

Os profissionais que prestam serviço por aplicativo são hoje uma das maiores prioridades da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O projeto em gestação pelo governo pretende criar um mecanismo de formalização da categoria. Apesar de não dar detalhes, Onyx afirma que o projeto vai se inspirar no sistema do Microempreendedor Individual (MEI), que garante a autônomos algum tipo de proteção social. Neste regime diferenciado, destinado a quem fa-

Onyx Lorenzoni antecipou que ideia é usar um sistema parecido com o do MEI



ISAC NOBREGA/PR

tura até R\$ 81 mil anuais, há a possibilidade de o trabalhador ter direito a auxílio-doença, pensão por morte e aposentadoria por idade, em troca de um recolhimento mensal de 5% sobre o salário mínimo.

“Não seria trazer essas pessoas para o MEI. Estamos criando outro sistema, que tem o nome de MED (Mi-

croempreendedor Digital)”, disse o ministro ao jornal, antes de complementar: “A origem dessas atividades é completamente desregulamentada, por isso elas prosperaram. Temos que ajustar, mas é preciso que seja uma coisa construída com as plataformas que oportunizam essas atividades e com quem as exerce, para não achar

que vai fazer um colibri e fazer um urubu”.

Sobre o trabalho remoto, Onyx disse que “as pessoas querem um tipo de teletrabalho, mas não querem perder a conexão com o presencial, seria um sistema misto. As escolas já estão fazendo isso porque os alunos reclamam da falta de convivência”.

INDICADORES

CÂMBIO

| | Compra | Venda |
|-----------------|------------|------------|
| Dólar Comercial | R\$ 5,2559 | R\$ 5,2564 |
| Dólar Turismo | R\$ 5,2370 | R\$ 5,4200 |
| Euro turismo | R\$ 6,0930 | R\$ 6,3830 |

BOLSA

| Índice | Pontos | Varição |
|---------|------------|---------|
| Bovespa | 120.700,98 | -1,11% |

POUPANÇA

| | |
|------------|----------|
| 13/08/2021 | 0,1559 % |
|------------|----------|

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00

INFLAÇÃO

| | Julho | Ano | 12 meses |
|-----------|-------|--------|----------|
| IPCA/IBGE | 0,96% | 4,76% | 8,99% |
| INPC/IBGE | 1,2% | 5,01% | 9,85% |
| IGP-M/FGV | 0,78% | 15,98% | 33,83% |

SERVIÇOS

0,8%

é a queda volume de serviços na Bahia no mês de junho na comparação com o mesmo mês do ano passado. A informação, divulgada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), consta da Pesquisa Mensal de Serviços, realizada pelo IBGE. Com relação à receita nominal de serviços, houve expansão de 31,7%, na mesma base de comparação.

ÍNDICE DE MISÉRIA BATE RECORDE NO BRASIL

INFLAÇÃO E DESEMPREGO O “índice de miséria” no Brasil atingiu 23,47 pontos em maio, dado mais recente, no maior valor desde o início da série histórica, em março de 2012. O recorde negativo foi puxado por aceleração da inflação, aumento do desemprego e do custo de vida e queda da renda. Calculado pela LCA Consultores a partir de dados do IBGE, o indicador mede a satisfação da sociedade com a economia e deve continuar subindo até atingir 24,27% em agosto, quando então deve passar a cair e terminar 2021 em 21,44%.

LATAM TEM 28 VAGAS PARA A BAHIA

AVIAÇÃO A Latam abriu 28 vagas de emprego, voltados para atuação em aeroportos na Bahia. São 15 oportunidades em Salvador, 7 em Porto Seguro e 6 em Ilhéus. As oportunidades surgem para sustentar a ampliação da oferta de voos pela companhia, à medida em que avança o processo de vacinação contra a covid-19. A companhia já retomou 75% da sua oferta doméstica de assentos e encerrará 2021 com mais destinos no país do que antes da pandemia e por isso pretende contratar mais mil funcionários.

FAROL ECONÔMICO

POR DONALDSON GOMES

@donaldsongomes



SEGUROS

O mercado de seguros baiano cresceu 31,4% entre janeiro e maio, de acordo com os dados da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em comparação ao mesmo período do ano passado. O empresarial, residencial e de vida foram os que mais cresceram, com acréscimos de 34%, 35% e 40%, respectivamente. "Com a retomada da economia no Brasil, as flexibilizações e o PIB crescendo, devemos seguir no mesmo ritmo até o fim do ano", destaca Alexandro Barbosa, presidente do Sindicato das Seguradoras da Bahia, Serpipe e Tocantins (Sindseg BASETTO).

31,4%

Foi o crescimento do mercado baiano de seguros entre os meses de janeiro e maio

Nova estratégia

A PwC está expandindo a presença no Brasil com a abertura de um escritório em Fortaleza (CE), que vai se somar às operações da empresa aqui na Bahia e em Pernambuco, na região Nordeste. Serão contratados 300 profissionais na região. Em todo o Brasil, a estratégia "Nova Equação" da PwC prevê a contratação de mais de 7 mil profissionais, mentoria e preparação de 2 mil jovens para o mercado de trabalho em geral e investimentos acima de R\$ 1 bilhão ao longo dos próximos 5 anos.

Para o lar

Com a estratégia de inspirar novos projetos para o lar e movimentar as vendas de casa e decoração, o Bela Vista criou a campanha Bela Casa Líquida, com sorteios de até R\$ 50.000 em vale-compras e exposição de uma casa completa com ambientes decorados. O shopping investiu R\$ 345 mil na ação, com expectativa de aumentar o fluxo em 20% e alcançar um crescimento de 10% nas vendas.

345

Mil reais foi investimento do Shopping Bela Vista em campanha

Novidades

O Salvador Shopping recebe este mês três novas lojas: a de moda infantil Bebê Básico, a Oven Pizzaria e a loja Esporte Clube Vitória. Este ano, outras 14 marcas ingressaram no mix, entre as novidades recentes estão as exclusivas Tok&Stok Studio e Lindt, além da chegada do restaurante Healthy por Victoria Cintra, a academia Smart Fit, do Mundo Pet, da Brutus Burger, da Mendoá Chocolates e da modernização da Lar Shopping.

NO HORIZONTE

● **Motos elétricas** A Solar Coca-Cola inicia este mês novos testes com veículos movidos a combustíveis alternativos. Desta vez, será feito um projeto piloto com a Shineray do Brasil, com objetivo de substituir em seis anos 3 mil motos à combustão. Neste primeiro momento, a unidade baiana vai atuar com uma SHE-3000.

● **Planos gratuitos** Em agosto a startup baiana Picketow oferecerá 500 pacotes com serviço de reboque veicular e uma carga de bateria para novos usuários no período de 3 meses. Para ter acesso, é necessário acessar o site www.picketow.com e seguir o regulamento.

Donaldson Gomes é editor e escreve às sextas-feiras

Quinta parcela do auxílio é antecipada para o dia 18

BENEFÍCIO O presidente da República, Jair Bolsonaro, anunciou nesta quinta-feira (12) a antecipação do pagamento das próximas três parcelas do auxílio emergencial, que agora vai começar a partir do próximo dia 18 (quarta-feira) para os beneficiários do Bolsa Família. O auxílio emergencial acabaria em julho, mas foi prorrogado por mais três meses (quinta, sexta e sétima rodadas) em 2021. O pagamento do benefício, portanto, vai até outubro.

O restante do calendário será definido de acordo com a data de nascimento dos cadastrados, que receberão o benefício da quinta rodada até o fim do mês, conforme explicou o presidente da Caixa Econômica, Pedro Guimarães.

A Caixa continuará efetuando o pagamento primeiro com crédito em conta e depois com a liberação do saque em dinheiro. O banco esclareceu que não haverá novo cadastro. Os beneficiários que já receberam as par-

celas anteriores e que cumprem os requisitos vão receber as parcelas extras.

Os valores também permanecem os mesmos: R\$ 150 (beneficiários de famílias com um único integrante), R\$ 250 (beneficiários de famílias com dois ou mais membros) e R\$ 375 (beneficiários de famílias chefiadas pelas mulheres).

Segundo o ministro da Cidadania, João Roma, o custo da extensão do programa foi de mais de R\$ 20 bilhões.

Em novembro, o governo quer começar a pagar o Auxílio Brasil, programa que substituirá o Bolsa Família. O valor, contudo, só deve ser anunciado em setembro.

Programa vai ter mais duas parcelas e segue até outubro e, assim como o Bolsa Família, será substituído pelo Auxílio Brasil, que ainda não tem valor definido

Bolsonaro voltou a projetar reajuste de pelo menos 50% do ticket médio do Bolsa Família. O benefício médio do Bolsa Família é de cerca de R\$ 190. Com 50% de reajuste, esse valor chegará a R\$ 285.

O presidente, no entanto, tem falado em números maiores para o benefício médio: R\$ 300 ou até mesmo R\$ 400, o que provocou uma queda de braço no governo, dividindo as áreas econômica e política.

O chefe do Executivo também admitiu que a vacinação tem produzido queda no número de casos de infecção por covid-19 e prevê volta à normalidade "de modo mais breve possível".

"Graças a Deus os números têm diminuído bastante, em grande parte pelo programa de vacinação do governo. Hoje em dia temos uma parcela considerável da população já vacinada. A gente espera, realmente, que, de modo mais breve possível, voltemos à normalidade", afirmou.

Segunda fase do open banking começa a ser implantada hoje

CADASTRO O Banco Central começa hoje a implementar a segunda das quatro fases do Open Banking, que permitirá o compartilhamento padronizado de dados pessoais pelas instituições participantes. Nesta etapa, os participantes do programa podem trocar dados de cadastros e transações de consumidores entre eles, sempre a partir do consentimento desse mesmo consumidor.

Caso dê esta autorização, nesta fase poderão ser compartilhadas as informações de cadastro, como nome, endereço, renda e CPF, por exemplo, além de dados de movimentação financeira como informações sobre contas, cartão de crédito e operações de crédito.

O Open Banking é um sistema que promete facilitar o surgimento de novos produtos e serviços para o cliente. Isso é possível devido ao uso de um conjunto de programas que promove a conexão entre as instituições participantes e as informações que serão trocadas entre elas.

Assim, o consumidor poderá fazer transações em um banco ou plataforma mesmo sem ter conta ali. A iniciativa pode trazer benefícios como a queda nas taxas de juros devido a uma maior concorrência no setor.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIASSUCÊ - BAHIA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2021 - UASG: 983539
OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais permanente para atender a necessidade da Unidade de Atenção Especializada em Saúde (Hospital Municipal São Sebastião) de Ibiassucê - Bahia. Entrega das Propostas: a partir de 13/08/2021 às 08h no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 26/08/2021 às 08h no site www.comprasnet.gov.br. Os anexos estão disponíveis aos interessados no site <https://ibiassucba.gov.br/licitacoes/> e www.comprasgovernamentais.gov.br. Informações com a Comissão Permanente de Licitações, nos dias úteis, das 08h às 12h, de segunda a sexta ou pelo e-mail: licitacaoibiassucba@gmail.com. Ibiassucê, 12/08/2021. Bruno Almeida Pereira - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELÍSIO MEDRADO
AVISO DE LICITAÇÃO. O PRESIDENTE/PREGOEIRO DA CPL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ELÍSIO MEDRADO informa que realizará a seguinte licitação: Tomada de Preços nº 009/2021 - OBJETO: Contratação para prestação de serviços de engenharia com fornecimento total de mão de obra e materiais para execução de obra de Pavimentação da Ladeira da Sapucaia e da Ladeira da Baixa, no município de Elísio Medrado/Bahia, conforme especificação no Anexo I do Edital, e mediante condições estabelecidas na Lei Federal nº. 8.666/93Data: 01/09/2021 - Horário: 8h30min. O Edital encontra-se disponível no Portal da Transparência (www.elsiomedrado.ba.gov.br). Informações podem ser obtidas pelo e-mail: licitaelisio@gmail.com Tel. 075 3649-2113. Elísio Medrado, 12 de agosto de 2021. Marcos Antonio Ferreira Pessoa - Presidente da CPL.
AVISO DE LICITAÇÃO. O PRESIDENTE/PREGOEIRO DA CPL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ELÍSIO MEDRADO informa que realizará a seguinte licitação: Tomada de Preços nº 010/2021 - OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia com fornecimento total de mão de obra e materiais para execução de obra para reforma e ampliação da Creche do Lajeado, no município de Elísio Medrado/Bahia, conforme especificação no Anexo I do Edital, e mediante condições estabelecidas na Lei Federal nº. 8.666/93Data: 01/09/2021 - Horário: 13h00min. O Edital encontra-se disponível no Portal da Transparência (www.elsiomedrado.ba.gov.br). Informações podem ser obtidas pelo e-mail: licitaelisio@gmail.com Tel. 075 3649-2113. Elísio Medrado, 12 de agosto de 2021. Marcos Antonio Ferreira Pessoa - Presidente da CPL.

EDITAL DE SEGUNDO E ÚLTIMO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO
SALVADOR - BA
Data do leilão: 13/08/2021 às 15:00
Local: HOTEL PRAIA DA SEREIA - SALÃO DE CONVENÇÕES - AVENIDA DORIVAL CAYMI, Nº 14, ITAPUBA, SALVADOR, BAHIA.
TANIA MARIA DE ABREU, Leiloeiro Oficial matrícula 004630-00 estabelecido a RUA ESTELA DALVA, QUADRA 13, CASA 07 - LOTEAMENTO PEDRA DO SAL Nº 0, ITAPUBA, SALVADOR - BA CEP: 41620-340, telefones 071 3241-2052, 071 3178-8579, 071 3374-5321 faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/66 e regulamentação complementar RC 5870, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.
A venda à vista, sem utilização da Carta de Crédito, será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo improrrogável de 08(oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.
A venda com financiamento, será feita através de Carta de Crédito de uma Instituição Financeira escolhida pelo interessado, com prévia e devida análise cadastral e comprovação de renda.
A venda com utilização dos recursos do FGTS, só poderá ser efetivada através e, com prévia e devida análise de uma Instituição Financeira escolhida pelo comprador.
Os interessados na obtenção de Carta de Crédito e ou utilização dos recursos do FGTS, para aquisição dos imóveis constantes deste edital deverão procurar uma Instituição Financeira com a antecedência necessária a data do leilão.
As vendas serão realizadas pelo maior lance.
É vedada a participação de empregados e dirigentes da EMGEA, seus companheiros ou cônjuges, casados sob o regime de comunhão universal ou comunhão parcial de bens, ofertando lances no 1º e 2º leilões das execuções extrajudiciais.
As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas, inclusive condomínio, correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.
O leiloeiro atua-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.
Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados. SED B3725 - CONTRATO 109510108177 - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA
JOSE RAIMUNDO MARQUES PEREIRA, BRASILEIRO (A), METALURGO, CPF 060.018.235-55, CASADO (A) COM VALDICE AMAZONAS PEREIRA, BRASILEIRO (A), DO LAR, CPF 111.020.71587.
DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 303, EDIFÍCIO ADRIANA, A RUA CIRIDIAO DURVAL, Nº 573, LOTEAMENTO JARDIM BRASÍLIA, PERNAMBUCOS, EM SALVADOR, BA, COMPOSTO DE DOIS QUARTOS, SENDO UMA SUÍTE, SALA, VARANDA, CIRCULACAO, SANITARIO SOCIAL, COZINHA, QUARTO E WC DE EMPREGADA E AREA DE SERVIÇO, COM A AREA PRIVATIVA DE 70,32M2, AREA COMUM DE 48,92M2, AREA TOTAL DE 119,24M2, E UMA VAGA DE GARAGEM COBERTA, DESIGNADA PELO Nº 11, G-1 COM AREA PRIVATIVA DE 12,52M2, AREA COMUM DE 6,19M2, AREA TOTAL DE 19,19M2, COM TODAS AS SUAS INSTALACOES, BENEFICIOARIAS, PERTENCENTES E ACESSORIOS.
SALVADOR, 27/07/2021
TANIA MARIA DE ABREU

CARLOS MOURA/SCO/STF

ECONOMIA

Supremo abre novo inquérito contra Jair Bolsonaro

QUEBRA DE SIGILO O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, atendeu ontem a uma notícia-crime apresentada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e mandou abrir investigação para apurar se o presidente Jair Bolsonaro cometeu crime ao divulgar o inquérito sigiloso da Polícia Federal sobre uma invasão ao sistema da Corte eleitoral ocorrida em 2018. Esse é o segundo inquérito aberto contra o presidente no STF a partir de pedidos do TSE, em uma semana. O inquérito, que não comprovou violação das urnas, e, em uma live, Bolsonaro sustentou o contrário. Além do presidente, serão investigados o deputado Filipe Barros (PSL-PR) e o delegado da PF Victor Neves Feitosa Campos, que também responderá a um pedido de afastamento e a um procedimento disciplinar para apurar o possível repasse de informações sigilosas ao presidente. Os três serão autuados no inquérito das fake news.



Presidente da Corte, ministro Luís Roberto Barroso diz que voto impresso fere a democracia

TSE anuncia medidas para dar maior transparência à urna

ELEIÇÃO O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luís Roberto Barroso, anunciou ontem quatro novas medidas para tornar o processo eleitoral brasileiro mais transparente e confiável em meio à onda de desinformação que cerca a urna eletrônica.

O anúncio ocorre dois dias após a derrota do presidente Jair Bolsonaro na votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do voto impresso na Câmara dos Deputados. Apesar de ter fracas-

sado ao encampar o discurso contra a urna eletrônica, Bolsonaro continua colocando em xeque a segurança do sistema e a realização de eleições em 2022.

Diante dos constantes ataques que o sistema de votação eletrônico tem sofrido, a Justiça Eleitoral tornará público o acesso a alguns mecanismos de auditabilidade da urna, como a inserção dos programas, a inspeção do código-fonte, o teste de integridade do dispositivo e ainda vai estimular a

presença de fiscais independentes no TSE para atestarem a confiança em cada uma das etapas.

"No início da sessão, expliquei às pessoas de boa-fé que o TSE é contra o voto impresso porque ele faria mal à democracia e ao sistema eleitoral. Anunciei providências para aumentar a transparência e o acompanhamento por parte dos partidos e da sociedade", escreveu Barroso em uma rede social. Confira as medidas no quadro ao lado.

MUDANÇAS

● **Partidos, técnicos e especialistas** vão poder inspecionar os códigos-fonte (programa instalado na urna que permite a computação do voto e a contagem do resultado) um ano antes das eleições. Antes, a inspeção só podia ser realizada seis meses antes do pleito

● **Possibilidade** de os partidos fiscalizarem o processo de inserção dos programas na urna. A ideia é garantir a verificação de que o software utilizado é o mesmo que foi assinado digitalmente e lacrado

● **A Justiça Eleitoral** também estuda aumentar o número de urnas eletrônicas auditadas às vésperas das eleições no teste de integridade. O procedimento consiste na escolha de cem urnas aleatoriamente para serem submetidas a uma simulação de votação em que são coletados os votos dos eleitores também em cédulas de papel para comparar com os registros contidos na urna

● **Criação** de uma comissão fiscalizadora formada por instituições públicas e cidadãos para acompanhar dentro do TSE cada etapa da preparação das urnas.



Somos construtores do amanhã.

Sabe como se constrói o futuro? Todo dia. Assim é a ADEMI, há 46 anos. Trabalhando para fortalecer nosso mercado imobiliário, impulsionar nossa economia, gerar emprego e renda. Dialogando com o Poder Público e propondo adequações nas legislações. Investindo na qualificação de profissionais e de empresas. Inovando em tecnologia e ideias. Realizando ações sociais. Promovendo eventos comerciais, mas também premiando talentos e discutindo os rumos do setor, apontando caminhos sustentáveis. Para a ADEMI, construir é transformar vidas. Mãos à obra.

Apoio:
Correio

Esquema no Detran mirava carros de luxo

Bruno Wendel

REPORTAGEM
bruno.cardoso@redabahia.com.br

Pelo menos 20 locadoras de veículos foram lesadas após terem a documentação adulterada de 100 veículos pelo Departamento Estadual de Trânsito da Bahia (Detran-BA). Os veículos, a maioria picapes de luxo, foram roubados de empresas nas cidades de Porto Seguro, Lauro de Freitas, Camaçari, Ilhéus e em Salvador – só na capital baiana, foram 10 locadoras. O prejuízo estimado na fraude é de mais de R\$ 10 milhões.

“Um prejuízo altíssimo para a categoria. Excepcionalmente no mês de junho, que foi um mês atípico, tivemos

diversas ocorrências com várias locadoras ao mesmo tempo. Foi um número expressivo, não só uma locadora, mas no setor como um todo”, declarou a diretora regional da Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis (Abla), Rogéria Viana.

Atualmente, na Bahia, são 130 empresas que têm como finalidade exclusiva a locação de automóveis para pessoas físicas. Deste universo, 20 locadoras foram alvos dos bandidos.

Com base em denúncia, o Ministério Público da Bahia (MP-BA) realizou ontem a operação “Fake Rent” para desarticular o grupo criminoso. Conforme as investigações, o esquema consistia em se apropriar indevidamente de carros pertencentes a locadoras de veículos para, depois, comercializá-los. As investi-

Crime Fraude envolvia servidores e causou rombo de mais de R\$ 10 milhões a locadoras

Operação realizada ontem pelo Gaeco contou com apoio de polícias de outros três estados

gações apontam que o esquema funciona há pelo menos cinco anos no Detran baiano.

A fraude foi descoberta a partir de um levantamento da Abla. “Existem casos esporádicos de uma pessoa alugar e não devolver. No entanto, o ato tem se tornado recorrente. Para se ter uma ideia, do final de maio para o início de julho deste ano, foram nove locadoras tiveram seus carros subtraídos em um período muito próximo. Então, fizemos um levantamento dos casos e comunicamos ao DCCP (Departamento de Crime contra o Patrimônio)”, declarou Rogéria.

De acordo com a Abla, a fraude é um dos gargalos do seguimento, já que estes carros que são roubados não poder ser incluídos no sistema integrado do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) para serem apreendidos pela polícia.

“Quando a gente vai na delegacia, a polícia entende que é uma apropriação indébita ou estelionato, porque não há no sistema a situação de furto qualificado mediante fraude. Quando se faz isso, o carro não entrar como procurado no sistema. É por isso que quando passa pela Polícia Rodoviária Federal ou numa blitz, o veículo do golpe não é apreendido e o setor fica à mercê desse delito”, explicou Rogéria.

Ela disse ainda que já enca-

minhou um documento ao Denatran para que seja incluído no sistema a situação de furto qualificado mediante fraude. “Enquanto isso não acontece, a gente tem que provar na Justiça que, antes de alugar o carro, já era intenção da pessoa fazer esse tipo de delito”, disse.

APÓLIO

Por meio de nota, o Detran-BA informou que acompanhou a operação através da corregedoria do órgão, iniciando investigação preliminar em 2019, com a prisão em flagrante de estelionatários, que utilizavam “laranjas” e despachantes, com participação de ex-servidores do órgão que inseriam dados falsos no sistema e exonerados através dessa modalidade criminal.

“Estão sendo apurados crimes de associação criminosa, estelionato, falsidades documentais, inserção de dados falsos nos sistemas informáticos e corrupção ativa e passiva”, diz nota. O Detran-BA disse ainda que equipes dos Departamentos de Polícia Metropolitana (Depom), de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco), Assessoria Executiva de Operações de Polícia Judiciária (Aexpj), e Coordenação de Operações Especiais (COE) apoiam as ações do Gaeco/MPBA e Corregedoria/Detran-BA.

HAECKEL DIAS/ASCOM-PC



Servidores do órgão inseriam dados falsos no sistema

Segundo apurado pelas autoridades, os envolvidos cooptavam pessoas para alugarem veículos pertencentes a grandes locadoras nacionais e estrangeiras, contando com a ajuda de despachantes e corrompiam servidores do órgão estadual de trânsito para inserirem dados falsos nos sistemas informáticos do órgão.

São apurados crimes de associação criminosa, estelionato, falsidades documentais, inserção de dados falsos nos sistemas informáticos e corrupção ativa e passiva

Os automóveis seriam transferidos para “laranjas”, pessoas falecidas ou terceiros que tiveram seus dados utilizados sem seu conhecimento. A operação de ontem foi comandada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), com o apoio dos Gaecos dos estados de Alagoas, Goiás e Ser-

gipe, das Polícias Civil e Militar baianas, e da Polícia Rodoviária Federal (PRF), por meio da Superintendência Regional na Bahia.

São apurados crimes de associação criminosa, estelionato, falsidades documentais, inserção de dados falsos nos sistemas informáticos e corrupção ativa e passiva.

Redação

REPORTAGEM

redacao@correio24horas.com.br

Grandes redes de franquias, conhecidas por atuarem com muitas lojas físicas, estão investindo cada vez mais em canais digitais. O movimento, considerado um caminho natural e sem retorno para o varejo, foi acelerado pela pandemia do coronavírus. Um exemplo claro disso é o caso da marca O Boticário – maior franqueadora do Brasil com quase 4 mil pontos de vendas físicos, cerca de 300 na Bahia – e que agora tem 50% desses espaços entregando pedidos do e-commerce.

No primeiro semestre deste ano, as vendas da empresa pela internet cresceram a uma taxa acima de 100%, de acordo com Livia Masiero, diretora de E-commerce do Grupo Boticário e líder da estratégia de vendas online das marcas O Boticário, Eudora e Quem Disse Berenice. Em sua participação no programa Política & Economia, ela contou ao jornalista Donaldson Gomes, editor do CORREIO, que as vendas pelo omnichannel, que integra os canais digital com as lojas físicas, aumentaram em 200% no mesmo período.

“O Boticário é uma empresa com mais de 40 anos, que cresceu através de sua rede de franquias, elas são muito importantes para nós e a loja é um ativo muito importante para o grupo. Mas a gente entende que o consumidor está mudando, tem novas necessidades, então a gente começa a explorar outros canais”, destaca.

Segundo ela, o e-commerce do grupo conseguiu faturar no ano passado um volume de recursos que estava planejado apenas para 2022. “Vendo os números de mercado, acho que crescemos um pouco mais do que os outros, mas todo mundo cresceu muito”, avalia.

Segundo Livia, a prioridade do Grupo Boticário é integrar cada vez mais o e-commerce à rede de franqueados. “Hoje o consumidor pode comprar em nosso site e buscar o produto na loja, pode comprar no site e um dos nossos franqueados entregar no endereço dele”, explica. Nesse segundo caso, a diferença em relação a uma empresa de marketplace é que o Boticário se responsabiliza por toda a operação, explica. “No caso de uma entrega na Bahia, que demoraria entre cinco e sete dias para fazermos a entrega num processo normal, é possível entregar em até dois dias”, explica.

A operação impacta inclusive na redução de gás carbônico por passar a envolver distâncias menores e por ter mais eficiência logística, diz. Conveniência

Essa integração proporciona ao cliente mais conve-



REPRODUÇÃO

E-commerce do Boticário cresce acima de 100%

Aceleração Empresa alcançou em 2020 resultado que era esperado para o ano de 2022

niência, agilidade nas entregas e garante a melhor experiência em toda a jornada do consumidor. O processo de transformação começou em 2017 e foi intensificado no último ano, devido ao rápido crescimento do e-commerce por conta da pandemia. Para atender a demanda na velocidade que o “novo varejo”, também chamado de phygital – termo que une o físico e o digital – exige, o Boticário investiu em iniciativas que garantem maior agilidade no atendimento ao consumidor. Nos primeiros dois anos de projeto, a empresa realizou investimentos intensivos em sistemas e tecnologia para conseguir fazer todas as con-

Com a pandemia, o grupo entendeu que al-

gumas ações digitais poderiam ser benéficas para a empresa e a sociedade. O clique e retire acabou ficando para um segundo momento, para evitar que o consumidor tivesse que se deslocar até as lojas, lembra Livia. Por outro lado, a operação que envolvia as redes de franquias no processo de entregas fazia todo o sentido.

“A gente conseguiu levar bastante volume de vendas para os franqueados e em alguns locais o volume movi-

O jornalista Donaldson Gomes, editor do CORREIO, recebeu Livia Masiero, do Grupo Boticário no programa Política & Economia, para falar sobre transformação digital

mentado chegou a complementar bastante o que se perdeu com o fechamento das lojas”, conta. Com o uso dos estoques dos franqueados, o Boticário consegue chegar a quase todos os municípios brasileiros e chegam a 4.300 cidades. Neste formato, o pedido do consumidor, mesmo feito online, é atendido pela rede de franquias, o que reduz prazos de entregas em até 80%, nos casos das regiões Norte e Nordeste.

Mais tarde, com o processo de reabertura gradual da economia, o Boticário iniciou a implementação do clique & retire. Segundo Livia, no primeiro semestre, 80 mil consumidores que estiveram nas unidades do grupo a partir de compras realizadas pela internet.

Adaptação

A pandemia obrigou todos a se adaptarem muito rápido, destaca a diretora de E-commerce do Grupo Boticário. Ela lembra que a empresa priorizou a proteção dos seus trabalhadores, dos seus franqueados e na busca por ajudá-los a manter suas fontes de renda. “Só depois disso passamos a nos preocupar com nossa atividade principal, que é produzir, levar amor e carinho através dos nossos produtos”, conta.

“A nossa diversidade de canais foi muito importante porque as lojas acabaram sofrendo demais no ano passado, mas outros dois canais acabaram suprindo a falta de fluxo na loja”, lembra, citando o e-commerce e os canais de venda direta, através das revendedoras. “Tivemos que nos adaptar, testamos muitas coisas, algumas não deram certo, mas outras funcionaram muito bem”.

Mas as mudanças provocadas pela pandemia não se restringiram aos canais de compras. O comportamento do consumidor se alterou. Alguns produtos passaram a ser menos consumidos, enquanto outros passaram a ser mais demandados, diz Livia. Segundo ela, houve um aumento nas linhas voltadas para a higiene pessoal, como sabonetes, shampoos e desodorantes, além da linha de perfumaria.

Categorias como maquiagem, por exemplo, principalmente para a área da boca, tiveram redução de demanda significativa. “As pessoas estão saindo menos, têm menos festas, não pode ter aglomeração, então maquiagem teve uma queda”, afirma. “Mas acreditamos muito nesta categoria. O que vemos de mercados fora do Brasil que já passaram pela fase mais crítica é que as vendas de maquiagens estão retornando com muita força”.

No período, muitos novos consumidores passaram a utilizar o e-commerce. “As pessoas estão conseguindo se adaptar. As lojas estão voltando a funcionar e tem uma parcela que está se mantendo no digital, mas outra está retornando às lojas”, explica.

“Vendo os números de mercado, acho que crescemos um pouco mais do que os outros, mas todo mundo cresceu muito”

“As pessoas estão saindo menos, têm menos festas, não pode ter aglomeração, então maquiagem teve uma queda”

“Tivemos que nos adaptar, testamos muitas coisas, algumas não deram certo, mas outras funcionaram muito bem”

“A gente entende que o consumidor está mudando, tem novas necessidades, então a gente começa a explorar outros canais”
Livia Masiero
diretora de E-commerce do Grupo Boticário

Tribuna

MEI

O Senado aprovou uma proposta para ampliar os limites de enquadramento de microempreendedor individual (MEI) para uma receita bruta de até R\$ 130 mil anuais. De autoria do senador Jayme Campos (DEM-MT), o texto permite ainda que os MEIs possam contratar até dois empregados. A matéria recebeu 71 votos favoráveis e nenhum contrário, e segue agora para a Câmara. Atualmente, o limite para enquadramento como MEI é de até R\$ 81 mil anuais.

Tribuna

BC diz que fará o necessário para manter controle da inflação

AGÊNCIA BRASIL

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, voltou a afirmar ontem que a instituição financeira fará "o que for preciso" para manter a inflação dentro das metas estabelecidas.

"Vamos usar todo instrumento existente, na medida em que for preciso, para que as inflações fiquem ancoradas no médio e longo prazo", afirmou Campos Neto ao participar, nesta manhã, do 33º Congresso Nacional Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel).

A mensagem, segundo ele, visa a tranquilizar o mercado quanto à capacidade do Brasil de manter a estabilidade fiscal em meio a "sucessivos choques" que vêm afetando a economia global.

"Entendemos que, quando o BC passou uma mensagem mais dura em relação a isso, as inflações implícitas de longo prazo, que estão muito ligadas à percepção fiscal, começaram a cair. Por isso é tão importante passar a mensagem de credibilidade fiscal para os agentes econômicos", acrescentou. Ele ressaltou que grandes investidores es-



O PRESIDENTE do BC, Roberto Campos Neto, voltou a afirmar ontem que a instituição financeira fará "o que for preciso" para manter a inflação dentro das metas

tão atentos ao grau de endividamento dos países emergentes, dentre os quais, o Brasil, cuja dívida pública já vinha crescendo antes mesmo da pandemia.

"O Brasil é um país altamente endividado. E há uma percepção de piora fiscal, uma expectativa quanto ao que o Brasil vai fazer para voltar aos trilhos do equilíbrio fiscal. Qualquer notícia que leva os agentes econômicos a entenderem que há uma

desestabilização fiscal, isso tem efeito nas variáveis macroeconômicas, o que tem influência na recuperação do crescimento econômico", disse Campos Neto. Ele mencionou que, devido a este contexto, as taxas de juros vêm subindo em vários países, incluindo o Brasil.

No último dia 4, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a taxa Selic, juros básicos da economia, de 4,25% para 5,25% ao ano,

a fim de tentar conter a escalada inflacionária no país, puxada pelo aumento da inflação de alimentos, combustíveis e energia.

Ainda assim, o Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central no último dia 9, mostrou que as principais instituições financeiras elevaram de 6,79% para 6,88% a previsão de inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) para este ano. O boletim traz a pesquisa semanal divulgada pelo Banco Central, com a projeção de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

A estimativa ultrapassa a meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que é de 3,75%, com 1,5 ponto percentual de tolerância, ou seja, entre 2,25% e 5,25%. Para 2022 e 2023, a meta é 3,25% e 3%, respectivamente, com 1,5 ponto de tolerância.

"Quando comparamos o número de casos [de pessoas infectadas recentemente pelo novo coronavírus] com o número de óbitos, [vemos que] a vacinação é muito efetiva e é a saída que imaginávamos que proporcionaria a reabertura da economia", disse, citando dados internacionais que, segundo ele, atestam a eficácia dos imunizantes.

| | |
|---------------------------|-------------------|
| Veículo: Tribuna da Bahia | Caderno: Política |
| Data: 13/08/2021 | Página: 04 |

Tribuna

IR: relator da reforma beneficia médicos e advogados com isenções

ADRIANA FERNANDES O
ESTADO DE S.PAULO E
FERNANDA TRISOTTO E
GERALDA DOCA O GLOBO

As empresas que pagam o Imposto de Renda pelo regime de lucro presumido com faturamento de até R\$ 4,8 milhões terão isenção total de lucros e dividendos. A decisão será incorporada ao parecer do relator do projeto, deputado Celso Sabino (PSDB-PA). "A isenção atende médicos, advogados, dentistas, restaurantes, bares, lanchonetes, construtoras, comércios que são microempresas, mas não estão no Simples", disse Sabino ao Estadão.

Segundo ele, a medida vai beneficiar 1 milhão de empresas e foi negociada

com os líderes dos partidos e as bancadas da Câmara para a votação ainda nesta quinta-feira, 12, do projeto pelo plenário.

Como mostrou a reportagem do Estadão, a mudança teve o apoio do presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL). A votação seria ontem, quinta-feira, mas foi adiada.

O lucro presumido é um regime tributário em que a empresa faz a apuração simplificada do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL). A Receita Federal presume que uma determinada porcentagem do faturamento é o lucro.

Tribuna

Detran-BA realiza leilões em Salvador e no interior

Ao todo serão leiloados 1.337 veículos e sucatas com lances a partir de R\$100 na próxima segunda-feira

DAVI VALADARES
ESTAGIÁRIO

Encontrar boas oportunidades de negócios em meio à crise que o país passa, sobretudo agravado pela pandemia, não é tarefa fácil. Mas se o assunto for carros, ainda existem algumas excelentes chances para aqueles mais atentos, pois o Departamento Estadual de Trânsito (Detran-BA) anunciou que os veículos e sucatas apreendidos pelo órgão serão levados a leilão neste mês de

agosto. Serão três eventos e o primeiro ocorre – nos pátios de Salvador e Vitória da Conquista – na segunda-feira (16), por meio da internet (www.kcleiloes.com.br). Ao todo vão ser leiloados 1.337 veículos conservados e sucatas com lances a partir de R\$100.

“Uma vantagem dos leilões é que o comprador não assume dívidas pendentes do veículo, se responsabilizando apenas pelo pagamento do IPVA do exercício atual”, aponta o Detran. Con-

forme ainda sugere o órgão, um dos destaques neste primeiro dia na capital baiana é um Kia Cerato EX2.2010 com bancos de couro e lance inicial de R\$ 4 mil. Há boas oportunidades também na terça-feira (17), onde será a vez do leilão dos municípios de Alagoinhas, Barreiras, Camaçari e Irecê que oferecem veículos e lotes de sucatas com ofertas exclusivas para empresas de autopeças. As cidades de Teixeira de Freitas, Senhor do Bonfim e Conceição do Coi-

té encerram a série de leilões, na quarta-feira (18), a partir das 9h. Entre os destaques para esse último estão um Uno Way 1.0 / 4 portas, ano de fabricação 2011, com lance inicial de R\$ 1.800, e uma moto CBX 250, com lance inicial de R\$ 450.

“É uma excelente oportunidade para quem quer investir gastando pouco, pois são veículos abaixo do valor de mercado e com um bom estado de conservação. A gente sabe a escassez que está o mercado com relação

a veículos zero e usados. Então, o leilão acaba se tornando uma boa oportunidade”, avaliou a presidente da Comissão de Leilão do Detran-BA, Júlia Sanches, que lembrou também que os lotes de sucatas têm estimulado a reciclagem, movimentando o segmento.

VEÍCULOS E SUCATAS

Segundo classifica o Detran, os “veículos conservados” são veículos que se encontram em condições de segurança para trafegar, ten-

do direito a documentação, após a eventual e devida necessidade de recuperação, consertos e/ou substituição de peças, de única e exclusiva responsabilidade dos arrematantes. Já as “sucatas” são veículos impossibilitados de voltar a circular ou cuja autenticidade de identificação ou legitimidade da propriedade não restar demonstrada, não tendo direito à documentação. Para conferir o edital completo, basta acessar o site (www.detrans.ba.gov.br) e clicar no menu Leilões.

Tribuna

Litro da gasolina volta a subir e chega a quase R\$ 6 na capital

LARISSA NUNES
ESTAGIÁRIA

Nos últimos meses, o preço da gasolina tem assustado de maneira desenfreada os motoristas de todo país, gerando preocupação e insatisfação diante dos valores ofertados nas bombas de combustíveis. Diante do nono aumento só neste ano, o preço médio do litro da gasolina sofre novamente um reajuste, passando de R\$ 2,69 para R\$ 2,78, uma alta de 3,3%, nas refinarias. O diesel segue com o mesmo valor, segundo a estatal. Em Salvador, a gasolina comum já chega R\$ 5,99 nos postos de combustíveis.

Já a aditivada, custa R\$ 6,29. Se o consumidor pechinchar, pode encontrar por até R\$ 5,95, o litro, no posto no São Cristóvão, próximo ao Salvador Norte Shopping.

De acordo com o coordenador geral da Fundação Única dos Petroleiros, Deyvid Bacerlar, alterações nos preços da Petrobras que seguem a cotação internacional e o câmbio, refletem-se nos demais componentes do preço até chegar ao consumidor final.

"A política de preços define que os combustíveis e derivados de petróleo fiquem atrelados a três fatores, que são o valor do petróleo no mercado internacional, o dólar e os custos logísticos de importação (PPI); isso resul-

ta em vários reajustes da gasolina, diesel e gás de cozinha. Hoje, infelizmente temos as refinarias sendo subutilizadas, ou seja, o percentual que não está sendo produzida pela própria Petrobras, outros atores trazem o derivado de petróleo para o Brasil, e consequentemente acabam impactando os consumidores."

O secretário executivo do Sindicombustíveis-BA, Marcelo Travassos, afirma que a decisão de passar os reajustes para os consumidores varia de acordo com o gestor do posto de combustível.

"Esse é nono aumento feito pela Petrobras, chegando a mais 50% em relação ao preço ao mês de dezembro do ano passado. A inflação se-



Foto: Romildo de Jesus

POSTOS

Esse é o nono aumento do combustível só este ano; motoristas reclamam

gue em alta, exatamente em 4%, portanto não temos como falar em valor repassado para o consumidor, isso cabe exclusivamente a cada gestor e com toda precaução a oportunidade em aplicar ou não esse reajuste."

No acumulado do ano, a

gasolina da Petrobras já subiu cerca de 51% enquanto o diesel avançou cerca de 40%. Esse é o segundo reajuste praticado pela estatal na gestão de Joaquim Silva e Luna, desde que tomou posse em abril deste ano.

Para os motoristas, está

cada vez mais difícil pagar pelo alto valor e a opção tem sido deixar o veículo em casa. "Não dá mais para ir trabalhar todos os dias de carro. Procuro revezar indo com o transporte público ou de carona", afirma a administradora Ana Lúcia Santos.

| | |
|--------------------------|--|
| Veículo: Bahia Econômica | |
| Data: 12/08/2021 | |



LIRA AFIRMA QUE ESTADOS NÃO TERÃO PERDA DE ARRECADAÇÃO COM REFORMA DO IR



admin 12 Agosto, 2021

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou em plenário que “não há como fazer acordo” nos termos pedidos pelos Estados para a reforma do Imposto de Renda, mas que tem certeza de que os estados não sairão prejudicados com a reforma.

“O momento de agora para frente não é mais de críticas nem de sugestões. É de barganhas corporativas, todo mundo querendo manter privilégio, e esse plenário soberanamente vai decidir na parcimônia”, afirmou, ao ouvir pedidos de deputados de oposição pelo adiamento.

O presidente da Câmara disse que sua origem é como um deputado municipalista e que “não teria a menor condição, pessoal nem moral”, de pautar o projeto em plenário se “não estivesse convencido e consciente de que os Estados e municípios não terão um centavo de perda de arrecadação”.

O líder da Câmara dos Deputados que a votação será feita logo após os destaques do primeiro turno da reforma eleitoral, ainda hoje. “Na sequência será a tributária. O segundo turno [da reforma política] será votada se os senhores assim desejarem. Será decisão dos senhores”, disse.

A perspectiva no início da semana era de que o texto fosse a votação na quarta-feira, 11. No entanto, empresários, representantes do mercado financeiro, governadores e prefeitos fizeram uma articulação bem-sucedida barrar a votação. No lugar, Lira colocou em discussão a reforma eleitoral.

| | |
|--------------------------|--|
| Veículo: Bahia Econômica | |
| Data: 12/08/2021 | |



GOVERNO FEDERAL QUER USAR R\$ 15 BI EM SUBSÍDIO PARA ZERAR IMPOSTO DO DIESEL



admin 12 Agosto, 2021

O presidente Jair Bolsonaro disse que pretende usar até R\$ 15 bilhões em subsídios para zerar o imposto federal sobre o diesel até o próximo ano. A declaração foi dada na manhã desta quinta-feira (12), em entrevista à rádio Jovem Pan Maringá.

“O que eu conversei com o Paulo Guedes e com o secretário da Receita. Eu vou pegar esses R\$ 15 bilhões e vamos abater nos R\$ 19 bilhões que arrecadamos em PIS e Cofins do diesel. Ou seja, eu pretendo zerar o preço do imposto federal do diesel para o início do ano que vem e todo mundo ganha com isso. Não é só assinar MP. Tem que conversar com o parlamento, lideranças, ver o impacto e ver se vai passar”, afirmou Bolsonaro

| | |
|--------------------------|--|
| Veículo: Bahia Econômica | |
| Data: 13/08/2021 | |



APROVADO PROJETO QUE AUMENTA LIMITE DE RECEITA PARA MICROEMPREENDEDOR



admin 13 Agosto, 2021

Com 71 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção, o Plenário do Senado aprovou na quinta-feira (12) o Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/2021, que aumenta pra R\$ 130 mil a receita bruta anual permitida para enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI). A proposta, que segue para a análise da Câmara dos Deputados, ainda autoriza o MEI a contratar até dois empregados.

De autoria do senador Jayme Campos (DEM-MT), o projeto teve relatório favorável do senador Marcos Rogério (DEM-RO), que incluiu apenas uma emenda.

Hoje a Lei Complementar 123, de 2006 — Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte — enquadra como MEI o empresário individual que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 81 mil, que seja optante pelo Simples Nacional e observe as demais condições legais. Entre as quais, a de que o empreendedor só pode empregar uma única pessoa que receba exclusivamente um salário-mínimo ou o piso salarial da categoria profissional.

O PL aumenta para R\$ 130 mil o limite de faturamento. Em caso de empresa recém-aberta, o limite será de R\$ 10.833,33 multiplicados pelo número de meses compreendido entre o início da atividade e o final do respectivo ano-calendário. O projeto ainda amplia o limite de contratação

para até dois empregados dentro das condições da legislação anterior. As informações são da Agência Senado.

Para os casos de afastamento legal de um ou de ambos empregados do MEI, será permitida a contratação de empregados em número equivalente aos que foram afastados, inclusive por prazo determinado, até que cessem as condições do afastamento, na forma estabelecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

A redução de receita decorrente da conversão em lei deste projeto foi estimada pela Consultoria de Orçamento do Senado em R\$ 2,32 bilhões para o ano de 2022, de R\$ 2,48 bilhões para o ano de 2023 e de R\$ 2,64 bilhões para o ano de 2024.

Foto – Waldemir Barreto – Agência Senado

| | |
|--------------------------|--|
| Veículo: Bahia Econômica | |
| Data: 12/08/2021 | |



REFORMA DO IMPOSTO DE RENDA TRAZ CARGA TRIBUTÁRIA ABUSIVA, ALERTA FECOMÉRCIO-BA



admin 12 Agosto, 2021

Previsto para ser votado esta semana, na Câmara Federal, o PL 2337/2021, traz alterações no Imposto de Renda, para pessoas físicas e jurídicas, e nas regras sobre os lucros e dividendos. Para a Fecomércio-BA, se o texto for aprovado como está, acarretará num aumento de carga tributária abusivo para as empresas, especialmente para as que optam pelo regime do Lucro Presumido.

De acordo com a Federação, uma empresa com receita bruta de R\$ 100 mil que paga hoje uma carga de 5,93%, com o PL aprovado passará a pagar 10,33%. “Estamos apoiando emendas ao texto original que alterem essas regras e tragam medidas mais justas, evitando o aumento dos impostos, para que muitas empresas não venham a fechar suas portas e demitir seus funcionários”, declara o presidente em exercício, Kelsor Fernandes, acrescentando que, “um projeto de lei como este também aumenta, sobremaneira, o Custo Brasil, afastando novos investimentos do País, portanto estamos propondo à bancada de deputados baianos alterações ao texto”.

Na visão da Fecomércio-BA, o foco deve ser o aumento da base de contribuintes por meio do fomento à formalização das atividades, algo que não ocorre através de uma reforma dotada de complexidade e majoração dos tributos.

| | |
|------------------|--|
| Veículo: Metro 1 | |
| Data: 12/08/2021 | |



POLÍTICA

Bolsonaro quer usar R\$ 15 bilhões de subsídios para zerar impostos do diesel

Ele disse ter conversado com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e com o secretário da Receita, José Barroso Tostes Neto, sobre o tema



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Por: Luciana Freire no dia 12 de agosto de 2021 às 18:07

O presidente Jair Bolsonaro disse nesta quinta (12) que o governo pretende utilizar R\$ 15 bilhões destinados a subsídios para zerar a cobrança de tributos federais (PIS e Cofins) sobre o diesel ainda este ano. Ele disse ter conversado com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e com o secretário da Receita, José Barroso Tostes Neto, sobre o tema.

"Vamos pegar esses R\$ 15 bilhões e abater nos R\$ 19 bilhões que arrecadamos de PIS e Cofins", disse em entrevista a Rádio Jovem Pan Maringá. "O que geralmente é feito com esse dinheiro? Vai para o Tesouro. Quando vai para o Tesouro, não vai para nós porque tem o teto de gastos, então é dinheiro que vai para abater dívidas", continuou.

Ele voltou a dizer que pretende zerar o imposto federal do diesel para o ano que vem, como parte dos acenos aos caminhoneiros que vem fazendo para contornar a insatisfação com o aumento do preço dos combustíveis.

| | |
|------------------|--|
| Veículo: G1 | |
| Data: 12/08/2021 | |



Entenda o que muda com a MP que libera a venda direta de etanol para os postos

Medida provisória altera a Lei do Petróleo permitindo aos produtores venderem etanol diretamente aos postos sem passar por distribuidora.

Por Daniel Silveira, G1 — Rio de Janeiro

12/08/2021 16h14 Atualizado em 18 horas



Plantação de cana-de-açúcar de usina de etanol em Sertãozinho, interior de São Paulo, em foto registrado em junho de 2019 — Foto: Fábio Junior/EPTV

Foi publicado na edição desta quinta-feira (12) do Diário Oficial da União o texto da Medida Provisória (MP) assinada na véspera que **altera a legislação sobre a venda de combustíveis no país**, sobretudo do etanol hidratado, usado pelos veículos flex.

A MP altera a Lei nº 9.478/1997, a Lei do Petróleo, flexibilizando o processo de compra e venda do etanol hidratado. A medida atende ao pedido de parte do setor sucroalcooleiro do país e, segundo o governo, tende a beneficiar o consumidor final com possível redução no preço do combustível.

Um especialista ouvido pelo G1, no entanto, disse que o preço do combustível na bomba não deve cair mesmo depois que a MP entrar em vigor.

O consumidor brasileiro tem visto os preços dos combustíveis subirem mais que a inflação. Até julho, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado o **indicador oficial da inflação no país, acumulou alta de 8,99% em 12 meses**.

Já a alta acumulada no mesmo período sobre os preços dos combustíveis foi de 41,2%. A maior variação ficou por conta do etanol, que acumula alta de 57,27%, enquanto a da gasolina ficou em 39,65%.

O que estabelece a MP?

A medida estabelecida pelo governo permite a produtores e importadores de etanol hidratado vender o combustível diretamente aos postos de combustíveis sem a intermediação de distribuidoras. Ela também flexibiliza a venda de combustíveis de terceiros pelos chamados “postos bandeirados”, que vendem combustível de marca específica e usam a bandeira dela comercialmente. Esta regra não poderá ser aplicada aos contratos vigentes, ou seja, os postos bandeirados deverão cumprir as regras contratuais de exclusividade. Além disso, a MP altera parcialmente a cobrança de impostos sobre o etanol hidratado e sobre o etanol anidro adicionado à gasolina.

Como era antes?

Até então, somente as distribuidoras poderiam vender combustíveis aos postos. Ou seja, as distribuidoras compravam o combustível do produtor e o revendia aos postos.

A nova regra de venda direta de etanol só valerá para os postos bandeira branca. Já os postos que possuem contratos assinados com as distribuidoras certamente terão que respeitar as cláusulas de exclusividade.

A fidelidade à marca também era obrigatória até então. Postos que assinavam contrato com determinada distribuidora só poderiam revender os combustíveis dela, sendo proibidos de comercializar produtos vendidos por outras marcas.

São os chamados postos bandeirados, que usam a marca (bandeira) da distribuidora. Já os postos chamados “bandeira branca” podem vender combustíveis de marcas diferentes.

A medida que flexibiliza esta regra ainda deverá ser regulamentada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) no prazo de 90 dias a partir da data da publicação da MP, ou seja, deverá entrar em vigor a partir de 10 de novembro.

Qual é o papel das distribuidoras e como fica após a MP?

Até então, cabia exclusivamente às distribuidoras zelar pela qualidade dos combustíveis, organizar a logística de distribuição do produto aos postos do país e recolher todos os impostos federais incidentes sobre ele.

Ao permitir a venda direta do produtor ao posto, a logística de distribuição e o recolhimento de impostos passa a ser de responsabilidade de quem produz, já que não haverá mais intermediação da distribuidora.

A fiscalização da qualidade do combustível continuará sendo de responsabilidade da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP). O governo não informou se haverá aumento da fiscalização.

O preço dos combustíveis vai cair com a MP?

Ao editar a MP, o governo disse esperar que o aumento da concorrência faça o preço do etanol hidratado ser reduzido para o consumidor final. Ou seja, a medida não interfere diretamente na formação do preço, mas na dinâmica do mercado.

Para o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie) Adriano Pires, dificilmente o consumidor final verá o preço do etanol cair nas bombas de combustíveis.

“Vai ser uma quantidade muito pequena de etanol hidratado que vai ser vendido diretamente pelos produtores aos postos. Um pequeno produtor do Nordeste, por exemplo, para fazer seu produto chegar ao Sudeste, vai ter que pagar um frete muito alto, o que vai encarecer ainda mais o produto”, apontou.

Pires lembrou que as distribuidoras já têm a logística para entrega do etanol nos grandes centros do país e, por isso, elas devem continuar como as principais fornecedoras aos postos.

O fim da fidelidade à bandeira também é apontado pelo governo como premissa para redução de preços, dado o aumento da concorrência.

Todavia, para vender combustível de fornecedores diferentes, o posto terá que investir na implantação de novas bombas e o custo desse investimento poderá ser repassado ao consumidor e, dessa forma, não haveria redução do preço final do produto.

O que muda em relação à cobrança de impostos?

Ao permitir a venda do etanol hidratado diretamente pelo produtor ao posto de combustíveis, a MP estabelece um sistema "dual" de tributação. Por meio dele, o produtor terá que recolher todos os impostos federais.

A MP também altera a cobrança da contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na venda de álcool anidro importado para adição à gasolina, quando o distribuidor também for importador. Ou seja, ela acaba com a desoneração tributária prevista até então para estes casos. Segundo o governo, isso vai equalizar a cobrança de impostos entre o produto nacional e o importado.

O maior impacto da mudança na cobrança de impostos será para os estados, que precisarão adequar a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Segundo nota da Presidência da República, para não haver renúncia de receitas, o texto prevê que “as alíquotas aplicáveis à venda direta de etanol serão aquelas decorrentes da soma das alíquotas atualmente previstas para o produtor ou importador com aquelas que seriam aplicáveis ao distribuidor”.

Para a Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis), "esta MP não vai eliminar os riscos de sonegação, que já é elevada e crônica no setor de etanol".

Quando a MP começa a valer?

As alterações estabelecidas pela MP entram em vigor somente em dezembro deste ano, quatro meses depois de sua publicação. Esse prazo é para dar tempo suficiente aos estados para adequarem a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

O prazo também atende à Receita Federal, que só pode cobrar um imposto após 90 dias da data de publicação da lei que o instituiu ou o aumentou.

| | |
|-------------------|--|
| Veículo: Bahia.ba | |
| Data: 13/08/2021 | |



ECONOMIA

Publicado em 13/08/2021 às 10h13.

Prévia do PIB supera as expectativas mais otimistas do mercado e fecha junho com alta de 1,14%

Com crescimento de 1,7%, o setor de serviços impulsionou o resultado



Foto: Divulgação/Ascom Seplan

A atividade econômica voltou a crescer no mês de junho, registrando alta de 1,14% em relação ao mês anterior, de acordo com a Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br). O resultado supera, inclusive, as expectativas mais otimistas do mercado, que tinha projeções medianas de 0,55%.

No primeiro semestre, o IBC-Br, acumula alta de 7,01%. O resultado é ainda maior ao comparar com o mesmo período do ano, com o indicador registrando 9,07%. Em 12 meses, a alta é de 2,33%.

Sem consenso, reforma tributária será votada pela Câmara na próxima terça



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Luisa Purchio

Após reclamações de diversos deputados e entidades sobre o Projeto de Lei 2.337/2021, que trata da reforma tributária, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, decidiu na tarde desta quinta-feira, 12, no plenário da Câmara dos Deputados, adiar a votação do projeto que foi colocado em pauta. A nova data para apreciação e votação do tema é a próxima terça-feira, 17. A decisão decorre de uma necessidade dos parlamentares terem maior clareza e entendimento sobre o projeto.

O texto do governo, que tem como relator o deputado Celso Sabino (PSDB-PA), já passou por diversas modificações e a última versão, concluída na madrugada da última terça-feira, passará por novos ajustes. Segundo ele, será apresentada ainda hoje. Um dos principais pontos de incômodo na proposta é a possível diminuição da **arrecadação** dos estados e

municípios por meio da diminuição de 1,5 ponto percentual da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O projeto de lei condiciona esta diminuição à compensação pela **arrecadação** da Cofins, ainda assim há temor de queda do repasse de recursos públicos aos entes federativos.

Vale lembrar que, paralelamente à discussão na Câmara, ontem o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, deu andamento à PEC 110/2019 na casa após a reivindicações de entidades como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) por um debate mais amplo sobre o tema. O desejo é por uma proposta que inclua a revisão dos tributos sobre bens e serviços, que não estão contemplados no PL do deputado Celso Sabino.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

| | |
|------------------|--|
| Veículo: Estadão | |
| Data: 13/08/2021 | |



Combustíveis alternativos são aposta para reduzir emissão de CO₂

JBS investe em frota de caminhões elétricos e a GNV. Iniciativa faz parte do compromisso da empresa de se tornar Net Zero até 2040

BS, Estadão Blue Studio

Conteúdo de responsabilidade do anunciante

13 de agosto de 2021 | 09h00



As carretas da JBS,

100% GNV, possuem oito cilindros de gás Foto: JBS

Na busca por alternativas aos combustíveis fósseis, os veículos movidos a biocombustíveis, os elétricos e os híbridos são uma aposta importante. Projeção divulgada recentemente pela Boston Consulting Group (BCG) mostra que, até 2026, os modelos elétricos serão responsáveis por mais da metade dos automóveis leves vendidos globalmente – quatro anos antes do que as projeções anteriores apontavam. O estudo prevê ainda que os veículos de emissão zero (ZEVs, na sigla em inglês) serão quase a metade dos veículos leves novos vendidos globalmente em 2035.

A JBS, segunda maior empresa de alimentos do mundo e líder no setor de proteína, tem buscado formas de avançar na redução das emissões de CO2 e assim se aproximar de uma meta ambiciosa: tornar-se Net Zero até 2040. Com isso, a companhia se compromete a zerar o balanço líquido de suas emissões de gases causadores do efeito estufa por meio da redução da intensidade de emissões diretas e indiretas e da compensação de toda a emissão residual.

Sua frota faz parte dessa mudança e, para isso, o grupo vem atuando em algumas frentes. A mais recente iniciativa utiliza energia elétrica em vez de combustível fóssil. Em março, a Seara incluiu na sua frota um modelo de caminhão 100% elétrico e sem emissão de poluentes, o primeiro a ser usado na

indústria de alimentos refrigerados do Brasil. Além do modelo que está rodando em Santa Catarina, a Seara adquiriu novos veículos, que devem chegar até o fim do ano e começar a rodar pelo País até fevereiro de 2022.

Em julho, foi anunciado pela JBS um acordo para a aquisição de um modelo 100% elétrico e desenvolvido pela Volkswagen Caminhões e Ônibus (VWCO) no Brasil, o E-Delivery. Voltado ao uso urbano, em especial a serviços de entrega, o caminhão está na categoria de emissão zero de gases poluentes. O veículo, que deve chegar em outubro, vai circular em São Paulo e tem como diferenciais a maior volumetria de entrega e o fato de ser o primeiro refrigerado.

“A eletrificação de frotas, por meio de energias cada vez mais renováveis e limpas, além de contribuir significativamente para a descarbonização ambiental, também tem maior viabilidade operacional, já que os veículos urbanos percorrem um padrão de rotas e distâncias já estabelecidas, retornando para o carregamento em suas garagens. Isso facilita o planejamento das recargas e o controle da autonomia do veículo”, diz Ricardo Alouche, vice-presidente de Vendas, Marketing e Serviços da VWCO sobre as vantagens dos caminhões elétricos. “As frotas elétricas também possuem um menor TCO (Total Cost of Ownership), com uma otimização da

sua carga útil, além de proporcionar maior economia de combustível e menos desgaste de componentes.”

CONCEITOS ESG

A iniciativa da JBS – a primeira empresa da indústria de alimentos refrigerados do Brasil a rodar com esse tipo de veículo – representa mais um passo em direção à sustentabilidade e a seus compromissos com o conceito ESG, que trata no ambiente corporativo de estratégias e ações ambientais, sociais e de governança.

“O uso de veículos elétricos ou movidos a combustíveis de fontes renováveis faz parte do compromisso da JBS de ser Net Zero até 2040, ou seja, de zerar o balanço líquido de suas emissões de gases causadores do efeito estufa e eliminar as residuais. A Seara, por exemplo, já conta com veículos elétricos em operação no Brasil e pretende ter cada vez mais”, comenta Fabio Artifon, diretor de Logística da Seara.



Recarga dos

veículos elétricos é desafio pelo caminho Foto: JBS

SOLUÇÕES DISRUPTIVAS

Artifon explica que a companhia tem intensificado os esforços em duas áreas apontadas como fundamentais: inovação e sustentabilidade. O projeto com o caminhão 100% elétrico reforça esse posicionamento.

“Estamos sempre em busca de modais alternativos e limpos. Nosso objetivo é ampliar cada vez mais o alcance dessas soluções logísticas disruptivas, garantindo qualidade e prazo das entregas para os nossos clientes”, diz.

A expectativa da empresa é de ter 40% da frota desse setor padronizada em até cinco anos, dependendo da disponibilidade de equipamentos no mercado brasileiro para a produção do veículo. O impacto na política de substituição de frota é significativo.

Cada veículo urbano de carga (VUC) movido a diesel que deixa de rodar equivale à não emissão de 5 toneladas de monóxido de carbono por mês – ou o equivalente a 35 árvores plantadas para neutralizar as emissões. Iniciativas como a inclusão de veículos elétricos na frota em substituição aos modelos a diesel ou a gasolina tendem a ter um impacto cada vez maior no achatamento da curva de emissão de CO₂.

Como não emitem ruídos, veículos elétricos podem fazer entregas noturnas em cidades com restrições de circulação nessa faixa de horário, como ocorre no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e em outros centros urbanos.

Apesar de iniciativas como a da JBS, o Brasil, no entanto, ainda está atrás na corrida por substitutos aos modelos com motores que utilizam derivados de petróleo. A Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE) mostra que, em 2020, pela primeira vez os elétricos e híbridos chegaram a 1% das vendas totais no País. Em julho deste ano, dado mais recente, a participação alcançou 2,2%.

“Os veículos elétricos já são uma realidade nos principais países do mundo. A eletromobilidade não é mais o futuro, é o presente. E quem sair na frente vai sair ganhando”, diz Adalberto Maluf, presidente da entidade e diretor de Marketing

e Sustentabilidade da BYD do Brasil, maior fabricante global de baterias de lítio-ferro e de veículos elétricos plug-in. Por isso, esforços de redução de emissões vêm ganhando cada vez mais adesões e números ambiciosos, como o da JBS.

O setor de energia é um dos grandes emissores de gases causadores do efeito estufa no Brasil, segundo relatório do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (Seeg).

DESAFIOS PELO CAMINHO

Veículos elétricos trazem uma série de desafios para o dia a dia da operação, como a instalação de estações de recarga e do sistema para a geração de energia solar, além da assistência técnica. No caso da Seara, para garantir a autonomia do caminhão, que pode rodar até 150 km, foi instalada uma infraestrutura específica em seu hub em Itajaí (SC). A recarga da bateria leva, em média, quatro horas. Para estender o uso dos veículos, a Seara está em busca de parceiros onde possa fazer a recarga.

CARRETAS SUSTENTÁVEIS

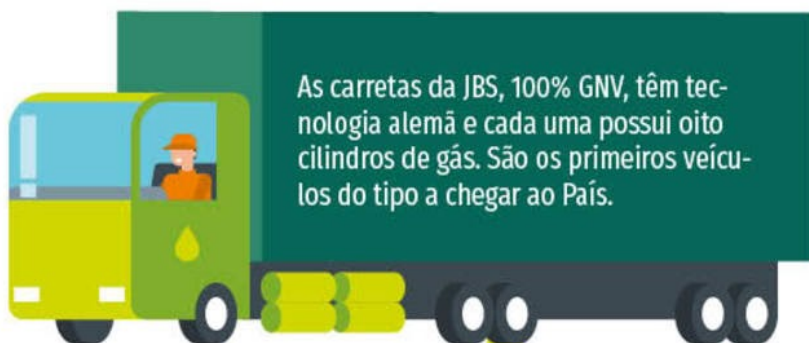
Além da inclusão do modelo elétrico na frota, as operações da Friboi e da Seara fizeram parte de um projeto-piloto de carretas sustentáveis movidas a gás natural veicular (GNV), que promovem uma redução de 15% nas emissões de CO₂ (ou 7,6 toneladas de gases do efeito estufa por ano) em comparação às dos movidos a diesel. De tecnologia alemã, os três veículos (duas carretas da Seara e uma da Friboi) são equipados com oito cilindros de gás – foram os primeiros do tipo a serem usados no Brasil – e têm autonomia de 400 km.

A JBS investe ainda em uma divisão de biodiesel. Maior produtora mundial verticalizada de biodiesel obtido de sebo bovino, a companhia conta com três fábricas e foi a primeira do Brasil a ser certificada pelo RenovaBio, responsável por credenciar usinas a emitir os Créditos de Descarbonização (CBios). Juntas, as unidades são capazes de neutralizar mais de 600 mil toneladas de emissão de carbono por ano.

VANTAGENS DA FROTA VERDE

Veículos elétricos

- **EMISSÃO ZERO** de gases poluentes
- A cada Veículo Urbano de Carga (VUC) – utilizado atualmente e movido a diesel – retirado das ruas, cinco toneladas de monóxido de carbono deixam de ser emitidas mensalmente
- Isso equivale ao plantio de 35 árvores para neutralizar suas emissões
- Custo operacional até três vezes menor do que o do VUC
- Modelo elétrico não emite ruídos e, com isso, pode fazer entregas noturnas em cidades com restrições de circulação
- Seara adquiriu 30 caminhões elétricos no Brasil e tem a meta de chegar a 40% da frota em cinco anos



As carretas da JBS, 100% GNV, têm tecnologia alemã e cada uma possui oito cilindros de gás. São os primeiros veículos do tipo a chegar ao País.

Veículos GNV

- **DIMINUIÇÃO DE 15%** nas emissões de CO₂*
- Redução anual de 7,6 toneladas de gases do efeito estufa por ano*
- Isso equivale às emissões geradas por quatro veículos de passeio
- Ou o suficiente para dar uma volta ao redor do mundo em um carro de passeio

* Em comparação aos movidos a diesel

Arte: Estadão Blue Studio

| | |
|------------------|--|
| Veículo: Estadão | |
| Data: 13/08/2021 | |



Guedes: fatos que preocupam o mercado além da PEC dos precatórios

Nos últimos meses, o ministro da Economia surpreendeu o mercado com propostas polêmicas

JENNE ANDRADE

jennefer.andrade@estadao.com

A PEC dos precatórios é a mais nova polêmica envolvendo o ministro da Economia, Paulo Guedes. "Devo, não nego; pagarei assim que puder", disse ele sobre as dívidas que o governo precisa quitar. Em audiência na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados na quinta-feira (12), Guedes afirmou que a União não tem condições de pagar os R\$ 90 bilhões de precatórios previstos para o próximo ano, sob risco de cometer um crime de responsabilidade fiscal.

Guedes já havia negado que uma tentativa de calote estava em curso com a proposta de parcelamento dos valores dos precatórios, o que não foi suficiente para acalmar o mercado. O ministro assumiu o cargo em janeiro de 2019 com a proposta

de conduzir o Brasil por um viés liberal e construir um governo de austeridade, comprometido com o controle da dívida. O 'posto Ipiranga' do presidente da República, entretanto, deu vários sustos no mercado nos últimos meses.

"Eu entendo que o mercado ficou um pouco desapontado com a gestão do ministro. Várias vezes ouvíamos o deputado Rodrigo Maia (então presidente da Câmara) dizer que os parlamentares estavam dispostos a votar projetos (reformas e privatizações), mas esses projetos não chegavam", afirma Gustavo Cruz, estrategista da RB investimentos. "Existe uma sensação de que a tentativa de juntar muitas pastas no Ministério da Economia desviou o foco da economia."

Inicialmente considerado "superministro", aos poucos a autonomia de Guedes passou a ser questionada. Com a proximidade das eleições presidenciais, o medo de que uma agenda mais populista se sobreponha à responsabilidade fiscal ganha peso e tem afetado o Ibovespa.

Com os investidores de olho nos riscos políticos e orçamentários, o índice perdeu o patamar dos 130 mil pontos, atingidos em julho, e agora está na faixa de 122 mil pontos.

A seguir, veja três vezes em que o ministro da Economia surpreendeu os investidores.

1 – PEC dos Precatórios

O mercado segue atento ao avanço da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) dos **Precatórios – dívidas do governo com pessoas físicas, jurídicas, estados e municípios, cujo pagamento é judicialmente obrigatório. A medida permitiria o parcelamento dos débitos superiores a R\$ 66 milhões em 10 vezes.**

Na prática, a PEC daria ao governo a possibilidade de empurrar as dívidas para frente. A Instituição Fiscal Independente (IFI), ligada ao Senado Federal, apontou que a proposta é uma maneira de 'burlar as regras do jogo', ou seja, a regra do teto de gastos, e as consequências negativas já vêm sendo notadas nos investimentos. Os recursos 'economizados' com o parcelamento de precatórios seriam direcionados a viabilizar o novo programa Auxílio Brasil, substituto do Bolsa Família.

"As consequências serão muito claras e já se materializam nos preços dos ativos. A primeira, o aumento dos juros exigidos pelo mercado nas operações com títulos públicos. A segunda, o aumento dos juros, por parte do Banco Central, para fazer frente aos efeitos ocasionados sobre a inflação a partir da maior percepção de risco. Este que se correlaciona com a taxa de câmbio. A terceira, os efeitos dos dois primeiros pontos sobre a dívida pública", afirmou a IFI em comentário publicado no site do órgão.

Para Cruz, esse movimento arranha a imagem do Brasil em termos de credibilidade perante os investidores estrangeiros e também dos investidores locais. "A questão dos precatórios vai na direção de piorar o Risco-País", afirma. "Até os brasileiros nos últimos anos estão desconfiados de investir no Brasil, tanto que está sendo mais complicado rolar a dívida."

A Genial Investimentos acredita que a melhor solução seria simplesmente retirar os gastos com precatórios do teto de gastos. "Os precatórios são despesas decorrentes de decisão judicial sobre as quais o executivo não tem qualquer interferência, ou seja, não tem controle. A função do teto é forçar o governo a definir prioridades no orçamento e ele somente pode fazer isto sobre as despesas que ele controla", explicou a casa, em relatório enviado à imprensa.

2 – Tributação de FIIs

Uma proposta da equipe econômica que provocou tensão no mercado foi a tributação de dividendos de fundos imobiliários, novo imposto que entraria na reforma tributária. No dia 28 de junho, quando a segunda fase da reforma foi apresentada, o Ifix, índice que mede o desempenho dessas aplicações, chegou a cair 3% na mínima do dia.

Diversos especialistas financeiros se manifestaram contra a tributação, com o argumento de que a medida poderia desestimular o investimento nesses fundos, hoje isentos. A consequência seria prejudicar todo o setor imobiliário, ou seja, traria efeitos diretos sobre a economia real.

Alguns dias depois depois, os FIIs foram retirados do texto da reforma e permanecem isentos. Para Thomas Giuberti, economista e sócio da Golden Investimentos, a relação de Guedes com o mercado financeiro é cíclica. "A história meio que se repete. O governo tenta (avançar com algum projeto e aumentar gastos), o mercado dá o recado, vem a pressão e o governo cede", afirma.

3 – CPMF Digital

O Pix, criado pelo Banco Central, chegou para os brasileiros em novembro do ano passado e vem revolucionando a maneira de transferir dinheiro. Instantâneo e gratuito para pessoas físicas, o novo serviço já supera a utilização de outras formas de transferência, como TED e DOC.

Quando o Pix foi lançado, Guedes tentou emplacar no âmbito da reforma tributária um novo imposto de 0,2% sobre transações financeiras digitais. A ideia foi apelidada de CPMF Digital, por lembrar a antiga tributação sobre movimentações financeiras criada em 1996 e conhecida na época como 'imposto maldito'.

"O Pix é um sucesso imenso e temos um sistema financeiro ficou mais robusto com isso, tirando o dinheiro físico de

circulação e permitindo o desenvolvimento melhor de bancos, fintechs e corretoras. Muitas pessoas que nunca tiveram conta, agora estão abrindo contas”, explica Cruz. “E a CPMF digital incentiva as pessoas a regredirem para o dinheiro físico.”

Cruz afirma que o mercado imaginava que a reforma tributária iria na direção de retirar complexidade e quantidade de impostos. “O que está acontecendo é o contrário”, afirma o especialista. “Então imagino que isso não é tão positivo assim.”

| | |
|------------------|--|
| Veículo: Estadão | |
| Data: 13/08/2021 | |



PEC dos precatórios emperra mercado que tem ao menos R\$ 13 bi em fundos

-
-
-
-
-

Cynthia Decloedt

13 de agosto de 2021 | 05h15



Governo enviou ao Congresso PEC que propõe parcelamento de precatórios Foto: Pedro França/Agência Senado

A PEC dos precatórios apresentada esta semana pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, está impactando o mercado de compra e venda desses títulos. Somente por meio de fundos, as estimativas indicam que seriam R\$ 13 bilhões investidos em precatórios. Pessoas físicas e family offices, porém, também são aplicam nesse tipo de dívida pública, como alternativa de diversificação.

Não há uma conta oficial de quanto é transacionado em precatórios, no mercado financeiro. Mas foi uma fatura de quase R\$ 90 bilhões a ser paga em 2022, que levou o governo a enviar a proposta de emenda à Constituição ao Congresso.

Nesta última semana, com a PEC no radar, compradores e vendedores postergaram negócios e priorizaram os precatórios que não seriam atingidos pelas mudanças, ou seja, aqueles de

menor valor. Como a PEC propõe o parcelamento de seu pagamento em até 10 anos, os compradores priorizam a aquisição somente das primeiras parcelas, antecipando-se a uma eventual aprovação da proposta de Guedes. Só teriam pagamento garantido no ano que vem, os precatórios de até R\$ 66 mil.

Alternativas de investimento

Os precatórios, que representam disputas judiciais de pessoas físicas e jurídicas contra entes públicos, são ativos usados por gestores de fundos com estratégias alternativas de investimento. Por terem risco maior de recebimento, oferecem retorno superior. Com a busca por diversificação nos últimos anos, os precatórios ganharam mais compradores. Da parte dos vendedores, algumas empresas usam precatórios como moeda em reestruturação de seus passivos.

O maior choque para investidores e vendedores é a perspectiva de mudança de regra de pagamento para precatórios que já tinham uma agenda de liquidação prevista. Agora, com a hipótese de serem parcelados em até dez anos, perdem valor de negociação.

Para estarem maduros para a venda, os precatórios enfrentavam longos anos de discussão na Justiça. Em outras palavras, o mercado só negocia aqueles para os quais poder público já perdeu a disputa. Além disso, os precatórios da União perdem o atrativo conquistado e que permitiu o amadurecimento desse mercado. Diferentemente dos estaduais e municipais, eles têm cronograma anual de pagamento e, por isso, eram os mais valorizados.

Novo relatório da reforma do IR vai propor corte menor em imposto de empresas

Segundo o relator, deputado Celso Sabino, a mudança é uma forma de compensar a decisão de isentar a distribuição de lucros e dividendos pelas empresas do lucro presumido com faturamento de até R\$ 4,8 milhões

Por Raphael Di Cunto, Valor — Brasília

12/08/2021 17h34 · Atualizado há 16 horas

O novo parecer da **reforma do imposto de renda** que será divulgado nesta quinta-feira terá um corte menor no tributo cobrado sobre o **lucro das empresas** do que o proposto nos últimos dias. Se a ideia inicial do deputado **Celso Sabino** (PSDB-PA) era reduzir o **IRPJ** e **CSLL** de 34% para 21,5%, o tucano agora vai sugerir que esses impostos caiam para 24% em 2022.

Segundo Sabino, a mudança é uma forma de compensar a decisão de isentar a distribuição de lucros e dividendos pelas empresas do lucro presumido com faturamento de até R\$ 4,8 milhões – que antes só teriam isenção sobre os valores até R\$ 20 mil e, a partir disso, seriam taxados em 20%. Com a mudança, todas as micro e pequenas empresas, incluindo as do Simples, terão isenção sobre dividendos, não importando o valor distribuído para os acionistas.

“Isso vai reduzir a carga tributária sobre as pequenas empresas do lucro presumido em 10% e os donos ainda não vão pagar dividendos”, afirmou Sabino. Essa nova concessão terá impacto fiscal R\$ 2 bilhões anuais, disse.

Para pagar essa conta, acertada em reunião nesta quinta-feira com partidos governistas, o relator decidiu diminuir o corte que incidiria no tributo sobre o lucro das empresas.

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), hoje de 25%, terá um corte de 8,5 pontos percentuais. A CSLL, que fica só com a União, cairá de 9% para 7,5% - queda que estará condicionada ao Congresso aprovar o fim de incentivos fiscais e subsídios tributários para empresas como o setor farmacêutico, aeronáutico e outros.

Ainda assim, a redução será maior que a proposta do governo, que previa reduzir o IRPJ em cinco pontos percentuais em dois anos. No caso do parecer, a diminuição será imediata, a partir de 1º de janeiro de 2022.

A mudança no IRPJ também servirá para diminuir a insatisfação de governadores e prefeitos, que reclamam possível perda de arrecadação com o projeto e ajudaram a pressionar os deputados a adiarem a votação. Para o relator, a conta de que eles perderão R\$ 6 bilhões está errada e os números da Receita Federal indicam ganho de R\$ 7,32 bilhões em 2022.

Outra mudança, segundo o relator, será reduzir o percentual que uma empresa controladora precisará ter sobre outra coligada para não pagar dividendos sobre os lucros distribuídos por esta. Nas versões anteriores do parecer, seria preciso possuir pelo menos 20% das ações para ficar isento, mas no novo relatório o percentual será reduzido a 10%.

Duas alterações serão feitas para atender a pedidos do agronegócio: a cobrança dos royalties sobre sementes de soja e milho de forma parcelada na cadeia, e não apenas sobre os produtores, e que os veículos usados nas propriedades rurais listados entre os bens das empresas não sejam considerados distribuição disfarçada de lucros – sobre a qual incidiria taxaço.

O novo parecer deve ser protocolado ainda nesta quinta-feira, afirmou Sabino. A intenção é votar a proposta no plenário da Câmara na terça-feira.



Deputado federal Celso Sabino — Foto: Michel Jesus/Câmara dos Deputados



Por Claudia Safatle

Trabalhou na Gazeta Mercantil por 18 anos, foi repórter especial da Folha, diretora do JB, assessora do Banco Central e diretora-adjunta de redação do Valor

Orçamento terá R\$ 50 bi para programas sociais

Imposto inflacionário será usado para fins eleitorais

13/08/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Na montagem da proposta de lei orçamentária para 2022, o governo calcula em cerca de R\$ 50 bilhões os recursos destinados a engordar os programas sociais para fins eleitorais. Esses seriam destinados ao novo Bolsa Família, programa chamado Auxílio Brasil, e para outras iniciativas sobretudo para aumentar a oferta de empregos na economia. O valor do auxílio ainda está em discussão e só deverá ser conhecido mais adiante, mas é sabido que o presidente Jair Bolsonaro gostaria de fixá-lo em R\$ 400, e o ministro da Economia, Paulo Guedes, preferiria algo mais modesto, em torno de R\$ 280.

São esses R\$ 50 bilhões originários da inflação que corrige o teto de gastos para o orçamento do próximo ano e deverão ser usados integralmente para socorrer as pessoas mais pobres ao longo de 2022, ano em que se elegerá o novo presidente da República.



Novo Jeep Compass. Ser livre só depende de você.

[Saiba mais](#)

 **Jepp** - Sponsored

Imposto inflacionário será usado para fins eleitorais

Com a alocação desses recursos para os mais pobres, espera-se virar as pesquisas de intenção de voto, hoje mais favoráveis ao adversário de Jair Bolsonaro, o petista Luiz Inácio Lula da Silva.

Há a expectativa também de esse espaço fiscal ajudar na recuperação da economia, juntamente com a vacinação, melhorando o ambiente geral do país, hoje marcado pela polarização entre o que se supõe ser a esquerda e a extrema direita.

A semana termina com a imagem de um desfile de um punhado de tanques militares soltando fumaça preta na Esplanada dos Ministérios, patrocinada pelo presidente da República que, no dia seguinte, colheu a derrota, na Câmara, da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que tornava obrigatório o voto impresso.

A PEC, que motivou a cena patética citada acima e levou Bolsonaro a uma total falta de compostura no trato das instituições, teve somente 229 votos favoráveis e precisava de 308 para ser aprovada.

A insistência no voto impresso decorre de uma paranoia do presidente em relação à urna eletrônica, que ele crê estar sujeita a fraudes. Ao esticar por demais a corda, colocando em risco a própria democracia, Bolsonaro levou muita gente boa a duvidar da sua sanidade mental. Ele toca uma agenda própria, totalmente desconectada dos problemas reais que a sociedade brasileira vive com o desemprego, inflação em alta e ainda assombrada com a pandemia da covid-19, dentre outros.

Outra medida que vai dar algum alento à classe média em um ano eleitoral é a correção da tabela do Imposto de Renda. Mas o projeto de lei 2.337/21, que corrige a tabela do IR, tem implicações maiores. Ao tributar os dividendos com uma alíquota de 20% e dar isenção aos dividendos recebidos até o valor de R\$ 20 mil, começaram as pressões sobre o relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA).

Primeiro ele teve que isentar as empresas do Simples e, agora, chegou-se a um acordo que beneficia as empresas do lucro presumido. Pela proposta, tanto as empresas do Simples quanto as do lucro presumido que faturarem até R\$ 4,8 milhões por ano estarão isentas da tributação dos dividendos. Esse faturamento envolve cerca de 90% das empresas que declaram com base no lucro presumido, que estavam contra o projeto.

Se aprovado na Câmara, cuja votação está marcada para a próxima terça-feira, o PL 2.337/21 seguirá para o Senado e lá as coisas podem se complicar. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM - MG), se comprometeu a fazer andar a PEC 110/19, que trata da reforma tributária mais ampla.

Ao receber de entidades da indústria, secretários de fazenda dos Estados, entidades representantes de auditores fiscais, organizações e movimentos sociais, na quarta-feira, um manifesto em defesa de uma ampla reforma tributária, o presidente do Senado recomendou ao relator da proposta, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), a aprovação do plenário da Casa de mais um ciclo de debates sobre a reforma que será submetida à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O manifesto fala em uma reforma completa, que inclua os tributos federais PIS/Pasep, Cofins e IPI, o ICMS, estadual, e o ISS, municipal.

A PEC 110 extingue nove tributos (IPI, PIS, Cofins, IOF, salário-educação, Cide-combustíveis, Pasep, ICMS e ISS) e os substitui pelo Imposto sobre Bens e Serviços, um tributo de competência dos Estados. Para a alçada federal, a PEC cria a Contribuição sobre Bens e Serviços, resultado da união do PIS e da Cofins, em um regime dual.

Um novo ciclo de debates da reforma, com base na PEC 110, foi aprovado pelo plenário do Senado e deverá começar nos próximos 15 dias.

Não será surpresa se, diante da ofensiva do Senado, o projeto de lei que trata do Imposto de Renda for aprovado pela Câmara e colocado de lado, no Senado, até a definição de uma proposta de reforma que possa envolver todo o sistema de impostos e contribuições, conhecido como “manicômio tributário”.

Há mais de uma década que o país discute a ideia de uma reforma tributária. Consome-se energia e tempo em torno de um tema que chega às portas de uma votação, mas acaba não saindo do lugar. Foi para tentar dar um destino à demanda por simplificação, maior progressividade na cobrança dos impostos e neutralidade em relação à carga tributária que o governo mudou a sua estratégia. Já que não se chega a um mínimo de consenso em torno de uma proposta ampla, decidiu tentar a fatiada.

Enviou ao Congresso a medida de unificação do PIS/Cofins e o pacote do Imposto de Renda, que foi profundamente alterado pelo relator. Deixou a proposta do PIS/Cofins à sua própria sorte e parece não estar se importando muito com os rumos do IR.

Afinal, a inflação em alta dá um jeitinho no conflito distributivo no curto prazo; agora é hora de se pensar na reeleição.

Claudia Safatle é jornalista da equipe de criou o Valor Econômico e escreve às sextas-feiras

E-mail: claudia.safatle@valor.com.br

Parecer contraria Estados e municípios e estimula a pejetização

Relator aplicou a regra de isenção do Simples para todas as empresas de menor porte

Por Fabio Graner — De Brasília

13/08/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

A decisão do deputado Celso Sabino (PSDB-PA) de ampliar a isenção da tributação dos dividendos para todas as empresas de menor porte (com faturamento de até R\$ 4,8 milhões por ano) vai na contramão do que os Estados e municípios estavam propondo. E deve estimular a chamada “pejetização”.

Os entes da federação que estão contrários à reforma queriam, entre outras mudanças, que o governo limitasse a isenção prevista para a distribuição de lucro das empresas do Simples até o limite de R\$ 240 mil anuais, revertendo a isenção geral dada a esse grupo por Sabino. Emenda nesse sentido já havia sido encaminhada.

Mas para tentar driblar as fortes resistências, principalmente de advogados e outros profissionais liberais, que têm se mobilizado contra as sucessivas versões do parecer, o parlamentar aplicou a regra de isenção do Simples para todas as empresas de menor porte, reduzindo assim a carga tributária desse grupo.

“A medida vai na contramão do mundo. Inacreditável que se retomem tributação de dividendos, menos para pequenas e micro empresas e ainda reduzindo o IRPJ”, disse ao **Valor** o economista Sergio Gobetti, especialista em temas tributários. “Uma empresa do lucro presumido com ganho anual de R\$ 2 milhões, que pagava IRPJ/CSLL de 9,68% agora vai pagar 6,32% e manterá isenção sobre dividendos. Ou seja, não paga quase nada na empresa e continua isento na pessoa física. É o caso clássico de dupla não-tributação. É um escândalo”, acrescentou Gobetti.

Ele reforça que esse movimento amplia o incentivo ao uso de estruturas de empresas para empregar trabalhadores, a chamada “pejotização”, que reduz a base de arrecadação e os direitos trabalhistas. “Os países têm tomado medidas para coibir a transformação da renda do trabalho em capital e o Brasil vai na direção contrária”.

Para atenuar o golpe na conta dos Estados com a ampliação das isenções, em torno de R\$ 4 bilhões, e tentar remover as resistências desses entes, Sabino disse que vai diminuir em 1,5 ponto porcentual a redução do IRPJ. Com o adiamento da votação do projeto, uma derrota do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) e de Sabino, os governos regionais ainda vão tentar mudar o parecer, trocando, por exemplo, o

cutre na alíquota básica do IRPJ, que atinge todas as empresas, pela redução da adicional, que atinge só as companhias com faturamento maior que R\$ 240 mil anuais.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

SALVADOR as facas mais afiadas do mundo!

CHURRASKING 2

LINK PATROCINADO

Fure qualquer coisa com essa incrível broca.

DIAMOND BROCK

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

O melhor em atividades físicas no modelo de trabalho híbrido

GYMPASS

LINK PATROCINADO

Tatuagens estúpidas - as piores tatuagens de todos os tempos!

FILM ORACLE

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Queima de estoque: tênis Adidas com desconto imperdível

NOX CALÇADOS

Não ofendi nenhum ministro do Supremo, apenas falei da ficha de Barroso, diz Bolsonaro

MP do etanol gera insegurança jurídica e não deverá reduzir preços



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

ROSANA HESSEL

A Medida Provisória que libera a venda direta de etanol para os postos de combustíveis, publicada nesta quinta-feira (12/08) no Diário Oficial da União (DOU) está sendo considerada mais uma lambança do governo Jair Bolsonaro, a exemplo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que propõe o parcelamento em 10 anos dos precatórios - dívidas judiciais da União - acima de R\$ 66 milhões, que é apontada como inconstitucional por especialistas da área jurídica e uma pedalada fiscal gigante por especialistas em contas públicas, além de burlar o teto de gastos -- emenda constitucional que limita ao aumento de despesas à inflação.

Além de não ter a garantia de que haverá redução no preço do combustível na bomba, porque não há redução de carga tributária, a proposta cria insegurança jurídica, porque interfere nos contratos atuais entre os postos e

as distribuidoras. 'O governo atropelou a discussão que estava sendo conduzida junto ao setor e pegou todo mundo de surpresa com a MP. Ele quer reduzir a margem das distribuidoras na comercialização do etanol, de 7% a 10%, mas que não terá um impacto muito grande em um litro que hoje custa, em média, R\$ 5', alertou o presidente do Sindicombustíveis-DF, Paulo Tavares.

De acordo com dados do Ministério da Economia, o governo não vai reduzir a **arrecadação** dos tributos federais com a medida. Hoje, as alíquotas de PIS-Cofins é de R\$ 0,1309, por litro ao produtor e de R\$ 0,1109 por litro ao distribuidor. 'Essa incidência permanecerá caso a comercialização do etanol ocorra por meio das distribuidoras. Contudo, caso de venda direta de produtor ou importador para comerciante varejista, a incidência será de R\$ 0,2418 por litro ao produtor ou importador, que corresponde a R\$ 0,1309 + R\$ 0,1109', informou a pasta. Com isso, o produtor passará a recolher também a alíquota do distribuidor, e, portanto, recolherá mais imposto.

'Essa MP tem vários vícios de origem e não vai baixar os preços nas bombas, porque o governo não está abrindo mão de nada. Além disso, é uma medida inconstitucional, porque interfere no contrato entre as partes. Além disso, vai aumentar a sonegação, abrindo espaço para distribuidores clandestinos e adulteradores, deixando o consumidor sem garantias sobre a qualidade do produto que vai consumir', lamentou. 'Somos a favor de uma medida a favor do livre mercado, mas que respeite os contratos', alertou.

Tavares lembrou que a venda direta aos postos de combustíveis era uma demanda de pequenas usinas do Nordeste, mas para postos próximos da localidade.

Com a retirada das distribuidoras, o risco de aumentar o contrabando será maior.

Reação das distribuidoras

Além dos postos, Tavares lembrou que as distribuidoras também foram surpreendidas com o anúncio da MP. 'Recebemos com surpresa a publicação da Medida Provisória, tendo em vista as discussões regulatórias que vem sendo conduzidas pela Agência Nacional de Petróleo e Biocombustíveis - ANP e que deveriam ser o meio próprio para discussão de tais matérias. As medidas propostas não deveriam concentrar esforços em alterar regras regulatórias que não trarão qualquer benefício para o consumidor ou para os agentes regulados, tendo em vista que a atual regulação já prevê dois formatos de operação: posto com bandeira e posto bandeira branca, de livre escolha do revendedor', destacou nota da Raízen enviada aos revendedores Shell, que possuem cláusula de exclusividade.

'Entendemos que os esforços deveriam se concentrar em uma reforma tributária ampla, no avanço da agenda da quebra do monopólio do refino e em regras efetivas de combate ao comércio irregular no setor de combustíveis', emendou o comunicado, acrescentando que 'a relação não sofrerá qualquer impacto' porque a Medida Provisória 'não tem qualquer efeito' sobre os contratos em vigor.

A BR Distribuidora também enviou nota aos revendedores destacando que a MP atropelando o processo atual de revisão que estava sendo conduzido pela ANP. 'Acreditamos que a medida não traz benefícios à revenda e tampouco ao consumidor. Ela aumenta os custos regulatórios e fiscais e cria uma desestruturação em um mercado bastante maduro e

complexo', informou. A instituição lembrou que, no Brasil, os postos de combustíveis já têm a opção de ostentar ou não marcas comerciais de distribuidora.

'Quando opta por uma bandeira, o revendedor acredita que o investimento que a distribuidora faz em sua marca através de ações de marketing e fidelidade, controle de qualidade, tecnologia, desenvolvimento de novos produtos, infraestrutura e logística beneficiam diretamente seu negócio - é o poder da rede representada. Cerca de metade dos postos revendedores no Brasil optaram por ostentar uma marca de bandeira e a outra metade não, demonstrando que os dois modelos estão à disposição para que o empresário tome a sua decisão', destacou lembrando que a bandeira transmite mais confiança ao consumidor sobre a qualidade do combustível. 'Uma vez dentro do posto, ele tem a garantia de que os produtos ali ofertados carregam os atributos compatíveis com sua escolha. Em um posto onde os produtos oferecidos possam vir de fontes diferentes, a escolha do consumidor fica menos clara e, sem dúvida alguma, prejudicada', acrescentou.

Diante das críticas crescentes em relação à MP sobre a venda direta do etanol, o Ministério da Economia divulgou uma nota tentando justificar a medida, alegando que 'promove ajuste tributário para alterar a incidência da PIS e COFINS nessas operações. 'No caso dos ajustes no ICMS, fixa-se uma vacatio legis mínima de 120 dias para que haja tempo hábil para adequação desse imposto pelos Estados da Federação. Com isso, garante-se neutralidade tributária nas operações e evita-se distorções concorrenciais no setor', destacou o documento da Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria da pasta (Secap), que garantiu respeito aos contratos. 'A flexibilização da chamada tutela regulatória da fidelidade à bandeira tem o objetivo de aumentar a competição no setor de combustíveis por meio da entrada de novos agentes no mercado, ao mesmo tempo em que

preserva o direito do consumidor à informação clara sobre a origem dos produtos e respeita as relações contratuais.'

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação



O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), que pretende agora levar ao plenário na terça-feira (17) a reforma do IR Cleia Viana/Divulgação Câmara

Reforma do IR é adiada de novo após pressão por mais tempo para debate

Relator beneficia mais empresas com isenção de dividendos e diminui corte no IRPJ

Fábio Pupo, Danielle Brant e Julia Chaib

BRÁSILIA A votação do projeto de lei que altera regras do Imposto de Renda foi adiada pelo segundo dia seguido após lideranças pedirem mais tempo para debater as mudanças. A expectativa agora é que ocorra na terça-feira (17).

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), planejava fazer a deliberação em plenário nesta quinta-feira (12) mesmo em meio a críticas ao texto feitas por estados e pela iniciativa privada.

A votação estava prevista originalmente para quarta-feira (11), mas havia sido adiada em meio a críticas sobre o projeto. Lira fez uma nova tentativa para esta quinta, mas postergou novamente após pedidos da base aliada.

Parlamentares aliados ao governo querem mais tempo para discutir as mudanças e também defenderem ler com antecedência o texto do relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA).

Líder do DEM na Câmara, o deputado Efraim Filho (PB) lembrou que a semana teve votações importantes — voto impresso e reforma eleitoral — e que, por isso, as bancadas não conseguiram se debater sobre a tributária.

“O tema é conhecido, está lá publicado, tem nota técnica, mas não tivemos tempo de discutir as divergências”, disse. “O relator, deputado Celso Sabino, tem feito um trabalho extremamente dedicado de ouvir, de dialogar, mas é preciso amadurecer o texto.”

O deputado Alexis Fontenay (Novo-SP) pediu também que Sabino disponibilize o texto com antecedência para que os partidos consigam analisar a proposta corretamente.

“O que pedimos é tempo para poder fazê-lo e que o texto seja consolidado. O deputado Celso Sabino está fazendo ajustes, está tendo conversas. É importante que possamos fazer uma boa análise e os destaques adequados em plenário. Mas com um texto na mão.”

No plenário, após o pedido para que a votação fosse adiada, Lira afirmou que não haveria consenso sobre o texto e que o assunto só serviria “de especulação para que as correntes que estão querendo manter privilégios continuem a tentar negociar dentro do lobby do plenário desta Casa e do Senado Federal, o que é perfeitamente normal.”

Ele disse que não levaria o texto ao plenário “se não houver certeza de que estados e municípios não teriam perda”.

“Não há possibilidade de uma matéria tributária ter consenso no plenário, ela vai ter maioria, o que, num projeto de lei, já é bastante primoroso e efetivo para que a população saiba que temos grandes chances de fazer muito bem a muitos setores, muitas pessoas, e produzir o primeiro passo da reforma tributária no Brasil”, disse.

Lira, Sabino e a equipe econômica têm pressa para votar o projeto. A terceira versão do substitutivo do relator, com 99 páginas, foi protocolada no sistema da Câmara às 23h12 de terça (10) para ser votada em plenário no dia seguinte.

O deputado passou a preparar uma quarta versão do substitutivo e a apresentou na noite desta quinta. Sabino fez uma ampliação na isenção de dividendos usados por profissionais liberais.

O texto agora permite que micro e pequenas empresas (que faturam até R\$ 4,8 milhões por ano) que recolhem tributos pelo chamado lucro presumido (regime simplificado) possam distribuir dividendos sem serem taxadas.

No terceiro substitutivo apresentado por Sabino, havia um limite de até R\$ 20 mil de dividendos para pequenas empresas, enquanto as do Simples já haviam ganhado a possibilidade de distribuir lucros isentos sem limites.

Para compensar o impacto da nova mudança, o relator diminuiu o corte no IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica), de 9,5 pontos percentuais para 8,5. Com isso, a alíquota-base do IRPJ cai-

ria de 15% para 6,5% em 2022. Na versão anterior, o corte de 9,5 pontos percentuais seria feito em um ciclo mais longo. A alíquota do IRPJ cairia de 15% para 6,5% em 2022 e para 5,5% em 2023.

Além de ser popular para o governo na baixa renda por aumentar a faixa de isenção, o texto concede R\$ 20 bilhões de respaldo para a turbada do Bolsa Família ao atender requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (que exige compensação orçamentária para novas despesas).

Isso não significa que o projeto da reforma no IR trará mais recursos. Na verdade, estados e municípios calculam ter perda de R\$ 16,5 bilhões com a terceira versão do substitutivo, graças aos cortes no IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica) — dividindo com governadores e prefeitos.

Já a União não teria perdas desde que aprovadas todas as medidas compensatórias previstas, como o fim de superalíquotas, fim de isenções em audiências do funcionalismo e fim de subsídios setoriais específicos.

O relator tentou minimizar a resistência de estados e municípios apresentando em sua terceira versão do texto um corte mais brando de IRPJ e inserindo, no lugar, um corte de 1,5 ponto percentual na Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) — um tributo federal aplicado às empresas.

A mudança é explicada porque os recursos obtidos com o IRPJ são compartilhados com governadores e prefeitos, e a CSLL, não. Com a redução na CSLL, a maioria das empresas veria esse tributo baixar de 9% para 7,5%.

O projeto original encaminhado pelo Executivo propusera uma redução bem mais tímida no IRPJ, dos atuais 15% para 12,5% em 2022 e 10% em 2023 e não tinha redução na CSLL. Mas empresários haviam reclamado dizendo que, com a taxação dos dividendos em 20% prevista pelo texto, teriam aumento de carga no fim das contas.

Diante das reclamações da iniciativa privada, o relator vem tentando agradar aos empresários com um corte mais profundo. Mas enfrenta, a cada movimento, a reação de prefeitos e governadores — que não querem perder recursos do Imposto de Renda (que é recolhido pela Receita Federal, mas compartilhado com estados e municípios).

Mesmo com o adiamento, a expectativa é que a oposição obstrua o processo de votação na terça-feira por discordar da reforma proposta.

A reforma do IR Para pessoas físicas

ISENÇÃO PARA A BAIXA RENDA
Como é Isento quem ganha até R\$ 1.903,98 por mês
Proposta do governo Feto sobre para R\$ 2.500,00 por mês
Substituto do relator Segue o projeto do governo

mais de R\$ 3.000 por mês) teria direito ao desconto
Substituto do relator Segue o projeto do governo

DIVIDENDOS
Como é São isentos
Proposta do governo Tributados em 20% na fonte, com isenção para até R\$ 20 mil por mês desde que a pessoa física receba de micro ou pequena empresa

Substituto do relator Isenta totalmente dividendos de empresas do Simples e R\$ 20 mil mensais pagos por pequenas empresas.

Além disso, expande a isenção em outros casos — como para empresas que distribuem dividendos dentro do grupo econômico e para coligadas (pelo texto, quando uma empresa detém 20% da outra), além de flexibilizações para fundos de investimento

TABELA DO IR
Como é Desatualizada desde 2015
Proposta do governo Correção de 31% na faixa de isenção e de, em média, 13% nas demais
Substituto do relator Segue o projeto do governo

DESCONTO SIMPLIFICADO
Como é Na declaração anual de ajuste do Imposto de Renda, os contribuintes podem hoje pedir o desconto simplificado de 20%
Proposta do governo Somente quem ganha até R\$ 40 mil por ano (pouco

Para pessoas jurídicas

REDUÇÃO DE ALÍQUOTA
Como é Alíquota do IRPJ é hoje de 15%. Além disso, há cobrança de 10% sobre o lucro que exceder R\$ 20 mil
Proposta do governo Corte da alíquota-base de 15% em 5 pontos percentuais, para 12,5% em 2022 e 10% em 2023

Substituto do relator Corte da alíquota-base de 15% em 8,5 pontos percentuais, para 6,5% em 2022. Corte da CSLL em 1,5 ponto percentual (na maioria dos casos, cai para 7,5%)

Para investimentos

JCP (JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO)
Como é Além dos dividendos, as empresas podem distribuir lucros aos acionistas por meio do JCP. Ele pode ser computado pelas empresas como despesa (ou seja, ajuda a abater impostos)
Proposta do governo Fim da dedutibilidade do JCP da base de cálculo do IRPJ e da CSLL
Substituto do relator Acaba não só com a dedutibilidade, como também com o JCP em si

a partir de 2022.
Proposta do governo Fim da isenção e cobrança de 15%
Substituto do relator Mantém a isenção atual

FUNDOS IMOBILIÁRIOS
Como é Hoje há isenção sobre os rendimentos distribuídos a pessoa física no caso de fundos imobiliários com cotas negociadas em Bolsa

COME-COTAS EM FUNDOS ABERTOS E FECHADOS
Como é Os fundos abertos pagam imposto (o come-cotas) duas vezes por ano, em maio e novembro. Já os fechados não têm essa obrigação e só pagam na hora do resgate dos recursos
Proposta do governo Os abertos deixam de recolher em maio e passam a recolher apenas em novembro. Já os fechados passam a ter a obrigação de recolher em novembro, assim como os abertos
Substituto do relator Segue o projeto do governo

Bolsonaro quer R\$ 15 bi de subsídios para zerar tributo do diesel

Mateus Vargas e Marianna Holanda

BRÁSILIA O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) disse nesta quinta (12) que pretende usar R\$ 15 bilhões destinados a subsídios para zerar a cobrança de tributos federais (PIS e Cofins) sobre o óleo diesel em 2021.

“O que conversamos com o Paulo Guedes e com o secretário da Receita [José Barroso Tostes Neto]. Vamos pegar esses R\$ 15 bilhões e abater nos R\$ 19 bilhões que arrecadamos de PIS e Cofins. Eu pretendo zerar o imposto do diesel para o início do ano que vem”, afirmou Bolsonaro em entrevista à Jovem Pan de Maringá (PR).

Bolsonaro tem feito acenos aos caminhoneiros para contornar a insatisfação pelo aumento do preço dos combustíveis.

O presidente afirmou que a verba dos subsídios custaria ir direto ao Tesouro, mas que agora pretende dar um novo destino para baixar o preço do diesel.

“Hoje em dia deixamos de receber em torno de R\$ 300 bilhões. No fim do ano, tem de reduzir cerca de R\$ 15 bilhões de subsídios. Geralmente, vai para o Tesouro, não vai para nós porque tem o teto de gastos. É dinheiro que vai para abater dívidas”, disse. Bolsonaro disse no dia 6 que buscava forma de zerar o imposto federal sobre este combustível, mas não havia mencionado a ideia de usar recursos de subsídios.

O presidente zerou a cobrança de PIS e Cofins do diesel de março ao fim de abril deste ano, mas o benefício acabou sendo engolido por outros dois componentes do preço final.

O imposto estadual é calculado sobre preços médios pesquisados pelos estados, conhecidos como PMPE. Assim, a elevação do preço nas bombas puxa alta no ICMS.

Bolsonaro tem procurado formas de agradar aos caminhoneiros, categoria que o ajudou a se eleger em 2018 e que exerce constante pressão sobre o governo. O presidente já havia prometido, em 13 de julho, reduzir os impostos sobre o óleo.

No fim de junho, lideranças dos caminhoneiros estiveram na Petrobras e ouviram que a política de alinhamento aos preços internacionais é importante para a companhia. Uma semana depois, a empresa anunciou reajustes no diesel, na gasolina e no gás de cozinha, e a categoria voltou a ventilar ameaças de greve.

Pressionado pela alta dos combustíveis, Bolsonaro disse, em outro trecho da entrevista desta quinta, que pretende demonstrar “nos próximos dias” que o governo federal manteve as alíquotas de tributos federais, “enquanto governadores arrecadam cada vez mais de ICMS”.

Não existe planeta B. Cuide do planeta A.

ambipar.com



Contrariado. Sessão deliberativa da Câmara: presidente da casa, Arthur Lira, desistiu de pôr o texto em votação. Ele reclama que o tema vai servir para corporações fazerem "lobby" no Congresso

SEM ACORDO

REFORMA DO IMPOSTO DE RENDA

Estados, municípios e empresas conseguem adiar votação do texto

FERNANDA TRISOTTO, GERALDA DOCA E MANOEL VENTURA
 economias@globo.com.br
 BRASIL

A pressão de estados, municípios e empresas inviabilizou a tentativa do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) de votar o texto-base da reforma tributária ontem. Irritado, ele adiou a apreciação do texto para a próxima terça-feira e, ao mesmo tempo, pediu a colaboração dos parlamentares, afirmando que os pleitos que travaram o texto não serão totalmente atendidos. A pressa de Lira visa a garantir recursos para o Auxílio Brasil, novo programa social do governo que vai substituir o Bolsa Família a partir de novembro e será a vitrine

econômica de Jair Bolsonaro nas eleições em 2022.

—Não há possibilidade de uma matéria tributária ter consenso no plenário, ela vai ter maioria —disse, criticando o adiamento, complementando. —Esse assunto só vai servir de especulação para que as corporações que estão querendo manter privilégios continuem a tentar negociar dentro do lobby do plenário desta Casa e do Senado Federal.

A estratégia de estados, municípios e setores empresariais para brechar a tramitação da reforma tributária deu certo. Ao intensificar o corpo a corpo com parlamentares desde terça-feira, para apontar problemas no texto, o grupo conseguiu



“É impossível fazer acordo com os estados como eles querem. Não há nenhum tipo de prejuízo às contas estaduais”

Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara dos Deputados

unir deputados da base e da oposição, que concordaram em pedir o adiamento da votação.

—É impossível fazer acordo com os estados como eles querem. Não há nenhum tipo de prejuízo às contas estaduais —disse Lira.

Ao presidente da Câmara,

que já queria ter votado o texto na quarta-feira, não restou alternativa a não ser ceder aos pedidos, mas não sem um desabafo sobre o lobby.

—Estamos ajustando contas, batendo informações dos dois lados —disse Lira.

Há uma disputa de números envolvendo a perda de arrecadação de estados e municípios. O relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), e a Receita Federal dizem que não haverá perdas. Mas o Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz) e a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) estimam que as mudanças vão reduzir em R\$ 16,5 bilhões os repasses para os fundos de participação de estados e

municípios. Segundo o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, só a ampliação da faixa de isenção do IR de pessoas físicas, de R\$ 1,9 mil para R\$ 2,5 mil, prevista na proposta, vai gerar uma perda de R\$ 3,7 bilhões para o conjunto dos municípios.

ATUAÇÃO DAS EMPRESAS

Sabino rebate esses números. Ao GLOBO, ele afirmou que, após as mudanças no texto, os fundos de participação vão registrar um ganho de R\$ 7 bilhões, com a taxa-ção de fundos fechados, o fim dos juros sobre capital próprio e a tributação de lucros e dividendos.

Em relação à atualização da tabela do IR para pessoas físicas, Sabino lembra que a

União não tem como arcar com a parte dos municípios.

—Se você não atualiza a tabela do IRPF, de fato, todo mundo ganha, União, estados e municípios, que vão deixar de receber menos imposto. Na hora que você atualiza todos têm que perder também —afirmou Lira, deixando claro que não será possível mudar isso na reforma.

‘CONTA JUSTA’

Mais cedo, Lira criticou os cálculos dos que estão contra a reforma tributária:

—Eu queria fazer esse desabafo como alerta a este Plenário das mensagens e manchetes que nós vamos sofrer a partir de amanhã, por capricho de quem não quer sentar e fazer uma conta justa.

O presidente da Câmara diz que o texto não iria a plenário se “não houvesse a certeza de que estados e municípios não teriam perda”:

—Muito embora isso seja antagônico à diminuição de impostos do povo brasileiro.

A oposição ao texto tem surgido nas bancadas do Nordeste, da base do governo e da oposição. As corporações, como a Associação das Empresas Aéreas (Abeaer), de empresas de cosméticos, químicos e entidades representativas de profissionais liberais também intensificaram o lobby no Congresso.

Diante da reação, o PT avisou a Lira que votaria contra a tributação na distribuição de dividendos, algo que o partido sempre defendeu. Líderes da base aliada também passaram a bombardear a proposta e pediram a Lira o adiamento da votação.

Nos bastidores, auxiliares do ministro da Economia, Paulo Guedes, tem dito que ele optou por deixar a questão com o Congresso, após as primeiras concessões no texto principal. Com isso, integrantes da equipe econômica ligados aos setores empresariais têm aproveitado a situação para minar a proposta no Congresso.

A pressa do presidente da Câmara também é explicada pelo fato de o governo precisar da taxa-ção de lucros e dividendos para financiar o programa social que substituirá o Bolsa Família. O governo por enquanto só mandou uma medida provisória (MP) com linhas gerais de como será o Auxílio Brasil, novo nome do Bolsa Família, mas sem fixar valores.

Na prática, o novo programa será bancado com o aumento de arrecadação, que o governo considera estrutural. Mas juridicamente é preciso que uma despesa permanente seja vinculada a uma receita permanente.

Médicos e advogados ficam fora de taxaço de dividendo

Profissionais liberais e pequenas empresas que adotam modelo de lucro presumido e faturam até R\$ 4,8 milhões serão isentos

GERALDA DOCA
E FERNANDA TRISOTTO
economista@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Em meio às pressões de grupos diversos pelo texto da reforma, o relator do projeto na Câmara, Celso Sabino (PSDB-PA), apresentou ontem mudanças nas regras do Imposto de Renda (IR) que devem beneficiar profissionais liberais, como médicos e advogados, e pequenas empresas. O deputado decidiu

acatar proposição para que empresas que pagam IR pelo regime de lucro presumido, e com faturamento até R\$ 4,8 milhões, tenham isenção total de lucros e dividendos.

A proposta original da reforma previa a tributação dos dividendos em 20%, sem exceção por regime de empresa ou faturamento, apenas com a isenção para ganhos mensais de até R\$ 20 mil. Após pressão de profissionais liberais, Sabino

incluiu em seu parecer um dispositivo que isentaria da cobrança as empresas que se enquadram no regime do Simples Nacional, ou seja, que têm faturamento de até R\$ 4,8 milhões por ano.

MUDANÇA NO IRPJ

Essa nova mudança é uma vitória dos empresários que optam pelo regime de lucro presumido — aquele em que a empresa faz uma apuração simplificada do IRPJ e da

CSLL e vale para empresas que faturam até R\$ 78 milhões por ano.

Há cerca de 5 milhões de micro e pequenas empresas no Brasil, sendo que 4,2 milhões se enquadram no regime Simples — são microempresas com faturamento de até R\$ 360 mil anuais, ou empresas de pequeno porte que faturam até R\$ 4,8 milhões por ano.

Para compensar a ampliação da isenção nos dividendos,

o relator propõe uma redução de 8,5 pontos percentuais no IR das pessoas jurídicas, que passará de 25% para 16,5% no próximo ano — no parecer apresentado na quarta-feira esse corte seria de 9,5 pontos em dois anos. Para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido está mantida a redução de 9% para 7,5%.

A tributação de lucros e dividendos, isenta no país desde 1995, consta na reforma do IR desde a proposta do governo.

O relator defende a taxaço, mas passou a fazer concessões em seu texto. A equipe econômica, porém, considera esse tipo de cobrança uma questão fundamental da proposta.



Guedes diz que se pagar R\$ 90 bi de precatórios cometerá crime fiscal

Ministro afirma que não 'dá muita bola' para o FMI e que Fundo gostava de vir ao Brasil por goiabada, feijoada e futebol

MANOEL VENTURA
manoel.ventura@sb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que o governo não tem condições de pagar a conta de R\$ 89,1 bilhões em precatórios (despesas decorrentes de decisões judiciais de que não pode recorrer) prevista para o próximo ano, sob o risco de cometer um crime de responsabilidade fiscal.

— Não tenho como pagar os R\$ 90 bilhões de precatórios esse ano, não tenho como pagar. Senão eu estouro toda a legislação de teto (de gastos), eu estouro toda a legislação de responsabilidade fiscal, nós cometemos um crime de responsabilidade fiscal, o que inclusive

já deu impeachment no Brasil — afirmou o ministro em audiência na Comissão de Educação da Câmara.

O governo enviou ao Congresso uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para parcelar o pagamento dos maiores precatórios, acima de R\$ 455 mil, e abrir um espaço de R\$ 33,5 bilhões no Orçamento de 2022.

'DESCREDENCIEI A MISSÃO'

O ministro também criticou o FMI, dizendo que o órgão fez uma "lambança" no ano passado ao prever que a economia brasileira teria uma queda de 9,1%. O país teve retração de 4,1%.

— O FMI fez uma lambança — afirmou, acrescentando: — O FMI veio ao Brasil. E eu descredenciei a missão. Guedes disse conhecer os técnicos da organização há muito tempo e que eles gostavam de vir ao Brasil para "comer feijoada e goiabada", enquanto propunham acordos que o país não cumpria. — Eu não dou muita bola para o FMI, não. Eu conheço o FMI desde que eu era jovem. Eles vinham aqui. Eles gostavam muito de goiabada, feijoada, futebol. Eles adoravam vir ao Brasil. E ficavam assinando acordos

que nós nem cumprimos e eles também não estavam muito interessados: nós íamos cumprir ou não — afirmou o ministro.

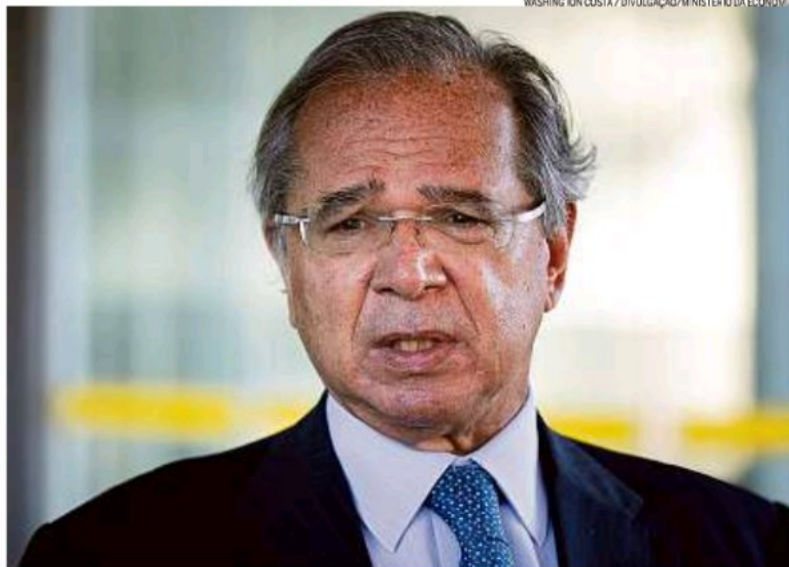
Perguntado mais uma vez sobre o órgão, ele repetiu a declaração:

— Quanto à feijoada do FMI, eu me referi à forma pouco séria de tratar os acordos. Eu não fiz acordos nenhum. Nunca. Acordos nenhum com o FMI. Eu era um economista jovem observando a falta de seriedade no cumprimento de acordos



"Eu não dou muita bola para o FMI. Eles gostavam muito de goiabada, feijoada, futebol. Eles adoravam vir ao Brasil. E ficavam assinando acordos que nós nem cumprimos e eles também não estavam muito interessados se nós íamos cumprir ou não"

Paulo Guedes, ministro da Economia, durante depoimento na Câmara dos Deputados



Responsabilidade fiscal. Guedes diz que não tem como pagar dívidas judiciais em 2022 sem estourar o teto de gastos

de parte a parte. Eram acordos antes mesmo do regime democrático, no do general Figueiredo (João Figueiredo, último presidente da ditadura militar).

Ao lembrar desse período, Guedes disse que os acordos não eram cumpridos por causa dos dois lados, tanto do FMI quanto do Brasil das décadas de 1980 e 1990:

— O FMI gostava realmente da feijoada e da goiabada daqui, e dos jogos de futebol que eles vinham assistir no Brasil.

O tema principal da audiência do ministro na comissão foi a polêmica em torno da lei aprovada pelo Congresso determinando que a União transfira para os estados e o Distrito Federal R\$ 3,5 bilhões para garantir o acesso à internet por alunos e professores. O presidente Jair Bolsonaro vetou a lei, mas o veto foi derrubado pelo Congresso. O governo, então, recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a legislação.

O argumento do governo é que a obrigação de transferir recursos não veio acompanhada de previsão de receita ou corte de despesa, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

DINHEIRO DA PANDEMIA

O ministro disse que o governo federal transferiu R\$ 50 bilhões livres para estados por conta da pandemia e que esse dinheiro poderia ser usado para equipar escolas e entregar computadores para alunos e professores.

— Por que nós recusáramos R\$ 3,5 bilhões se demos quase 8,5% do PIB para o enfrentamento da pandemia? Ora, os governadores e os prefeitos deveriam responder porque receberam esses recursos e não usaram para a ajuda da educação nesse período — disse.

E também citou um possível crime de responsabilidade se a lei fosse sancionada.

— As razões (para o veto presidencial) foram técnico-

jurídicas, nunca foi questão de mérito. Existem requisitos de lei orçamentária, não podemos cometer um crime de responsabilidade fiscal. Não é uma escolha pessoal. Fizemos um requisito de recursos de uma forma irregular, que eu não posso conceder — disse.

O ministro ainda criticou o fato de os valores não terem sido solicitados no ano passado, mas apenas neste ano. Segundo ele, o Congresso poderia ter garantido os recursos na definição do Orçamento de 2021. Sugeriu que os parlamentares poderiam ter destinado os recursos via emendas ou mesmo tirando "dinheiros de subsídios para dar para a Educação".

— Por que o Congresso não colocou a internet nas escolas no Orçamento de 2021? Os parlamentares têm emendas de bancada, individuais e de relator. Se educação é tão importante, por que não fizeram emendas? Emendas estão sendo colocadas em outros lugares que eu sei — afirmou.



Risco fiscal preocupa o mercado, diz Campos Neto

Presidente do Banco Central afirma que notícias sobre precatórios e novo Bolsa Família geram ruído no sistema financeiro, que, segundo ele, está sensível a qualquer informação que afete as contas públicas

GABRIEL SHINOHARA
gabriel.shinohara@sbh.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou ontem que as discussões sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios e a reformulação do Bolsa Família têm gerado ruído no mercado financeiro. Os investidores estão atentos a possíveis efeitos na situação fiscal do país.

—O Brasil tem uma dívida muito elevada e você vê a sensibilidade do mercado a qualquer notícia que possa afetar a trajetória fiscal. Recentemente isso ficou claro. As notícias sobre os precatórios e o Bolsa Família, o novo programa para atender os mais pobres, também estão gerando muito ruído sobre se vão implicar uma trajetória pior da dívida ou não — disse o presidente do BC em um evento de um banco estrangeiro.

Os precatórios são dívidas decorrentes de decisões judiciais contra o governo que já chegaram na última instância e precisam ser pagas. A proposta do governo é de parcelar o pagamento dos maiores valores, acima de R\$ 455 mil e abrir um espaço de R\$ 33,5 bilhões no Orçamento de 2022.

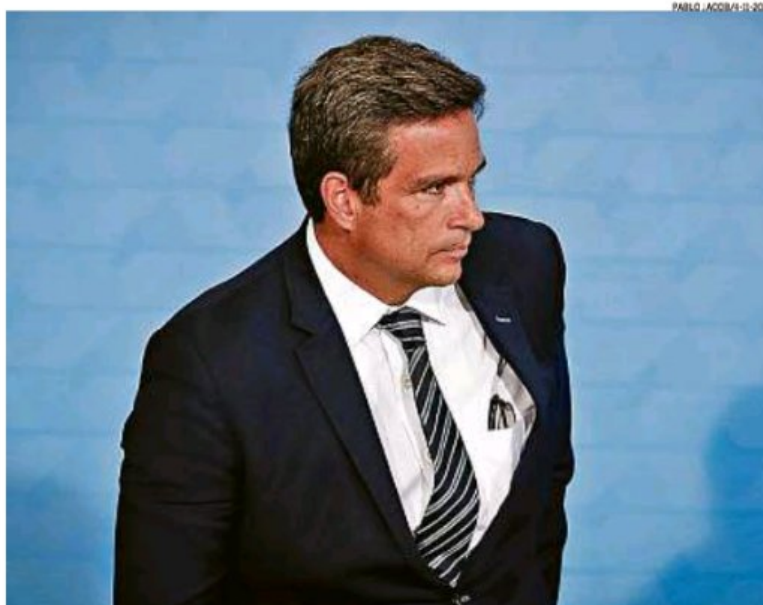
Relatório da XP Investimentos aponta que uma política fiscal mais expansionista poderia levar o BC a subir a taxa de juros para 9,5% até o primeiro semestre de 2022. A projeção maior leva em conta mais espaço no Orçamento com a PEC dos Precatórios e perda de receitas na ordem de R\$ 30 bilhões na reforma do Imposto de Renda.

MAIS GASTO, MAIS JUROS

Desde o início da pandemia, o BC vem alertando sobre o risco fiscal nas últimas atas das reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom) quando os juros subiram do piso de 2% ao ano para 5,25%. O alerta é que, caso o governo decida gastar mais e deixar o compromisso com ajustes e reformas de lado, os juros poderiam aumentar além do inicialmente necessário.

Essas discussões causam insegurança quanto ao compromisso do governo com a responsabilidade fiscal e tem efeitos diretos e indiretos na inflação. Com uma situação fiscal ruim, os investidores tendem a tirar recursos do país, o dólar se valoriza, o que afeta diretamente os preços, principalmente de alimentos que são cotados internacionalmente, como soja e milho.

O economista-chefe da Ati-



Mercado atento. Presidente do BC, Roberto Campos Neto, diz que país tem dívida muito elevada, o que preocupa

va Investimentos, Étore Sanchez, explica que a política fiscal e a monetária precisam ir no mesmo sentido. Ele vê o governo abrindo espaço para a ampliação do programa social e o BC sendo obrigado a aumentar juros e tirar estímulos.

— No curtíssimo prazo, já vai fazer com que o BC amplie a restrição monetária, reduza o estímulo e passe ao campo contracionista. De fato, o go-

verno vai colocar com uma mão e o BC vai tirar com a outra — disse Sanchez.

O professor da FGV-SP e coordenador do programa de governo de Ciro Gomes em 2018, Nelson Marconi entende que a política fiscal e a monetária devem andar juntas.

— São dois entes dentro do governo falando coisas diferentes — apontou.

O professor de economia do

Inspere, Marcos Mendes, apontou que a decisão de propor o parcelamento dos precatórios foi uma escolha. No lugar disso, o governo poderia deixar de colocar R\$ 20 bilhões como emendas de relator no Orçamento ou revisar outros programas sociais para expandir o Bolsa Família.

— Claro que o BC sabe que os agentes econômicos ficam mais inseguros e isso efetiva-

mente afeta a expectativa de inflação. Afeta a expectativa de saída de capital, portanto desvaloriza o real e impacta a inflação. O Banco Central reage a essa maior incerteza fiscal com uma dose maior de juros.

Na ata da última reunião do Copom divulgada terça-feira sinalizou que os juros devem ir para um patamar considerado contracionista, ou seja, que desestimula a economia.

INFLAÇÃO EM ALTA

Os juros subiram rapidamente este ano. Em janeiro, a Selic estava em 2%, menor patamar da História. Em sete meses e depois de vários choques na inflação, com alta de preços de alimentos, combustíveis e agora dos serviços, além do risco fiscal, os juros devem chegar a patamares de 2017, em 7,25% ao ano, de acordo com as expectativas de mercado reunidas na pesquisa Focus.

Para a economista-chefe da Veedha Investimentos, Camila Abdelmalack, a política fiscal e a monetária precisam de equilíbrio:

— Se a gente conseguir resolver esses problemas sem mexer no Orçamento e respeitando as atuais regras fiscais, não há necessidade de uma Selic muito além de 7%. Mas se elevar o risco fiscal, isso vai exigir uma taxa de juros maior.

Câmara aprova MP da minirreforma trabalhista

Medida agora segue para apreciação do Senado. Parecer do relator criou novas formas de contratação, como bolsista

GERALDA DOCA
geralda@bsh.oglobo.com.br
BRASILIA

A Câmara dos Deputados concluiu, ontem, a votação da medida provisória (MP) 1.045 que renova o programa de redução de jornada e de salário e faz uma minirreforma trabalhista.

Os partidos da oposição tentaram barrar a proposta, mas todos os destaques foram derrubados, com o apoio do Centrão. O texto seguirá ao Senado.

O texto aprovado da MP renova o programa de redução salarial e de suspensão dos contratos de trabalho, com o pagamento de um benefício emergencial aos trabalhadores, criado para o enfrentamento da pandemia, e altera diversos pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Foram incorporados à MP uma bolsa para jovens, regime de trabalho com direitos reduzidos, sem vínculo empregatício, além de mudan-

ças na lei trabalhista, referentes à fiscalização, ao acesso à gratuidade da Justiça e aos acordos firmados entre patrões e empregados.

O texto também permite aumento de jornada de categorias que têm turno inferior a oito horas diárias, como telefonistas, jornalistas, radialistas, taquígrafos e profissionais da área de saúde, pagando 20% de adicional. Hoje, a previsão na Constituição é de 50%. A mudança pode ser feita por

acordo individual. O projeto também permite turno de 12 horas em minas no subsolo, desde que a jornada semanal não ultrapasse 36 horas.

Para estimular os empregos, a MP propõe dois novos programas. Um deles é o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego (Priore) para estimular a contratação de jovens entre 18 anos e 29 anos e de pessoas acima de 55 anos de idade, recolhendo FGTS

com alíquota reduzida.

A empresa que aderir ao Priore precisará assinar a carteira e pagar remuneração de ao menos um salário mínimo (R\$ 1.100). Esse trabalhador também terá direito a uma ajuda financeira de R\$ 275, além do salário.

O outro programa é o Regime Especial de Qualificação e Inclusão Produtiva (Requip), destinado a jovens entre 16 e 29 anos. Eles vão receber um Bônus de Inclusão Produtiva (BIP) no valor de

RS 550. Não há contribuição previdenciária ou recolhimento de FGTS, pois não há vínculo empregatício.

A duração máxima dos contratos é de dois anos, mas dependendo da data de adesão das empresas, eles poderão ter prazo de até cinco anos. Os programas serão financiados por parte dos recursos do Sistema S. As empresas que aderirem poderão abater dos custos até 15% da contribuição devida ao Sistema.

Apedido do governo, foi incluído na MP o serviço civil voluntário nas prefeituras, com contrapartida da União. Os jovens vão receber uma bolsa no valor de R\$ 550, com vínculo de emprego.

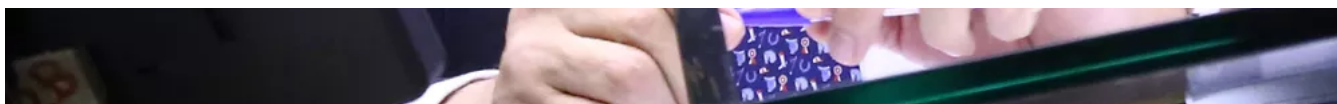
Lira tenta pautar reforma do IR, mas votação é adiada

Relator isenta parte das empresas do lucro presumido, mas reduz corte no IRPJ e CSLL

Por Raphael Di Cunto — De Brasília

13/08/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas





Lira: presidente da Câmara adiou a votação protestando contra as “corporações” que mantêm “privilégios” — Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados


As resistências de governadores, prefeitos e de um grupo de partidos provocaram ontem o adiamento da votação da proposta que reforma a legislação do Imposto de Renda. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), insistiu em pautar o projeto e discutiu com deputados, dizendo que já tinha votos suficientes para aprová-lo desde antes do recesso parlamentar, mas que deu tempo para que fosse debatido e analisado por todos, e afirmou que postergar a votação só serviria para que as “corporações continuem a trabalhar dentro da Câmara para manter privilégios”.

O PT pediu a retirada de pauta do projeto e parte das siglas governistas decidiu encampar a proposta. Quando Lira sentou na mesa para presidir, PSDB, PSD, DEM, MDB, Republicanos, PL, Novo e oposição pediram para que a discussão fosse adiada para terça-feira. “Existem divergências, existem sugestões de aperfeiçoamento. Ecoando a voz que vem das bancadas, que vem dos nossos parlamentares, a gente pediria esse tempo para fazer a votação na terça-feira”, disse o líder do DEM, Efraim Filho (PB).

SAMSUNG Neo QLED 8K

Design revolucionário que elimina distrações

Neo QLED 8K

 Samsung - Sponsored

[Visite o site](#)

Lira reclamou da postura dos líderes em plenário e disse que nunca haverá consenso sobre a reforma tributária, por isso será preciso votá-la por maioria no plenário e os que discordarem têm as emendas para tentar alterar o texto. “Tenho 48 prefeitos de 102 municípios no meu Estado. Não colocaria essa matéria para votar se tivesse a menor chance de município perder na reforma tributária”, disse.

Deputados relataram que a pressa de Lira em votar o projeto é para tirar do papel o “Auxílio Brasil”, programa assistencial lançado pelo governo para substituir o Bolsa Família. O Executivo pretende usar a taxaçoão dos dividendos como fonte contábil de receita para justificar a criação de uma despesa permanente - sem isso, o presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes, incorreriam em crime de responsabilidade.

O relator da reforma, Celso Sabino (PSDB-PA), decidiu isentar as empresas do lucro presumido com faturamento de até R\$ 4,8 milhões da taxaçoão de 20% sobre os dividendos distribuídos aos acionistas, numa medida para beneficiar as pequenas empresas, como escritórios de advocacia e consultórios médicos, mas mesmo assim não houve apoio para votar a proposta ontem.

Para fazer a nova concessão e arrefecer críticas de governadores e prefeitos, o tucano diminuiu mais uma vez o corte pretendido na taxaçoão sobre o lucro das empresas. O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) representam hoje 34%. O governo inicialmente sugeriu chegar a 29% em dois anos, mas, após protestos dos empresários, Sabino chegou a divulgar uma redução para 21,5%.

Na versão que seria apresentada ontem, o tucano afirmou que os dois tributos iriam para 24% a partir de 1º de janeiro de 2022. O IRPJ, cuja arrecadação é compartilhada com Estados e municípios, seria cortado de 25% para 16,5%. A CSLL, que fica só com

a União, cairia de 9% para 7,5, mas condicionada ao Congresso aprovar o fim de incentivos fiscais e subsídios tributários para empresas como o setor farmacêutico, aeronáutico e outros.

As mudanças foram necessárias para viabilizar a nova isenção para as pequenas empresas do lucro presumido - as tributadas pelo regime do Simples já estavam isentas. "Isso vai reduzir a carga tributária sobre as pequenas empresas do lucro presumido em 10% e os donos ainda não vão pagar dividendos", afirmou Sabino. As empresas do lucro presumido com faturamento entre R\$ 4,8 milhões e R\$ 78 milhões (que é o teto desse regime) terão redução na carga empresarial, mas terão que pagar 20% sobre os dividendos.

A mudança no IRPJ também visa diminuir os protestos de governadores e prefeitos, que reclamam possível perda de arrecadação com o projeto e mobilizaram o adiamento da votação. Para o relator, a conta de que eles perderão R\$ 6 bilhões com a alteração na tributação das empresas está errada e os números da Receita Federal indicam ganho de R\$ 7,32 bilhões em 2022. Eles também reclamam que a correção da tabela do imposto de renda para as pessoas físicas tirará mais R\$ 10 bilhões da arrecadação, mas, para o relator, essa é uma correção justa e rotineira, que compensa a inflação.

O parecer que seria divulgado ontem - o que não tinha ocorrido até o fechamento desta edição - também reduzirá de 20% para 10% o percentual que uma empresa controladora precisará ter sobre uma coligada para não pagar dividendos sobre os

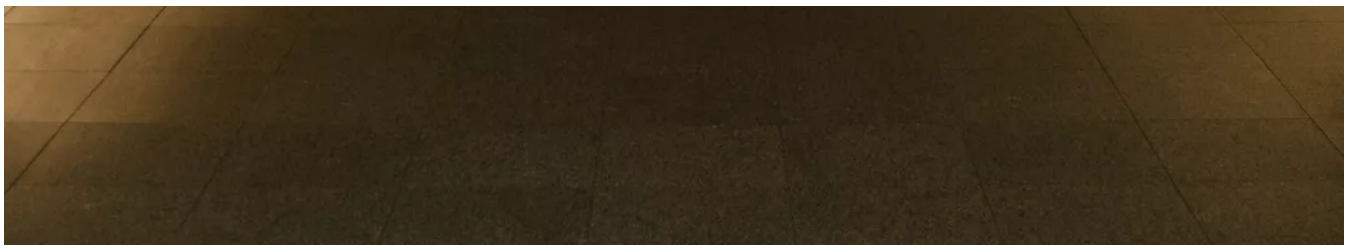
Transferências especiais se multiplicam nos Estados

Dispositivos dão um protagonismo aos legislativos nunca antes visto no processo orçamentário

Por Paulo Sérgio Correa da Silva Júnior

13/08/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





— Foto: Agência Senado

Ao menos 6 Estados da federação constitucionalizaram uma “variante” das emendas de transferências especiais em suas constituições. A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte foi ágil. Replicou a nova versão da emenda impositiva cinco dias após os congressistas promulgarem, no dia 12 de dezembro de 2019, a Emenda Constitucional 105/2019 adicionando-a ao artigo 166 da Constituição Federal.

As outras “variantes” estaduais vieram na sequência: Minas Gerais (20 de dezembro de 2019), Mato Grosso (6 de abril de 2020), São Paulo (18 de maio de 2021), Santa Catarina (1º de julho) e de Roraima (7 de julho). Os legisladores estaduais reproduziram, nos capítulos dedicados ao orçamento e finanças públicas de suas constituições até mesmo as anomalias tanto do ponto de vista do controle social (indefinições sobre a quem cabe fiscalizar) quanto também do federalismo fiscal (alocações indiferentes à Lei de Diretrizes Orçamentárias) associadas as transferências especiais.

Deputados estaduais e federais poderão alocar recursos em sintonia direta com suas conexões eleitorais

Das 6 emendas constitucionais consultadas nas páginas oficiais dos governos e legislativos estaduais, Mato Grosso e Roraima foram os únicos Estados a apresentarem um antídoto para distorções originais das transferências especiais.

Os legisladores mato-grossenses e roraimenses estabeleceram, de modo expresse na norma jurídica, o papel dos tribunais de contas e órgãos de controle interno como responsáveis por monitorar e fiscalizar as emendas destinadas pelos deputados estaduais aos municípios. Um avanço para as finanças públicas.

A EC 105/19, instituída pelos deputados e senadores, foi criada com objetivo de alocar diretamente nas contas das prefeituras recursos oriundos do Orçamento Geral da União, sem necessidade de estabelecer convênios, ou instrumentos congêneres. A transferência especial no orçamento dos Estados é uma espécie de mutação da 'cepa original' criada na esfera federal.

Tais dispositivos concedem um protagonismo às casas legislativas nunca antes visto na história do processo legislativo orçamentário do país. Se combinados, a representação estadual e federal poderão tomar decisões alocativas à revelia dos planejamentos orçamentários, em sintonia com sua conexão eleitoral e remodelando a 'troca' com gestores locais. Contexto que pode afetar a impessoalidade das decisões alocativas.

Esse protagonismo dos legislativos deve ser refletido do ponto de vista do nosso sistema representativo, já que existe sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadência social

dos chefes locais (Leal, 1975, p. 32). Essa troca é uma centrifugação entre poderes públicos democráticos e clientelismos de chefes locais e regionais.

A justificativa dos deputados, ao promulgarem suas emendas constitucionais, não inova. Apenas repercute a narrativa dos congressistas em estabelecer uma nova dimensão distributiva. Na maioria das vezes não identificáveis e controversas do ponto de vista da efetividade social nas comunidades que financiam tais escolhas nos ciclos orçamentários.

Diante desta “nova variante” é importante refletir se decisões alocativas dos deputados estaduais correspondem as preferências dos votantes.

A inquietação mais potente recai sobre o avanço para as unidades federativas do caráter anti-sistêmico e com elevado potencial de cultivo de clientelas patrocinadas por emendas parlamentares.

O grau de incerteza, em virtude da elevada taxa de discricionariedade de tais alocações, reforça os riscos de imprevisibilidade, ou seja, em contrariedade à gestão fiscal responsável, que previne riscos e corrige desvio (artigo. 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Contradição também evidente diante da determinação do artigo 169 § 1º da Constituição que prescreve como antídoto ao descontrole o atendimento aos princípios do planejamento e transparência orçamentários.

Como vislumbrei, em artigo publicado na Revista Fórum (Imprevisíveis, transferências especiais desafiam o planejamento orçamentário), os congressistas enxertaram as transferências especiais no cabedal do pacto federativo com intuito de esvaziar a percepção negativa da sociedade sobre este novo tipo de emenda. A narrativa vitoriosa agora ganhou rápida disseminação.

Contudo, é ponderado salientar que a descentralização dos recursos são instrumentos importantes na redução das desigualdades regionais, sublinhando assim uma responsividade dos eleitos. O consultor de orçamento da Câmara dos Deputados, Dayson Pereira Bezerra de Almeida (O mito da ineficiência alocativa das emendas parlamentares), reflete em artigo sobre a dificuldade do governo central de obter informações para a entrega dos bens públicos ajustados as preferências locais, enquanto os parlamentares associados aos gestores locais tendem a promover um bem-estar social mais efetivo em virtude da sua superioridade informacional.

Os congressistas alegam que as emendas impositivas individuais levam, em média, 5 anos para execução. Já a transferências especiais são instantâneas. O que levou o assessor de orçamento, Romero Arruda, a cunhar o termo 'pix orçamentário' em seu artigo "Nova Jabuticaba brasileira cria espécie de 'Pix Orçamentário'".

Contudo, há a preocupação com transparência e o controle. A auditora federal de controle externo do Tribunal de Contas da União, Virgínia de Angelis, chama atenção deste ponto em seu artigo "Transferências especiais: O descontrole do orçamento obscuro no STF". "Acontece que não há evidências de que a celeridade na descentralização de recursos da União para os entes, por si só, implica entregas mais ágeis e alinhadas ao interesse público", avalia a autora. Estes especialistas, integrantes do curso de pós-graduação em Orçamento Público do Instituto Legislativo Brasileiro do Senado Federal, refletiam esse binômio a partir da EC Nº 105/19.

Agora, a “variante” estadual merece ser alvo de atenção. Assim como o seu reflexo do ponto de vista eleitoral em 2022.

Paulo Sérgio Correa da Silva Júnior é pós-graduando em Orçamento Público do Senado Federal.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

SALVADOR as facas mais afiadas do mundo!

CHURRASKING 2

LINK PATROCINADO

Fure qualquer coisa com essa incrível broca.

DIAMOND BROCK

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Tatuagens estúpidas - as piores tatuagens de todos os tempos!

FILM ORACLE

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Queima de estoque: tênis Adidas com desconto imperdível

NOX CALÇADOS

LINK PATROCINADO

Últimas horas: Ray-Ban 60% OFF em todo o site

ORMIZI

Não ofendi nenhum ministro do Supremo, apenas falei da ficha de Barroso, diz Bolsonaro

VALOR INVESTE

Rafael Cardoso e Mari Bredi sobre consumo e venda de plantio sustentável: “Comer bem e saudável”

UM SÓ PLANETA

Tesouro rebate críticas e vai criar painel público para acompanhamento dos precatórios

Segundo secretário, objetivo é "jogar luz" sobre a despesa e tratá-la com o máximo de transparência

Por Fabio Graner, Valor — Brasília

12/08/2021 17h40 · Atualizado há 16 horas

O secretário do Tesouro Nacional, Jefferson Bittencourt, disse há pouco ao **Valor** que o órgão prepara a criação de um portal para o acompanhamento dos precatórios, diante do crescimento dessa despesa nos últimos anos. Nesse "painel", estarão disponíveis informações sobre os valores pagos ao longo do período e também aqueles a pagar atualizados mensalmente, incluindo variação dos riscos fiscais estimados para esse tipo de despesa.

Também estarão disponíveis os volumes que forem parcelados a partir da aprovação da **Proposta de Emenda Constitucional (PEC)** enviada nessa semana ao **Congresso**, que prevê o pagamento dessas dívidas acima de R\$ 66 milhões em 10 vezes. O objetivo é jogar luz nessa despesa e tratá-la com o máximo de transparência para com a sociedade, explica o secretário.

Como se trata de uma dívida não financeira, esse passivo da União decorrente do parcelamento não aparecerá na estatística de **dívida bruta**, a mais acompanhada pelos analistas. Porém, comenta o secretário, isso não significa que eles não terão transparência, pois já aparecerão no **Balanco Geral da União**, como ocorre, por exemplo, com os restos a pagar. E o novo "painel" vai reforçar esse acompanhamento.

Segundo ele, o novo site deverá estar pronto nos próximos meses, ainda neste ano, e poderá conter inclusive informações sobre **valores provisionados para o pagamento de despesas judiciais** que ainda vão se tornar precatórios e que, por já terem sido perdidas, não constem mais do anexo de riscos fiscais.

Bittencourt rebateu as críticas que têm sido feitas ao **Ministério da Economia** em relação à **PEC dos precatórios**. Sem citar nomes, ele disse não ser correto falar em orçamento paralelo e contabilidade criativa. “Há uma vulgarização de alguns termos, como contabilidade criativa e orçamento paralelo, que se transformaram em jargões com base em desconhecimento sobre o que está sendo feito”.

Para o secretário, não é justo dizer que a medida, incluindo a criação do fundo para quitar antecipadamente a dívida parcelada, vai distorcer estatísticas fiscais. “O tratamento para todas as despesas é exatamente igual a qualquer outra despesa, a sensibilização das estatísticas é igual a qualquer uma”, salientou, citando que, ao pagar os precatórios, será considerada uma despesa primária, que só poderá ser realizada se houver folga na meta fiscal. No caso de pagamento de dívida mobiliária, como já ocorre hoje, não impacta o primário.

O mesmo ocorre com as receitas. Se o fundo receber dividendos, será contabilizada nas contas públicas uma arrecadação primária. No caso de privatizações, não afeta, porque é uma receita patrimonial.

Segundo ele, se o governo for usar uma receita de privatização ou qualquer outra que entrar no fundo para pagar antecipadamente os precatórios, será necessário fazer um pedido de crédito suplementar para que esse gasto seja incluído no orçamento.

A única exceção, explicou, será o **teto de gastos**, para evitar que um grande pagamento que quite esse passivo de precatórios parcelados obrigue o governo a fazer um ajuste excessivo em outras despesas. “Imagina que se tenha privatização grande, com receita de R\$ 10 bilhões, e a decisão seja usar 50% para pagar dívida pública e 50% para precatórios, apenas como ilustração. Eu teria que fazer um crédito suplementar de R\$ 5 bi, mas como o valor é relevante, eu teria que cortar outras despesas subordinadas ao teto, isso desestabilizaria execução de outras despesas”, disse, reafirmando que, no entanto, a meta de **resultado primário** terá que ser observada.

Bittencourt também ressaltou que os **Estados** já usam **regime especial de parcelamento de precatórios**, colocando esse tipo de dívida em fila de pagamento, fazendo acordos, e o que a União está fazendo é semelhante e não pode ser qualificado como calote. E, para ele, o argumento de que os entes federativos não emitem dívida e por isso seria um caso diferente da União, é frágil, pois eles podem tomar empréstimo bancário, dentro de seus limites, para quitar essa obrigação.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

As facas mais afiadas do mundo assustam qualquer um!

CHURRASKING 2

LINK PATROCINADO

Tatuagens estúpidas - as piores tatuagens de todos os tempos!

FILM ORACLE

LINK PATROCINADO

Mãe pede o divórcio devido a essa fotografia de família. Você consegue descobrir a razão?

SHOWMARKER

LINK PATROCINADO

Fure qualquer coisa com essa incrível broca.

DIAMOND BROCK

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Veja agora a carteira que intimida qualquer bandido.

CRIATIVA IDEIA

Saiba Mais

‘Aumento de estímulos fiscais pode ter efeito contraproducente’

Economista-chefe para Brasil do J.P. Morgan diz que alguns fatores devem fazer BC desacelerar ritmo de alta dos juros a partir de outubro

Por Victor Rezende — De São Paulo

13/08/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





Fernandez, do J.P. Morgan: Há viés de alta em nossa projeção de Selic terminal — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

Em um comprometimento com o sistema de metas e diante do avanço das expectativas de inflação, o Banco Central (BC) deve levar a Selic a 7,5% no fim do ano. No entanto, embora o viés seja de alta para a taxa, a economista-chefe para Brasil do J.P. Morgan, Cassiana Fernandez, observa que alguns fatores devem fazer a autoridade monetária desacelerar o ritmo de alta dos juros a partir de outubro.

Em entrevista ao **Valor**, ela lembra que o ano-calendário de 2023, cujas expectativas inflacionárias estão ancoradas na meta, já começa a ser contemplado no horizonte relevante. A esse fator soma-se, ainda, a perspectiva de um crescimento mais fraco em 2022.

O cenário, contudo, é condicional à percepção dos agente sobre a trajetória fiscal. “Se adicionarmos estímulos fiscais a um nível em que se começa a questionar de forma mais sistemática a credibilidade da política econômica e a sustentabilidade da dinâmica da dívida, a política monetária terá de subir mais para controlar o efeito adicional da demanda e, possivelmente, controlar o risco de instabilidade financeira.

Não é o nosso cenário-base hoje, mas temos que reconhecer que esse risco existe”, afirma.

Veja, a seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: *Qual a mensagem trazida pelo Copom nos últimos dias?*

Cassiana Fernandez: O BC foi mais explícito em relação ao piso da taxa de juros no fim do ciclo monetário ao apontar que hoje seria o nível de 7% para a taxa terminal. Foi uma mensagem importante. Eles vêm reforçando o comprometimento com a meta e passando a mensagem de que vão fazer o necessário para a inflação voltar à trajetória compatível com as metas dentro do horizonte relevante, que hoje é principalmente o ano de 2022, mas nos próximos meses 2023 vai começar a ganhar importância. Esperamos que o BC mantenha o ritmo de aumento de 100 pontos-base em setembro, assim como ele já sinalizou tanto no comunicado quanto na ata. E então, a partir de outubro, ele pode começar a desacelerar esse ritmo e terminar o ciclo com uma Selic de 7,5%.

Valor: *Há algum viés nessa projeção para a Selic?*

Fernandez: Houve uma deterioração do debate em relação à condução da política fiscal no fim do ano e ao longo de 2022, que começa a ter impacto nos preços de mercado e pode influenciar também a dinâmica da inflação e exigir que a política monetária seja ainda mais restritiva. Se a fiscal é mais frouxa e mais estimulativa, a reação da política monetária, dado o comprometimento com as metas de inflação, tende a ficar ainda mais restritiva. Por isso, enxergo um viés de alta para a nossa projeção de Selic. A piora na percepção fiscal reduz a credibilidade da política econômica como um todo. Os choques, assim, acabam tendo impacto ainda maior nas expectativas de inflação. Isso está na cabeça do BC, que sabe que a assimetria do balanço de riscos vem da preocupação com a política fiscal.

“

Se você adiciona estímulo fiscal para manter a trajetória de metas, deveria tentar segurar parte dessa pressão”

Valor: *E esse risco fiscal pode ter algum impacto no juro neutro?*

Fernandez: É um risco importante. Hoje o BC vem dizendo que trabalha com um nível de juro neutro ao redor de 3% em termos reais. É muito parecido com as nossas estimativas. Se, de fato, confirmarmos uma deterioração no cenário fiscal, é muito provável que esse número acabe subindo. Por enquanto, há um risco grande e algumas notícias bastante preocupantes, mas ainda vemos alguma ancoragem da política fiscal. Talvez hoje a credibilidade em relação a esse compromisso esteja menor em relação a um ano atrás. Se houver uma deterioração adicional e o mercado passar a trabalhar com um cenário de que não existe mais âncora fiscal, isso vai se refletir nos prêmios de risco e na projeção da taxa de juros neutra. Não está claro se vamos chegar a esse ponto, mas o viés já está posto.

Valor: *O risco fiscal já tem afetado as condições financeiras. Qual o impacto na atividade econômica?*

Fernandez: Tudo o mais constante, se você adiciona estímulo fiscal para manter a trajetória de metas, deveria tentar segurar uma parte dessa pressão de demanda adicional com a política monetária. É um pouco o inverso do que a gente vinha fazendo desde 2016, o que nos permitiu testar novos níveis de baixa na política monetária sem comprometer a dinâmica da inflação na trajetória de metas. É uma incerteza que acaba agitando o mercado. Podemos chegar a um nível que acaba sendo contraproducente via condições financeiras. Se adicionarmos estímulos fiscais a um nível em que se começa a questionar de forma mais sistemática a credibilidade da política econômica e a sustentabilidade da dinâmica da dívida, a política monetária terá de subir mais para controlar o efeito adicional da demanda e, possivelmente, controlar o risco de instabilidade financeira. Não é o nosso cenário-base, mas temos que reconhecer que esse risco existe e esse debate da política fiscal no ano pré-eleitoral é, sem dúvidas, um dos fatores de risco que vemos hoje.

Valor: *Há uma incerteza em relação ao teto de gastos em 2022...*

Fernandez: Eu colocaria esse risco como muito alto, mas, por outro lado, mesmo que haja algum espaço para dar estímulos fiscais, não vai ser algo tão grande quanto o que foi sugerido antes, como sustentar um Bolsa Família acima de R\$ 400. Entende-se que o espaço é menor, mas o risco existe. Além disso, há a dinâmica de atividade e as próprias surpresas inflacionárias. Quando esses fatores são colocados na conta e se somam a um aumento de incerteza política de forma geral, isso vai ter impacto nas decisões de investimento das empresas. Se colocarmos na conta o

aumento da incerteza e a piora das condições financeiras, isso vai afetar o crescimento da economia a médio prazo. Temos uma visão um pouco mais conservadora sobre a capacidade da economia brasileira de crescimento em 2022. Por isso, vemos o BC desacelerando o ciclo de alta a partir de outubro. O balanço de riscos é claramente assimétrico para o BC acabar sendo obrigado a ser ainda mais agressivo no aumento dos juros, mas a desaceleração na atividade deve aliviar um pouco as pressões.

Valor: *E nessa conta também entra o deslocamento do horizonte relevante para 2023?*

Fernandez: Enquanto 2022 for o principal determinante para a condução da política monetária, o BC deve manter esse discurso mais conservador. No fim do ano, o BC vai olhar, principalmente, as expectativas de inflação de 2023. A partir de outubro, faz sentido não ter um ajuste tão tempestivo da política monetária. Devemos atingir um pico da inflação no ano contra ano em agosto, em 9,5% e, gradualmente, esse número desacelera para chegar a 7,1% no fim do ano. Se estivermos certos, a partir de outubro teremos um cenário diferente: em vez de lidar com inflação que vem acelerando, o BC vai ver uma inflação começando a desacelerar. Colocando esses componentes, seria o suficiente para o BC também começar a abrandar o ritmo de ajuste da política monetária.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

As melhores facas do Brasil, churrasking com frete grátis!

CHURRASKING 2

LINK PATROCINADO

Fure qualquer coisa com essa incrível broca.

DIAMOND BROCK

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Queima de estoque: tênis Adidas com desconto imperdível

NOX CALÇADOS

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!



Por Tathiane Piscitelli

Professora de direito tributário e finanças públicas da Escola de Direito de São Paulo da FGV, é doutora e mestre em direito pela Faculdade de Direito da USP

Planejador tributário na reforma do IR

Dispositivo criaria “órgão com a competência de regulamentar a atividade” para assessorar o Parlamento

São Paulo

13/08/2021 08h30 · Atualizado há uma hora

As controvérsias em torno das alterações propostas à legislação do **imposto de renda** das pessoas jurídicas são tantas que a comparação entre a redação original do **Projeto de Lei (PL) 2.337/2021** e sua versão atual é missão desafiadora. Dentre tantas emendas apresentadas no processo de debate do PL, uma chama particular atenção: a **Emenda 60, de autoria da deputada federal Tabata Amaral**.

Essa emenda inclui no PL 2.337/2021 o artigo 66-B, que **cria a Agência de Proteção do Público**, “órgão com a competência de **regulamentar a atividade do planejador tributário**”. O objetivo seria que tal figura instrísse a atividade legislativa relacionada com a tributação da renda. Isso se daria pelo dever, que tal planejador passaria a ter, de comunicar à Agência “quaisquer novas práticas que sejam de seu conhecimento e que visem elidir à [sic] tributação decorrente dos dispositivos desta Lei, inclusive a tributação decorrente de revogação de isenção ou alteração de alíquota”.

Leia mais: Imposto sobre a renda: uma reforma tributária ruim!

Segundo a justificção da emenda, a alterao decorre da necessidade de que a “representao popular esteja a par de mecanismos privados e malabarismos que visem a diminuio de pagamento de tributos”. Menciona, tambm, a atividade de escritrios de advocacia, contabilidade e wealth management que teriam por funo fazer com que “os mais ricos deixem de pagar a tributao devida”. A criao de tal agncia e da figura do “planejador tributrio” teria por funo assessorar o Parlamento, que, de posse das estruturas utilizadas para reduzir a incidncia tributria, poderiam “adaptar as normas vigentes para combater eventuais brechas”.

A inspirao, ainda segundo a justificao, seria a figura do "Public Protection Bureau", concebida por Gabriel Zucman e Emmanuel Saez no recente livro **"The Triumph of Injustice: How the Rich Dodge Taxes and How to Make Them Pay"**. Na obra, os autores defendem a criao de uma agncia reguladora da “indstria de evaso fiscal”, com a finalidade monitorar novos “produtos” criados por tal indstria, inclusive em mbito internacional. A ideia geral seria prover a administrao tributria de informaes suficientes para combater de modo mais efetivo a sonegao tributria e a utilizao de estruturas abusivas com vistas à reduo de tributos.

Contudo, a proposta da deputada é bastante diferente das ideias apresentadas pelos economistas. A agncia proposta na emenda está distante de ser uma agncia reguladora; ao contrário, ela teria apenas o papel de instruir a atividade legislativa

relacionada com a tributação da renda. E isso se daria pela atribuição aos “planejadores tributários” de uma missão praticamente impossível: teriam eles o dever de comunicar quaisquer novas práticas de elisão tributária que sejam de seu conhecimento, e dentro dessa categoria, inexplicavelmente se incluem aquelas que resultem do cumprimento de alterações à legislação tributária que tenham ocasionado redução da tributação. Não há, de outro lado, sanções aplicáveis à não observância do dever imposto pela norma, o que equivale a um convite à ineficácia da obrigação.

Leia mais: Reforma do IR incentiva o capitalismo financeiro

O PL 2.337/2021 tem muitos pontos em que maior debate legislativo é necessário. Muitas linhas têm se ocupado de trazer os problemas decorrentes das alterações na tributação da pessoa jurídica, mas pouco tem se dito sobre modificações relevantes no regime das pessoas físicas. A **limitação do desconto simplificado** a rendimentos anuais de até R\$ 40 mil poderá ter impacto negativo significativo na classe média baixa, que se verá diante de aumento expressivo da tributação na hipótese de não possuir despesas a serem deduzidas da base tributável do imposto de renda.

Além disso, tal limitação coloca em xeque o conceito constitucional de renda, já que a criação de regime que obriga a declaração no modelo completo dá margem ao abandono da incidência do imposto sobre o acréscimo patrimonial. Isso sem falar na **necessária correção da tabela mensal** em níveis superiores ao previsto, de modo a compensar a defasagem da tabela atual, corroída pela inflação e pelos longos anos sem alteração.

A criação a figura do planejador tributário, no entanto, não contribui em nada para a agenda da reforma tributária. Apenas interfere negativamente no processo legislativo, vilaniza a figura do advogado tributarista e obscurece ainda mais a discussão sobre os limites do planejamento tributário, já que coloca no mesmo balaio práticas elisivas e revogação de isenções.

É evidente que a legislação precisa aprimorar os meios de combater a evasão fiscal, a alocação de recursos em paraísos fiscais e o uso de estruturas societárias com a finalidade exclusiva de economizar tributos. A redução da receita tributária pela sonegação tem impacto direto no financiamento de necessidades públicas e o tema

se relaciona diretamente com a realização de direitos fundamentais. A Emenda 60, no entanto, passa longe desses temas. Tal como está, deve ser combativa efusivamente.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

As melhores facas do Brasil, churrasking com frete grátis!

CHURRASKING 2

LINK PATROCINADO

Fure qualquer coisa com essa incrível broca.

DIAMOND BROCK

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Queima de estoque: tênis Adidas com desconto imperdível

NOX CALÇADOS

LINK PATROCINADO

Tatuagens estúpidas - as piores tatuagens de todos os tempos!

FILM ORACLE

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

O queridinho dos homens de bom gosto está de volta.

KING SHOES

Mais do Valor **Econômico**

China volta a exigir uso de máscaras para conter variante delta

Os chineses serão obrigados a usar máscaras em locais como shoppings, cinemas, praças e parques

Especialistas veem uso indevido de crédito extraordinário de R\$ 9,1 bi para Saúde

Segundo os especialistas consultados pelo "Valor", o mecanismo está sendo usado para driblar a restrição fiscal, sem acatar os critérios exigidos pela Constituição

Por Fabio Graner, Valor — Brasília

12/08/2021 22h11 · Atualizado há 11 horas

Especialistas em **contas públicas** estão questionando o **uso de crédito extraordinário** para a liberação de R\$ 9,1 bilhões em gastos do **Ministério da Saúde**. A iniciativa consta da **Medida Provisória 1.062**, publicada na última terça-feira (10). Esses analistas disseram ao **Valor** que o mecanismo está sendo usado para driblar a restrição fiscal, sem acatar os critérios exigidos pela Constituição para esse tipo de mecanismo.

“O crédito extraordinário de R\$ 9,1 bilhões para a Saúde, agora, é forma de abrir margem fiscal no teto para outras despesas de cunho eleitoral. Vale destacar que são créditos extraordinários em ações orçamentárias já existentes, o que afasta de vez a excepcionalidade e a urgência como requisitos para a alegada extraordinariedade”, afirma a procuradora do Ministério Público de Contas de São Paulo, Élide Graziane. “Afronta direta ao STF e mostra bem o abuso dos créditos extraordinários para atender a despesas previsíveis”, completou a especialista.

Anúncio removido. [Saiba mais](#)

Élida tem sido crítica da forma como o governo tem lidado orçamentariamente com a pandemia. Desde o início do problema, ela alertava que o problema entraria em 2021 e que as ações deveriam ter tido previsão pelo menos para dois anos, o que não ocorreu. Nesse caso, explica, não se pode mais alegar imprevisibilidade, um dos critérios para crédito extraordinário.

Além disso, Élida aponta que estão usando o instrumento para pagar despesas ordinárias do Ministério da Saúde, com vistas a abrir margem no teto de gastos para outras despesas.

“É triangular fonte. São despesas cotidianas do Ministério da Saúde transformadas em "extraordinárias" apenas por conveniência de sair do regime do teto”, salientou.

Leonardo Ribeiro, analista do Senado e também especialista em contas públicas, disse que há uma tendência de se gastar fora do teto via crédito extraordinário. “É a única válvula de escape prevista na regra do teto. O atributo “Urgência” da MP , segundo a Constituição, está ligado a um evento imprevisível. Na minha opinião, a necessidade de gastos extras para enfrentar a pandemia não deve ser usado como mecanismo para driblar o teto. Vejo uma tentação irresistível nesse sentido por parte do governo”, afirmou.

Segundo ele, ao olhar os anexos da MP, há ações que não estão relacionadas diretamente à covid-19 que estão sendo suplementadas com esse crédito. “Não são ações covid, mas, sim, programas tradicionais do Ministério da Saúde”, disse, concordando com a procuradora e apontando que o Tribunal de Contas da União (TCU) deveria analisar a MP.

Uma fonte do órgão de controle disse ao **Valor** que só lendo a MP não dá para saber se ela viola as regras, mas aponta que todos os créditos extraordinários são analisados pelo órgão.

Ribeiro afirmou ainda que o número de ações bancadas com esse tipo de crédito dobrou em relação ao ano passado, quando a pandemia começou. “Estão pulverizando o uso dos recursos. Compromete a transparência e sinaliza uso indevido de créditos extraordinários”, disse.

Na Exposição de Motivos da MP, a justificativa para o uso do mecanismo é a pandemia. “A pandemia tem produzido graves repercussões sanitárias que geram necessidade de expansão extraordinária dos serviços ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o que demanda recursos orçamentários adicionais, em caráter de urgência, até que a vacinação da população produza todos os efeitos esperados para controle da situação epidemiológica”, diz o governo.

Expansão fiscal pode levar Selic a mais de 9%, diz XP

PEC dos precatórios e reforma do imposto de renda podem pressionar contas públicas, diz instituição

Por Victor Rezende — De São Paulo

13/08/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas






Megale: Com expansão fiscal, sobraria trabalho para a política monetária — Foto: Claudio Belli/Valor

Diante de um equilíbrio fiscal bastante frágil e no momento em que projetos importantes que podem levar a mais gastos são discutidos no Congresso Nacional, a pressão sobre a política monetária se mostra ainda mais forte. Cada vez mais participantes do mercado projetam níveis mais altos para a Selic no fim do atual ciclo de aperto monetário, mas, caso o ambiente de 2022 passe a ser de expansão fiscal, já há quem aponte chances de a taxa básica subir acima de 9%.

É o caso da XP, cujo cenário básico contempla a Selic em 7,25%. No entanto, em um cenário alternativo, a taxa subiria para 9,5%. “A PEC dos precatórios e a reforma do imposto de renda, em discussão no Congresso, podem tornar a política fiscal mais expansionista - e menos sustentável - do que o contemplado em nosso cenário base”, apontam os economistas da casa. Para eles, uma política fiscal mais expansionista teria reflexos sobre a inflação e a política monetária ao manter o consumo interno aquecido e ao trazer uma deterioração da percepção de risco-país, que geraria uma taxa de câmbio ainda mais depreciada.

PUBLICIDADE



“Apesar da melhora recente na perspectiva fiscal, o Brasil continua com uma dívida bastante alta e uma estrutura de gastos engessada. É um equilíbrio tênue. O que poderia desequilibrar é justamente a fragilidade fiscal somada ao fato de que já estamos chegando, em termos de consumo, a um nível próximo do potencial”, diz o economista-chefe da XP, Caio Megale.

Ele observa que a PEC dos precatórios tramita no Congresso às vésperas de um ano eleitoral, onde tradicionalmente existe pressão maior por gastos. Já em relação à reforma do IR, o economista aponta que, se houver muitos cortes de impostos de empresas e pessoas físicas, mais recursos para consumo serão injetados na economia. “E, como o nosso equilíbrio fiscal é delicado demais para aguentar uma expansão no ano que vem, sobraria trabalho para a política monetária”, afirma o economista.

Megale lembra que o Banco Central já tem elevado os juros para impedir que os choques de custos contaminem as expectativas. “Se colocarmos lenha na fogueira da demanda, esse choque de custos vai se espalhar. E, além disso, existe o canal da credibilidade. Vivemos em um momento de fragilidade fiscal e já tivemos momentos de sensação negativa sobre o arcabouço fiscal, com depreciação do câmbio e aumento do juro longo. Se forçarmos a barra do lado fiscal, vamos ter que pisar ainda mais no freio monetário, até porque o BC se diz focado em trazer a inflação de volta à meta.”

Na revisão de cenário do BTG Pactual, divulgada nesta semana, o economista-chefe do banco, Mansueto Almeida, nota que o debate sobre como conciliar uma nova regra de pagamento dos precatórios com o teto de gastos se misturou com as discussões sobre o espaço para um reajuste do Bolsa Família.

“Assim, um debate legítimo passou a ser cada vez mais percebido como uma tentativa de simplesmente aumentar o espaço fiscal para maiores gastos públicos em um ano eleitoral, o que aumentou o risco fiscal e a volatilidade no preço dos ativos domésticos”, afirma o economista. Assim, para Mansueto, a redução ou não

do risco fiscal está hoje ligada, necessariamente, a essa questão e ao debate do espaço fiscal para novas despesas no próximo ano.

Vale notar que o BTG alterou seu cenário para a trajetória da política monetária e, diante das pressões inflacionárias mais intensas, passou a ver um ciclo mais longo. Agora, o banco espera que o processo de elevação da Selic termine somente em 2022, quando a taxa alcançar 8%. “No entanto, monitoramos a possibilidade de uma campanha mais rápida/longa, a depender da evolução da atividade econômica e da inflação, bem como do comportamento das expectativas e de um agravamento do quadro fiscal”, apontam os economistas do banco.

Para eles, a recente discussão sobre como conciliar o pagamento dos precatórios com o teto de gastos aumentou o risco fiscal, “uma vez que representantes da base política do governo chegaram a confirmar o desejo de simultaneamente adotar uma solução mais ampla que possibilitasse um crescimento maior do gasto público em 2022”. Isso, na avaliação dos economistas do BTG, “poderia aumentar a incerteza do real compromisso do governo federal com o ajuste fiscal em curso”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

O melhor em atividades físicas no modelo de trabalho híbrido

GYMPASS

LINK PATROCINADO

Fure qualquer coisa com essa incrível broca.

DIAMOND BROCK

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Queima de estoque: tênis Adidas com desconto imperdível

NOX CALÇADOS

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Tatuagens estúpidas - as piores tatuagens de todos os tempos!

FILM ORACLE

Serviços reagem pelo 3º mês e mantêm perspectivas para o PIB no 2º trimestre

Setor apresentou alta de 1,7% de maio para junho, mostra pesquisa do IBGE

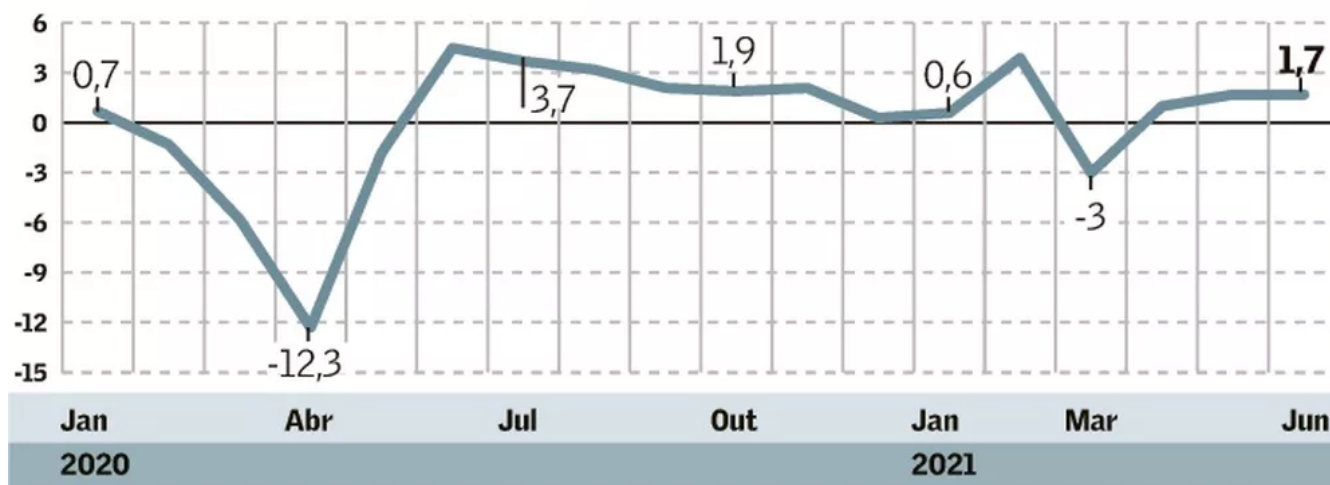
Por Hugo Passarelli e Lucianne Carneiro — De São Paulo e do Rio

13/08/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

A volta dos serviços

Retomada do setor avança com vacinação

■ Veja a variação mensal dos serviços - em %



22,8% é o que falta para os serviços prestados às famílias retornarem ao nível pré-crise

8,1% foi a alta dos serviços prestados às famílias entre maio e junho

9,8% é o crescimento acumulado dos serviços de informações e comunicação ante fevereiro de 2020

Os serviços mantiveram a rota de recuperação em junho e avançaram pelo terceiro mês consecutivo. O resultado ajudou a consolidar a perspectiva de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre, apesar do fraco desempenho da indústria e do varejo no fim do semestre. Para analistas, o consumo das famílias agora se desloca de bens para serviços conforme o momento mais agudo da pandemia fica para trás.

De maio a junho, o setor subiu 1,7%, feitos os ajustes sazonais, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), do IBGE, que também reviu para cima a expansão de abril e maio, para 1% e 1,7%, respectivamente. Com isso, os serviços tiveram ganho de 2% no segundo trimestre de 2021 ante os três meses anteriores, a quarta taxa trimestral positiva.

A alta foi disseminada entre os 166 tipos de serviços que compõem o levantamento e atingiu índice de difusão de 83,1%, o maior nível de toda a série histórica, iniciada em janeiro de 2012.

O destaque ficou com serviços prestados às famílias, que aumentaram 8,1% e acumulam alta de 40,3% em três meses. Ainda assim, o grupo, que reúne serviços de caráter mais presencial, como alojamento, alimentação e cabeleireiro, está 22,8% abaixo de fevereiro de 2020, antes da pandemia.

A retomada tem sido marcada pela desigualdade de velocidade entre os serviços. Tecnologia da informação e comunicação, por exemplo, supera em quase 10% o

nível pré-crise. “O setor de serviços é diferente daquele de fevereiro de 2020. E traz com isso aumento da desigualdade por causa do caráter pouco multiplicador das empresas que têm conferido o aumento de receita. São empresas com mais concentração de capital, que não tem efeito multiplicador tão visível no restante da economia”, afirma Rodrigo Lobo, gerente da pesquisa.

A economista Luana Miranda, da GAP Asset, manteve a projeção de alta de 0,2% do PIB no segundo trimestre ante os três anteriores. Para o ano, a GAP Asset estima avanço de 5,5% do PIB. “A defasagem está mais concentrada nos serviços prestados às famílias e a retomada deve se intensificar nos próximos três a quatro meses com avanço da vacinação e flexibilização da mobilidade. Como é uma categoria que pesa muito no PIB, deve ajudar na recuperação a partir de agora”, diz.

A Tendências Consultoria, que vê variação de 0,1% do PIB no segundo trimestre, estima que, ante os três primeiros meses do ano, os serviços devem ter expansão de 1,5%, enquanto agropecuária terá queda de 4,6% e a indústria, recuo de 2,6%. “É uma questão da velocidade da recuperação. Outros setores já se recuperaram, como a indústria, e perderam dinamismo, enquanto os serviços ainda estavam bastante penalizados. Agora, com o avanço da vacinação, tendem a crescer mais”, diz Andressa Guerrero, economista da consultoria. Para 2021, a estimativa é de uma expansão de 5% do PIB.

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), que será divulgado hoje, também deve confirmar o impulso vindo do setor terciário. A mediana do Valor Data aponta para alta de 0,5% do indicador ante maio.

“A recuperação dos serviços prestados às famílias tem desempenhado um papel importante desde abril, na esteira do afrouxamento das restrições de mobilidade e da nova rodada de transferências emergenciais de dinheiro”, diz Rodolfo Margato, da XP Investimentos. Os serviços de alojamento e alimentação, ele pontua, subiram 8,5% de maio para junho, o que levou a um salto de 3,9% no segundo trimestre versus três meses antes.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) elevou ontem a projeção de crescimento dos serviços em 2021, de 5,1% para 5,8%. “A expectativa para os próximos meses segue favorável à medida em que os efeitos

positivos da vacinação da população sobre a atividade econômica tendem a ficar mais evidentes”, diz Fabio Bentes, economista-sênior da CNC.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

SALVADOR as facas mais afiadas do mundo!

CHURRASKING 2

LINK PATROCINADO

Fure qualquer coisa com essa incrível broca.

DIAMOND BROCK

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

O melhor em atividades físicas no modelo de trabalho híbrido

GYMPASS

LINK PATROCINADO

Tatuagens estúpidas - as piores tatuagens de todos os tempos!

FILM ORACLE

LINK PATROCINADO

Bota Caterpillar em couro legítimo

TÊNIS CATERPILLAR

LINK PATROCINADO

Diatena sérum preenchedor de rugas com até 40% de desconto - Promoção por tempo limitado

DIATENA OFICIAL

Não ofendi nenhum ministro do Supremo, apenas falei da ficha de Barroso, diz Bolsonaro

VALOR INVESTE

Rafael Cardoso e Mari Bridi sobre consumo e venda de plantio sustentável: “Comer bem e saudável”

UM SÓ PLANETA

Temperatura dos oceanos foi estável em boa parte do século 20, diz estudo

UM SÓ PLANETA

Grandes petroleiras reverterem prejuízos e lucram US\$ 29,1 bi

Petrobras lucra mais que as grandes do setor e desponta como uma das melhores pagadoras de dividendos

Por André Ramalho — Do Rio

13/08/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Beneficiadas pela valorização dos preços do petróleo, as grandes petroleiras internacionais fecharam o 2º trimestre de 2021 com balanços em franca recuperação. Levantamento do **Valor Data** mostra que as empresas do grupo das “Big Oil” (ExxonMobil, BP, Shell, Chevron, Total e Eni) tiveram evoluções expressivas em seus indicadores, mas nenhuma delas lucrou mais que a Petrobras. A estatal brasileira está próxima da meta de redução da dívida e desponta como uma das melhores pagadoras de dividendos entre as empresas do setor.

Petroleiras voltam ao lucro e Petrobras se destaca entre gigantes

Somados os resultados das “Big Oil” e Petrobras, o lucro acumulado no 2º trimestre foi de US\$ 29,1 bilhões, revertendo prejuízo conjunto de US\$ 26,6 bilhões. Só a estatal brasileira reportou ganho de US\$ 8,1 bilhões. A recuperação ocorreu por causa da valorização do preço do petróleo. A média do barril Brent mais que dobrou ante o 2º trimestre de 2020.

Após reportarem lucros, algumas companhias anunciaram programas de recompra de ações, além de dividendos. A Petrobras informou que antecipará US\$ 6 bilhões aos acionistas, relativos a 2021 - nos últimos três anos foram de US\$ 2,2 bilhões. Segundo o UBS BB, a estatal passa a entregar rendimento de dividendos (“dividend

yield”) de 9% em 2021. O número a coloca entre as quatro primeiras de 21 petroleiras acompanhadas pelo banco nesse quesito.

A projeção de que a Petrobras pagará mais dividendos está ancorada, em parte, nos programas de desinvestimentos e desalavancagem após entrar em crise em 2014, em meio à Lava-Jato. Esse direcionamento ganhou tração nas gestões de Pedro Parente e Ivan Monteiro e foi acelerado sob o comando de Roberto Castello Branco, substituído por Joaquim Luna e Silva, que assumiu há pouco menos de quatro meses.

A estatal fechou o 2º trimestre com dívida bruta perto da meta de US\$ 60 bilhões, inicialmente definida para 2022. Os números ainda são altos, embora a empresa tenha avançado na gestão da dívida. Apesar desse cenário, o Credit Suisse vê riscos no horizonte, como as eleições de 2022 e eventual intervenção do governo na política de preços, além de efeitos de um aumento no volume de investimentos.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

SALVADOR as facas mais afiadas do mundo!

CHURRASKING 2

LINK PATROCINADO

Fure qualquer coisa com essa incrível broca.

DIAMOND BROCK

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Tatuagens estúpidas - as piores tatuagens de todos os tempos!

FILM ORACLE

Analistas criticam crédito extraordinário na Saúde


Medida estaria sendo usada para abertura de espaço para despesas no teto de gastos

Por Fabio Graner — De Brasília

13/08/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Especialistas em contas públicas estão questionando o uso de crédito extraordinário para a liberação de R\$ 9,1 bilhões em gastos do Ministério da Saúde, que consta da Medida Provisória 1.062.

A procuradora do Ministério Público de Contas de São Paulo, Élide Graziane apontou ao **Valor** que o governo está usando o instrumento para pagar despesas ordinárias da Saúde a fim de abrir margem no teto de gastos para outras despesas. “São despesas cotidianas transformadas em extraordinárias apenas por conveniência de sair do regime do teto”, disse.




SAMSUNG Neo QLED 8K

Design revolucionário que elimina distrações

Neo QLED 8K

[Visite o site](#)

 Samsung - Sponsored

The advertisement features a Samsung Neo QLED 8K television in a dark, minimalist setting. The TV is shown from a side profile, highlighting its thin bezel and stand. The background is a gradient of dark grey and black, with a subtle light source creating a soft glow behind the TV. The text is clean and modern, using a sans-serif font.

Segundo ela, o crédito abre margem fiscal para outras despesas de cunho eleitoral. “São créditos extraordinários em ações orçamentárias já existentes, o que afasta de vez a excepcionalidade e a urgência como requisitos”, afirmou.

O analista do Senado Leonardo Ribeiro disse que há uma tendência de se gastar fora do teto via crédito extraordinário. “É a única válvula de escape prevista no teto. O atributo Urgência está ligado a um evento imprevisível. A necessidade de gastos extras para enfrentar a pandemia não deve ser usado como mecanismo para driblar o teto.”

Segundo ele, há ações que não estão relacionadas diretamente à covid-19 e estão sendo suplementadas com esse crédito. “Não são ações covid, mas sim programas tradicionais da Saúde”, disse. Para ele, o TCU) deveria analisar a MP.

Ribeiro afirmou ainda que o número de ações de Saúde bancadas com esse tipo de crédito dobrou em relação a 2020, quando a pandemia começou. “Estão pulverizando o uso dos recursos. Compromete a transparência e sinaliza uso indevido de créditos”, disse.

Na Exposição de Motivos da MP, a justificativa para o uso do mecanismo é a pandemia, que “tem produzido graves repercussões sanitárias que geram necessidade de expansão extraordinária dos serviços ofertados pelo Sistema Único

de Saúde (SUS), o que demanda recursos orçamentários adicionais, em caráter de urgência”, diz o texto.

Procurado, o ministério da Economia reforçou a Exposição de Motivos, ressaltando a pandemia e afirmando que os gastos não são despesas normais ou ordinárias do Ministério da Saúde. “Existe previsão constitucional e legal para que sejam excluídas dos limite do teto de gastos e excepcionalizadas do cômputo da meta fiscal”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

SALVADOR as facas mais afiadas do mundo!

CHURRASKING 2

LINK PATROCINADO

Tatuagens estúpidas - as piores tatuagens de todos os tempos!

FILM ORACLE

LINK PATROCINADO

Bota Caterpillar em couro legítimo

TÊNIS CATERPILLAR

LINK PATROCINADO

Mãe pede o divórcio devido a essa fotografia de família. Você consegue descobrir a razão?

SHOWMARKER

Cidades gastam abaixo do mínimo com educação

Despesa média recua 9 pontos para 17,8% em relação à receita no primeiro semestre e deve fechar ano aquém do limite constitucional

Por Marta Watanabe e Hugo Passarelli — De São Paulo

13/08/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Gastos com educação caem

Despesas em relação a receitas de arrecadação e transferências (%)

| Faixa populacional (em milhares de hab.) | Jan- Fev20 | Jan- Abr20 | Jan- Jun20 | Jan- Fev21 | Jan- Abr21 | Jan- Jun21 |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| 0-5 | 25,0 | 28,1 | 29,2 | 19,6 | 22,1 | 23,1 |
| 5-10 | 22,6 | 27,3 | 29,3 | 15,4 | 20,5 | 20,6 |
| 10-20 | 21,0 | 26,5 | 28,9 | 8,9 | 14,5 | 17,8 |
| 20-50 | 20,0 | 27,1 | 29,4 | 10,2 | 14,6 | 18,7 |
| 50-100 | 17,2 | 24,4 | 27,1 | 6,4 | 9,3 | 14,9 |
| 100-200 | 18,4 | 23,0 | 25,8 | 10,0 | 12,7 | 16,6 |
| 200-400 | 15,0 | 19,1 | 22,8 | 8,6 | 12,4 | 16,3 |
| 400+ | 14,4 | 18,2 | 20,8 | 9,4 | 13,0 | 14,8 |
| Média geral | 19,2 | 24,2 | 26,7 | 11,1 | 14,9 | 17,8 |

Fonte: Elaboração da FNP, com dados do SIOPE Gerencial (<https://www.fnpe.gov.br/siope/relatorio-gerencial/dist/>).
Data de atualização: 09/08/2021.

Obs: Cálculos feitos considerando despesas para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. O percentual de municípios que transmitiu o relatório do 3º bimestre de 2021 ao SIOPE ainda é baixo, chegando a no máximo 50% em alguns poucos Estados.

A média de gastos dos municípios na educação em relação a receitas de arrecadação e transferências caiu de 26,7% para 17,8% do primeiro semestre de 2020 para igual período deste ano. O dado, da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), indica taxa média de gastos na primeira metade de 2021 bem aquém do mínimo constitucional de 25% estabelecido para a área.

As prefeituras têm até o fim do ano para chegar ao mínimo, mas o quadro, diz a FNP, mostra que os municípios terão dificuldades. Prefeituras defendem suspensão de punições no caso de descumprimento em 2020, 2021 e 2022. Ficar abaixo do mínimo pode levar à rejeição de contas pelos tribunais e à inelegibilidade de prefeitos, além de afetar habilitação a operações de crédito, diz Gilberto Perre, secretário executivo da FNP.

PUBLICIDADE



A redução da taxa de gastos com educação está não só ligada à evolução das despesas, como também das receitas, explica Perre. Nas pequenas cidades, o bom desempenho das transferências federais via Fundo de Participação dos Municípios (FPM) durante o primeiro semestre de 2021 elevou receitas que integram o denominador do indicador. Nas grandes cidades, o desempenho da arrecadação própria foi em geral melhor que o esperado.

Perre ressalta ainda que a base de comparação é baixa. No ano passado, já sob os efeitos da pandemia, muitos municípios tiveram dificuldade para cumprir o mínimo. Os repasses extraordinários a Estados e municípios em 2020 em razão da pandemia não entraram na conta do mínimo de 25% no ano passado. No campo das despesas, a dificuldade está ligada ao ensino remoto, diz Perre, o que reduziu custos com manutenção de escolas, horas extras ou contratação de professores temporários, por exemplo.

A demissão de professores temporários foi uma dos expedientes adotados pelos municípios, mas é uma prática que gera preocupação agora que a maioria das redes está reabrindo as escolas, destaca Anna Helena Altenfelder, presidente do conselho de administração do Cenpec, uma entidade da sociedade civil. “Com as aulas à distância, aqueles que eram temporários acabaram sendo dispensados porque um mesmo professor pode transmitir as aulas para diversas turmas. Agora, na volta, isso vai ter consequências graves porque, muitas vezes, aqueles profissionais tinham experiências de muitos anos de rede”, afirma.

Perre destaca que os municípios consideram fundamental investir em educação. “Não há dúvida disso, mas a situação do momento é excepcional, com demanda ainda forte de despesas na saúde.” Pela racionalidade no gasto público, diz, não se pode executar qualquer despesa somente com o objetivo de atingir o mínimo. Além disso, a Lei Complementar 173, que estabeleceu as transferências extraordinárias no ano passado, restringiu reajustes a servidores estaduais e municipais até o fim de 2021.

O receio dos educadores é que as escolas estejam sendo reabertas agora sem as condições necessárias. “Criou-se uma impressão que os municípios estão trabalhando com um custo menor porque as ações ordinárias [de custeio da educação] não estavam acontecendo. Mas isso não quer dizer que está sobrando dinheiro na educação ou há necessidade de menos. Temos hoje necessidades prementes e está pesando muito sobre as redes municipais a resolução de questões técnicas e financeiras”, afirma Anna Helena.

Segundo ela, há diversos relatos sobre municípios que ainda não estão preparados nas questões mais básicas, como compra de máscaras e reforma das escolas. “Além disso, há uma série de ações pedagógicas necessárias, como contratação e formação de professores e elaboração de material escolar. É muito preocupante olhar esse número porque ele demonstra o baixo investimento dos últimos meses e isso deveria ter sido reforçado para a volta às aulas”, afirma ela.

Para Perre, prefeituras que ficaram com gastos em educação em torno de 17% no primeiro semestre dificilmente conseguirão atingir o mínimo de 25% neste ano, mesmo com maior retorno das aulas presenciais. Para isso, explica Perre, os municípios teriam de gastar 25% no segundo semestre e ainda executar a diferença relativa ao período de janeiro a junho. O gasto público, destaca, não é facilmente executável, já que estabelece licitações e vários outros procedimentos. Além disso, conta, vários prefeitos que estão tentando aumentar a execução via digitalização, têm esbarrado em falta de oferta de equipamentos.

Um dos riscos é de aumento ainda mais forte das desigualdades entre as redes de ensino passado o momento mais agudo da pandemia. “O ensino remoto não alcançou aquilo que era esperado, alguns conseguiram desenvolver plataformas de ensino à distância e outros ficaram com material impresso e rádio, por exemplo. Agora, a volta às aulas também será desigual e cada rede vai ter de planejar o retorno de olho na realidade de cada escola”, afirma Anna Helena.

Outro aspecto que chama a atenção, diz Perre, é que a tendência é de que a dificuldade de chegar aos 25% seja mais acentuada nos municípios maiores. O levantamento da FNP mostra que municípios com até 5 mil habitantes ou acima de 5 mil a 10 mil habitantes atingiram, no primeiro semestre deste ano despesa com educação de 23,1% e 20,6% em relação às receitas, respectivamente, mais próximos

do mínimo constitucional do que as cidades com mais de 400 mil habitantes, que ficaram com 14,8% em igual período.

A FNP fez um levantamento considerando gastos no primeiro bimestre, primeiro quadrimestre e primeiro semestre deste ano em relação a iguais períodos do ano passado. Kleber Castro, consultor da FNP que fez o levantamento, pondera que cada um dos períodos comparados leva em consideração um universo diferente, dos municípios que já tinham entregue os dados relativos às despesas de educação.

A FNP observa que o percentual de municípios que transmitiu o relatório do terceiro bimestre ao Siope ainda é baixo, chegando a no máximo 50% em alguns poucos Estados. Considerando a média, porém, diz Castro, é possível verificar que há tendência de queda de despesas em relação ao ano passado. O levantamento considerou os critérios de despesa para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) estabelecidos para o cumprimento do mínimo de 25%.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

As melhores facas do Brasil, churrasking com frete grátis!

CHURRASKING 2

LINK PATROCINADO

Fure qualquer coisa com essa incrível broca.

DIAMOND BROCK

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Homem decide pedir o divórcio depois de olhar mais de perto esta foto!

PDFWONDER

LINK PATROCINADO

Tatuagens estúpidas - as piores tatuagens de todos os tempos!

FILM ORACLE

LINK PATROCINADO

Queima de estoque: tênis Adidas com desconto imperdível

NOX CALÇADOS

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

Finalizado o pregão regular, às 16h, o juro do contrato de Depósito Interfinanceiro (**DI**) para janeiro de 2022 passou de 6,52% no ajuste anterior para 6,58% e o do DI para janeiro de 2023 avançou de 8,13% para 8,25%; já o do contrato para janeiro de 2025 anotou alta de 9,08% para 9,21% e o do DI para janeiro de 2027 escalou de 9,48% para 9,60%.



taxas, juros, dinheiro, juros futuros, selic — Foto: Chronis Yan/Unsplash

O presidente da **Câmara dos Deputados, Arthur Lira** (PP-AL), insistiu em manter a votação do texto da reforma do IR hoje, mas recuou da ideia durante a tarde, ao anunciar o adiamento para a próxima terça (17) da apreciação da matéria. A decisão do deputado foi tomada a pedido da maioria dos líderes partidários. Lira reclamou que a postergação da análise da proposta só vai servir para que “as corporações continuem a trabalhar dentro da câmara para manter privilégios”.

Segundo Sérgio Goldenstein, estrategista-chefe da Renascença e ex-chefe do Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab) do Banco Central, o adiamento da reforma do IR “se soma aos aumentos dos riscos de populismo fiscal em ano eleitoral”, justificando, deste modo, os avanços firmes das taxas futuras de médio e longo termo.

Os investidores se encontram temerosos não apenas sobre o rumo da reforma tributária, mas também a respeito do aumento das despesas com as dívidas decorrentes de decisão judicial e a ideia de um programa social que substitua o Bolsa Família com um valor mais graúdo aos beneficiários.

“O risco fiscal recrudescceu”, observa a XP Investimentos, em relatório mensal, notando que o principal risco “reside na tramitação da PEC que altera a forma da União pagar precatórios”.

Segundo os profissionais da XP, em um cenário de política fiscal mais expansionista, em meio às discussões sobre o projeto de IR e a proposta sobre o parcelamento dos precatórios, a taxa **Selic** poderá chegar a 9,5% em 2022. O cenário básico da instituição financeira é de que a taxa básica feche este ano e o próximo a 7,25%.

O contrato de DI mais negociado da sessão de hoje, inclusive, foi o com vencimento em janeiro de 2022, vértice mais ligado à trajetória de política monetária e aos indicadores macroeconômicos. Às 17h09, o número total de contratos negociados desse vencimento era de 880 mil, bem acima da média diária de 2021 de 564 mil.

Hoje, ocorreu a divulgação do volume de serviços em junho, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (**IBGE**), dado relevante para a atuação do BC, que sustenta que a alta dos preços de serviços, em meio ao progresso da vacinação e à reabertura, é um risco para a desancoragem das expectativas de inflação de 2022. O setor terciário avançou 1,7% na margem, superando a mediana das expectativas de crescimento de 0,4%, segundo mediana apurada pelo **Valor Data**, mantendo os juros curtos pressionados ao longo do dia.

Em congresso promovido pela Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), o presidente do **BC, Roberto Campos Neto**, afirmou que a autoridade monetária tem reconhecido o aumento da **inflação de serviços**, ao mesmo tempo em que a **crise hídrica** vem gerando reprecificações na inflação de curto prazo. Mais importante, ele reforçou o compromisso da instituição com a persecução da meta de inflação.

“A mensagem do BC é que vamos fazer o que for preciso para ancorar as expectativas e trazer a inflação para a meta”, afirmou Campos Neto. Segundo o banqueiro central, a alta da inflação implícita (taxa de inflação embutida nos títulos públicos do governo) de longo prazo “está muito ligada à questão fiscal”.

Para o estrategista da Tullett Prebon Vinicius Alves as declarações do banqueiro central, em conjunto, tiveram um tom “marginalmente hawkish [inclinado à retirada de estímulos monetários]”, também amparando a pressão de alta nas taxas curtas. “Campos Neto falou em fazer o que for preciso para ancorar as expectativas e também notou a piora do risco fiscal”, pontua o profissional.

A estrategista-chefe da MAG Investimentos, Patricia Pereira, segue a mesma linha de raciocínio. “Campos Neto manteve a linha mais dura, com direito até a falar em convergir a inflação em direção à meta sob qualquer hipótese, no seu momento ‘whatever it takes’”, aponta.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Celulite dentro do programa é sinal de alerta, afirma a ex-BBB

CELLULIT FREE

Eletrobras não tem previsão de alterar política de pagamentos de dividendos

Declaração da diretora financeira da companhia foi feita um dia depois de Eletrobras anunciar antecipação do pagamento dividendos, no valor de R\$ 1,5 bilhão, relativos ao exercício de 2020

Por Gabriela Ruddy e André Ramalho, Valor — Rio

12/08/2021 16h31 · Atualizado há 17 horas

A diretora financeira da Eletrobras, Elvira Presta, disse que não há previsão, por ora, de alterações na política de pagamentos de dividendos da companhia.

O estatuto social da Eletrobras assegura aos acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 25% do lucro líquido, em linha com a Lei das S.A. O estatuto também não autoriza que a reserva de capital possa ser usada para pagamentos de dividendos.



Quadro de Medalhas

 Visa - Sponsored

[Veja mais](#)

A empresa anunciou na quarta-feira a **antecipação do pagamento dividendos, no valor de R\$ 1,5 bilhão, relativos ao exercício de 2020.** O montante será distribuído neste mês.

Elvira comentou também sobre as discussões em torno do novo plano de negócios da empresa. Ela afirmou que a estatal trabalha neste momento na revisão do plano estratégico e que o documento incluirá o cenário da empresa pós-capitalização.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

As facas mais afiadas do mundo assustam qualquer um!

CHURRASKING 2

LINK PATROCINADO

O melhor em atividades físicas no modelo de trabalho híbrido

GYMPASS

LINK PATROCINADO

Fure qualquer coisa com essa incrível broca.

DIAMOND BROCK

[Saiba Mais](#)

LINK PATROCINADO

Tatuagens estúpidas - as piores tatuagens de todos os tempos!